

**PROCESSO TCU – PLENÁRIO n. 005.259/2015-0**

**ACÓRDÃO 835/2021**

**PUBLICAÇÃO NO DOU, SEÇÃO I, 26/04/2021.**

**Entidades: Petrobras América Inc. (PAI) e Petróleo Brasileiro S.A.**

**ASSUNTO: impossibilidade de responsabilização quando ausente comprovação de má-fé ou dolo**

## GRUPO II – CLASSE IV – Plenário

TC 005.259/2015-0.

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Entidades: Petrobras América Inc. (PAI) e Petróleo Brasileiro S.A.

Responsáveis: Alberto da Fonseca Guimarães (336.892.297-15), Gustavo Tardin Barbosa (720.925.307-63); Fernando Gabriel Couto Kamache (844.511.227-91); Giampaolo Foschini Di Donato (439.783.047-91).

Representação legal: Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073) e outros, representando Alberto da Fonseca Guimarães e Giampaolo Foschini Di Donato; Aristides Junqueira Alvarenga (OAB/DF 12.500) e outros, representando Gustavo Tardin Barbosa; Márcio Monteiro Reis (OAB/RJ 93.815) e outros, representando Fernando Gabriel Couto Kamache; e Raphaela C. N. Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

**SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL INSTAURADA PARA APURAR DANOS RELATIVOS À AQUISIÇÃO DA REFINARIA DE PASADENA PELA PETROBRAS, EM CUMPRIMENTO AOS ITENS 9.2 E 9.4 DO ACÓRDÃO 1.927/2014-TCU-PLENÁRIO. INSUBSISTÊNCIA DO DÉBITO INICIALMENTE APURADO. ANÁLISE DE OITIVAS DETERMINADAS PELO ACÓRDÃO 440/2017-TCU-PLENÁRIO PARA AVALIAR OUTRA POSSIBILIDADE DE DANO. ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. INSUBSISTÊNCIA DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PARA CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO.**

## RELATÓRIO

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada para apurar irregularidades relacionadas à compra da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., perante o grupo belga AstraTranscor, cuja aquisição se iniciou no exercício de 2006 e se consumou em 2012 (item 9.2 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário, integrado pelo Acórdão 224/2015-TCU-Plenário).

2. Originariamente esta TCE tratou especificamente do débito delimitado pelo item 9.4 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário que apurava valores que a Petrobras teria deixado de cobrar da empresa Astra quando do processo de aquisição da Refinaria de Pasadena ao contabilizar valores de passivos tributários e trabalhistas na nova empresa criada, a PRSI, que seriam devidos exclusivamente pela empresa belga.

3. No âmbito do Acórdão 440/2017 do Plenário deste Tribunal, esse possível prejuízo restou esclarecido diante da comprovação de que a Astra aportou recursos para quitá-lo. No entanto, houve a identificação de outros valores associados a contabilização desses mesmos passivos que resultaram na expedição de oitivas para esclarecimentos quanto à existência de débito.
4. Nessa fase processual, avaliam-se as respostas às oitivas realizadas para verificar se remanesceriam os citados danos. Adoto como relatório a instrução elaborada no âmbito da SeinfraPetroleo, com os ajustes de forma pertinentes, a qual contou com a anuência do escalão superior daquela unidade técnica (peças 428-430):

## I. INTRODUÇÃO

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada para apuração de danos relativos à aquisição da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), perante o grupo belga Astra Transcor, em cumprimento aos itens 9.2 e 9.4 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário, que assim dispuseram:

“9.2. com fundamento nos artigos 1º, incisos I e II, e 47 da Lei 8.443/1992, combinados com o art. 252 do Regimento Interno, converter o presente processo em tomada de contas especial;

(...)

9.4. realizar citação, com fundamento no art. 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis abaixo relacionados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a quantia original de US\$ 39,700,000.00 (trinta e nove milhões e setecentos mil dólares), convertida para moeda nacional (Reais), nos termos do art. 39, § 3º, da Lei 4.320/1964 (com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.735/79, de 20/12/1979) e do art. 9º da IN-TCU 71/2012, na data de ciência da citação, e atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir dessa data, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão do prejuízo causado ao patrimônio da Petrobras por haverem dispensado a cobrança da Astra do valor previsto contratualmente no Schedule 3 do *Closing Agreement*, referente a *Reductions for Tax Liabilities and Bonus Accrual*, que havia sido deduzido no *Closing* estimado pela Astra, em cumprimento à Cláusula 5.04 (b) (ii) do *Stock Purchase and Sale Agreement* - SPA, resultando daí injustificado dano aos cofres da companhia, em desacordo com o princípio da economicidade e da prudência e com o disposto na alínea “a” do § 2º do art. 154 da Lei 6.404/1976;”

2. Após analisar as alegações de defesa dos responsáveis e realizar diversas diligências adicionais para subsidiar a instrução do processo, a SecexEstatais considerou elidido o débito apontado no item 9.4 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário, tendo em vista que o grupo belga Astra Transcor realizou aportes de recursos na Pasadena Refining System Inc. (PRSI) para liquidar os passivos referentes a *Reductions for Tax Liabilities and Bonus Accrual*, nos termos do *Schedule 3* do *Closing Agreement*. Tal entendimento foi acolhido pela Corte de Contas, que, ao prolatar o Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, considerou, no item 9.1 da decisão, “descaracterizada a irregularidade de que trata o subitem 9.4 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário”.

3. Entretanto, a SecexEstatais identificou, conforme exposto no relatório e no voto condutor do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, que a contabilização do aporte de recursos feito pelo grupo Astra na PRSI, para a quitação dos passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos, sem a assinatura do aditivo ao *Closing Agreement* ou outra medida que pudesse resguardar a Petrobras America Inc. (PAI), teria causado um prejuízo de US\$ 33.811.250,28.

4. A partir dessa constatação, o plenário do Tribunal decidiu pela realização de oitiva dos responsáveis pelo eventual prejuízo, nos termos do item 9.3.1 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, que determinou à SecexEstatais o seguinte:

“9.3.1. promova a oitiva dos então gestores abaixo relacionados, com fundamento no art. 250, Inciso V, c/c com art.179, § 6º, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem justificativas quanto ao eventual prejuízo de US\$ 33.811.250,28 causado ao patrimônio da Petrobras, decorrente da contabilização do aporte dos recursos feito pelo Grupo Astra na Pasadena Refining System Inc. (PRSI), para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra, sem a assinatura do aditivo ao *Closing Agreement - First Amendment to the Closing Agreement* ou outra medida que pudesse resguardar direitos da Petrobras America Inc.:

9.3.1.1. Alberto da Fonseca Guimarães (CPF 336.892.297-15), então Presidente da Petrobras America Inc. e representante da PAI no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);

9.3.1.2. Gustavo Tardin Barbosa (CPF 720.925.307-63), então *Chief Financial Officer* da Petrobras America Inc. e representante da PAI no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);

9.3.1.3. Giampaolo Di Donato, representante da Petrobras America Inc no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);”

5. Os três responsáveis acima indicados foram ouvidos em razão da realização da contabilização sem a respectiva assinatura do aditamento ao acordo de fechamento do negócio ou outra medida que pudesse resguardar a companhia.

6. Adicionalmente, o item 9.3.2 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário determinou a oitiva do Sr. Fernando Kamache por ter permitido a contabilização dos aportes de recursos sem ter ponderado sobre as suas consequências, nos seguintes termos:

“9.3.2. promova a oitiva do Sr. Fernando Gabriel Couto Kamache, então *Chief Financial Officer* da PRSI Refining System, para que, no prazo de quinze dias, apresente justificativas por permitir a contabilização dos recursos aportados pelo Grupo Astra, para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, na conta 670000 - Capital Integralizado Adicional do Grupo Astra, sem ponderar sobre os impactos que a solução contábil por ele registrada causaria aos cofres da PAI na eventualidade da aplicação do *put option* pela Astra.”

7. A SecexEstatais identificou, ainda, que um dos peritos contratados pela Petrobras para auxiliar durante os procedimentos de arbitragem, Sr. James Woods, teria argumentado em seu relatório que o laudo arbitral teria sido desfavorável em US\$ 88 milhões à companhia, sem que essa tivesse tomado qualquer medida para contestar o laudo arbitral a respeito desse ponto. Assim, o Plenário do Tribunal, por meio dos itens 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, determinou à unidade técnica que realizasse a oitiva da Petrobras e a identificação dos responsáveis pela suposta omissão na contestação do laudo arbitral:

“9.3.3.promova a oitiva da Petrobras para que esta justifique a conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (*Purchase Price Adjustment- PPA*) no momento do *put option*, o que pode ter causado um prejuízo de cerca de US\$ 88 milhões aos cofres da estatal, haja vista os termos do parecer emitido pelo perito James Wood, contratado pela própria Petrobras durante os procedimentos de arbitragem;

9.3.4. identifique os responsáveis pela conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra de que trata o subitem anterior (*Purchase Price Adjustment- PPA*) no momento do *put option*, autorizando-se desde já as diligências e inspeções necessárias, bem como promova a oitiva dos envolvidos;”

8. Nesse contexto, o objetivo da presente instrução, ora elaborada pela SeinfraPetróleo em virtude da reorganização administrativa por que passou a Segecex a partir de abril de 2019, centra-se na análise das oitivas promovidas em atendimento aos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, de modo a verificar se as irregularidades aventadas subsistem ou se restam elididas com base nas novas informações trazidas aos autos.

## II. HISTÓRICO

9. A descaracterização da irregularidade inicialmente anotada pela SecexEstatais e posteriormente acolhida pelo TCU, nos termos do item 9.1 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, deveu-se ao fato de que, entre o *Stock Purchase and Sale Agreement and Limited Partnership Formation Agreement* (SPSA), celebrado em 20/3/2006, e o *Closing Agreement*, celebrado em 31/8/2006, a PRSI foi objeto de auditoria da *PriceWaterhouseCoopers*, que concluiu que os ajustes de responsabilidade exclusiva da Astra eram, na verdade, de US\$ 92,5 milhões. Esses valores foram aportados pela Astra junto à PRSI em 13/12/2007.

10. Assim, a rigor, o motivo determinante da instauração desta tomada de contas especial, determinada pelo Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário, mostrou-se insubsistente em face das alegações de defesa e dos demais documentos apresentados posteriormente em resposta às diligências realizadas.

11. Todavia, como sustentado pelo Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) em seu pronunciamento prévio ao Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, o rito processual de uma TCE, com diligências, citações, alegações de defesa, análises da unidade técnica e do MPTCU, pode trazer novos e diferentes indícios de danos ao erário, novos responsáveis e novos valores. Vale dizer que, conforme apontado pelo *Parquet*, a TCE instaurada se trata de um novo processo com natureza jurídica distinta do processo que determina sua instauração, que tem como objetivo central apurar o fato danoso, quantificar o dano e identificar responsáveis, com vistas ao ressarcimento de prejuízos causados à administração pública federal. Mas, por se tratar de um processo de apuração, pode redundar em reavaliações das irregularidades, das responsabilidades e dos danos, conforme se avança em sua instrução, não havendo qualquer vedação de que sejam apurados outros fatos correlatos ao assunto central dos autos, que venham a surgir em decorrência dos exames realizados durante sua instrução.

12. Assim, ainda que o fato original específico ensejador da instauração da TCE haja sido considerado elidido no Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, dentro do rito natural e necessário do exercício da ampla defesa e do contraditório, de seu processamento surgiram novos detalhes e fatos específicos que demandaram o aprofundamento dos exames para verificar a necessidade ou não de se proceder a novas citações por fatos não exatamente iguais à citação anterior, mas diretamente relacionados ao assunto (*closing* da operação).

13. Dentro de todo esse contexto, nesta fase dos autos, discute-se, essencialmente, se a forma de contabilização do aporte de recursos, sem a correspondente celebração de aditivo ao *Closing Agreement* entre Astra e Petrobras, impôs o pagamento adicional de US\$ 33.811.250,28 à Petrobras em razão de o comitê arbitral, que dirimiu a disputa entre as duas companhias, ter decidido que fosse aplicada, para o cálculo do preço de exercício da *Put Option*, a fórmula estipulada no *Addendum A* do *Shareholders Agreement*, um dos contratos subordinados ao *Closing Agreement*, que assim dispunha (peça 77, p. 21, peça 123, p. 322 e 323):

### “7.1.1. Preço da PRSI

- Direito de Participação x 120% do Preço Total da PRSI;
- Mais, Direito de Participação x 120% das Contribuições de Capital Não Amortizadas da Astra, feitas para os itens do capital, exceto o Projeto Revamp;
- Mais, 100% das Contribuições de Capital Não Amortizadas da Astra das Contribuições de Capital feitas para o Projeto Revamp;

### 7.1.2. Preço para a Trading Company

- Direito de Participação multiplicado por 120% de ADCI
- Mais Direito de Participação x Receitas Operacionais na Trading Company
- Mais Direito de Participação x Preço de Estoque;
- Menos Direito de Participação x Passivos Operacionais na Trading Company.

### 7.1.3. Preço combinado para a PRSI e a Trading Company

- Direito de Participação x 106% do Valor Justo de Mercado;”

14. Essa fórmula estabelecia que o valor a ser pago seria o maior entre o somatório dos itens 7.1.1 e 7.1.2 e o valor obtido por meio do item 7.1.3.

15. Tendo em vista que o segundo ponto da lista do item 7.1.1 dispõe sobre um acréscimo de 120% no direito de participação das contribuições de capital da Astra, feitas para os itens de capital, exceto para o Projeto Revamp, conclui-se que remanesce a possibilidade do débito de US\$ 33.811.250,28, levantada na instrução da SecexEstataisRJ, correspondente ao aporte de recursos feito pela Astra na PRSI no montante de US\$ 61,5 milhões, contabilizados na conta *paid-in capital*, menos a depreciação de US\$ 5,122 milhões, multiplicados por 0,5 e 1,2.

16. Em resumo, a situação fática deve ser analisada no contexto em que a Astra era responsável exclusiva, por ser sócia única anteriormente à negociação com a Petrobras, pelo pagamento de passivos tributários (US\$ 9,5 milhões) e passivos trabalhistas (US\$ 52 milhões) da PRSI.

17. A leitura do relatório e voto do condutor do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário permitem inferir que os requisitos de imprudência, imperícia ou negligência nos atos inquinados cometidos pelos gestores da PAI estariam assentados nas seguintes premissas:

- a) existiam alternativas, que não foram utilizadas, para a realização de quitação dos passivos sem que houvesse a necessidade de trânsito dos recursos pela contabilidade da PRSI;
- b) mesmo com o trânsito dos recursos pela contabilidade da PRSI, havia alternativas contábeis válidas para registrar a transação sem que houvesse movimentação da conta capital;
- c) já que o trânsito pelas contas de capital da PRSI foi a alternativa aceita pela PAI, os gestores deveriam ter tido a precaução de exigir a celebração de um termo aditivo ao contrato de fechamento que inserisse cláusula que expressasse que esses valores estariam excluídos do item 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement* acima transcrito;
- d) a contabilização, na forma que foi procedida, já ensejaria, de forma direta, a previsão ou presunção de que esses valores poderiam vir a onerar a empresa nos termos dispostos na cláusula 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement*;
- e) há nexo de causalidade, fundado em imperícia, imprudência ou negligência, entre o lançamento contábil realizado, sem a assinatura de termo aditivo, que resguardaria a empresa de ônus adicional, e o valor de US\$ 33.811.250,28 pagos no âmbito arbitral, com base na cláusula 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement*.

18. Adicionalmente, os requisitos de imprudência, imperícia e/ou negligência subjacentes à oitiva da Petrobras acerca de suposta conduta omissiva assentam-se na falta de questionamento ao laudo arbitral no que se refere à menção no relatório do Sr. James Woods de erro na decisão do comitê arbitral, e que a suposta omissão teria prejudicado a empresa brasileira em US\$ 88 milhões.

19. A seguir serão apresentadas, no capítulo Exame Técnico, as respostas das respectivas oitivas dos responsáveis e da Petrobras, cada uma em seção específica para cada item do acórdão. Na sequência da descrição de cada oitiva, as respostas serão analisadas.

## III. EXAME TÉCNICO

### **III.1. Resposta da Petrobras à oitiva determinada pelo item 9.3.3 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário (peça 341)**

20. Por meio da peça 341, a Petrobras, inicialmente, aduz que, logo após o fechamento do negócio, em 1º/9/2006, surgiram as primeiras desavenças entre a PAI e o grupo Astra, especificamente quanto à capacidade de processamento de óleos pesados, garantia de rentabilidade mínima (cláusula marlim) e investimentos em segurança industrial, meio ambiente e saúde (SMS).

21. Segundo a Petrobras, após a apresentação de carta de intenção (LOI) por parte da Diretoria da Área Internacional da Petrobras, os representantes da Astra não mais compareceram às reuniões do colegiado da PRSI, tendo a PAI, então, em 19/6/2008, tomado decisões urgentes e necessárias para



a preservação da empresa que, inclusive, levaram à diluição da participação societária da Astra na PRSI. Na sequência, a Petrobras ingressou com o processo de arbitragem a fim de que a Astra voltasse a assumir o seu papel de sócia na PRSI e PRSI Trading.

22. Segundo a companhia, o processo arbitral foi instruído e baseado nas regras estabelecidas pela *American Bar Association* contra o comportamento da Astra que estaria se escusando de apoiar a atuação da Refinaria de Pasadena e a atividade de comercialização correspondente.

23. O procedimento arbitral, continua a Petrobras, teve sede em Houston, no estado do Texas, e teve a duração de um ano. Segundo a Petrobras, fixou o valor das ações em montante inferior ao pedido da Astra.

24. Quanto à questão específica do argumento levantado pelo perito James Woods, a Petrobras afirma que o parecer do escritório Thompson & Knight (peça 346), também contratado pela Petrobras, expressou a opinião de que o embasamento da argumentação era frágil e que foi gerado no âmbito da estratégia jurídica, comum em contenciosos, de se lançar mão de argumentos agressivos a fim de bloquear as pretensões da Astra de obter o melhor preço possível.

25. Adicionalmente, segue a Petrobras, o perito James Woods relatou (peça 347) que sua tarefa era de realizar cálculos, mas não determinar quais itens seriam ou não aplicáveis na resolução da disputa entre as partes e que a sua sugestão de propor uma segunda rodada de ajustes no preço foi baseada em lógica apenas econômica, que não encontrava suporte jurídico nos documentos societários, razão pela qual foi rejeitada pelo painel arbitral.

26. A Petrobras argumenta que o perito afirmou em sua resposta (peça 347) que “independentemente da argumentação do painel quanto à metodologia para o cálculo, o preço final do *put* estabelecido pelo painel foi aproximadamente US\$ 500 milhões menor do que o montante requerido pela Astra.”

27. A companhia também apresenta trechos da resposta do escritório Thompson & Knight, em que se lê (anexo 1 da peça 341 e peça 346):

“(…) Uma vez mais esclarecemos que não quisemos prejudicar uma decisão arbitral favorável em seus aspectos gerais, através da apresentação de argumentos agressivos (que provavelmente não iriam prevalecer) buscando corrigir certas definições soberanas que, embora erradas - em nossa opinião - estavam dentro da competência do painel arbitral e não sujeitas a revisão.” (grifos acrescidos)

28. Nesses termos, a Petrobras concluiu que o painel arbitral adotou uma decisão financeira conciliatória, e a PAI obteve, ao final, uma decisão favorável, em termos gerais, sob o ponto de vista financeiro e que o questionado valor de US\$ 88 milhões fazia parte de um arsenal de argumentos estrategicamente levantados pela PAI com a finalidade de reduzir ao máximo as pretensões da Astra.

29. Por relevante, a Petrobras esclarece a natureza dos diversos valores questionados no parecer do perito James Woods, conforme abaixo:

"O Primeiro destes dois valores, US\$39 milhões e US\$33 milhões referem-se ao ajuste do preço de compra de aquisição e podem ser encontrados no relatório preparado pela PWC que me foi fornecido quando eu comecei meu trabalho na arbitragem. As duas somas representam interpretações do Painel das quais eu discordo.

O terceiro valor, de US\$ 88 milhões, refere-se à minha sugestão de se fazer uma segunda rodada de ajustes do preço de compra. Esta sugestão foi baseada em lógica econômica, mas que não tinha suporte direto nos termos específicos dos contratos."

30. Desse modo, a companhia conclui que “sabendo que se tratava de argumentação sem respaldo contratual, como reconhecido pelo escritório contratado e pelo próprio perito, (...) jamais entendeu a rejeição de tal argumento como um prejuízo à empresa, tanto que considerou, como ainda considera, que o laudo lhe foi favorável”.

31. A Petrobras também apresenta uma gama de argumentos para demonstrar a impossibilidade jurídica de questionamento do laudo arbitral. Repisa que a arbitragem sob análise era regida pelas regras da *American Arbitration Association* (AAA), e pela legislação federal americana sobre arbitragem, além das leis do Estado do Texas, que preveem apenas a possibilidade de recurso ao próprio painel arbitral para solicitar a correção de erro formal ("*clerical, typographical or computational errors*"), sendo que o painel tem a prerrogativa de corrigir os erros se entender as solicitações pertinentes.

32. Assim, continua a Petrobras, as partes não têm, na arbitragem, instrumentos para discutir o mérito da decisão em sede de recurso ou apelação, conforme estabelece cláusula R-50 da norma da AAA:

*"R-50. Modification of Award*

*Within 20 calendar days after the transmittal of an award, any party upon notice to the other parties, may request the arbitrator, through the AAA, to correct any clerical, typographical, or computational errors in the award. The arbitrator is not empowered to redetermine the merits of any claim already decided. The other parties shall be given 10 calendar days to respond to the request. The arbitrator shall dispose of the request within 20 calendar days after transmittal by the AAA to the arbitrator of the request and any response thereto".* (grifo nosso)

33. Argumenta ainda que, nos termos do item 9.7 (b) do *Shareholders Agreement* a decisão vincula as partes:

*"Binding Effect. The arbitration decision, determined as provided in this Article, will be conclusive and binding on the parties, will constitute an 'award' by the Arbitrators within the meaning of the AAA rules and applicable law and judgment may be entered thereon in any court of competent jurisdiction."*

34. A título elucidativo, a Petrobras ressalta que, após a emissão do Laudo Arbitral, a Astra apresentou uma moção para correção daquela decisão, sob o suposto argumento de que não seria um recurso de mérito propriamente dito, este incabível em sede arbitral, mas de que haveria um erro de cálculo na sentença. A PAI, por sua vez, dentro da sua avaliação jurídica estratégica, contestou o cabimento daquela moção, com base no disposto na R-50 ("*Modification of Award*"), tendo em vista que, de fato, a Astra pretendia a rediscussão do mérito do cálculo, o que seria incabível na via estreita daquele "pedido". Ao final, o Tribunal Arbitral decidiu nesse sentido, mantendo a decisão proferida.

35. Destaca, ainda, que a legislação norte-americana, a exemplo da brasileira, estabelece que as decisões arbitrais são definitivas no que tange ao mérito, cabendo questionamento apenas quanto à ocorrência de vício de legalidade que torne a decisão passível de ser anulada. Ou seja, não seria possível rediscutir o mérito do Laudo Arbitral no âmbito judicial, tendo em vista que as partes (PAI e Astra) acordaram por meio do *Shareholders Agreement* que a arbitragem seria o método de resolução dos eventuais conflitos societários e que a decisão arbitral seria vinculante entre as partes, conforme Artigo 9.7 (b) do *Shareholders Agreement*.

36. Nessa linha de raciocínio, a empresa exemplifica a questão com a ação de confirmação do laudo arbitral empreitada pela Astra, que foi extinta sem julgamento de mérito em razão de a corte federal do Texas entender que não tinha competência sobre a matéria.

37. Para reforçar sua argumentação, reproduziu trechos da resposta do escritório Thompson & Knight, que é habilitado em direito norte-americano que corroboram o entendimento da companhia de que a decisão de mérito no âmbito arbitral não poderia ser reformada por decisão judicial posterior, a não ser no caso de falhas formais que implicassem nulidade do processo.

38. Nesse contexto, a companhia conclui sua manifestação asseverando que "não há que se falar em conduta omissiva pelo fato de a Petrobras não ter interposto recurso em face do mérito do Laudo Arbitral, já que, pelas regras da AAA, a decisão era final e irrecurável" e ressaltando o seguinte:



(...) Conclui-se, por todas as razões acima expostas, que não havia a possibilidade jurídica de a PAI questionar o Laudo Arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (*Purchase Price Adjustment* - PPA) no momento do *put option*, e, além disso, é forçoso reconhecer que a decisão foi, ao final, favorável à Companhia: a uma, porque o valor final fixado para a "*put option*" foi muito menor do que o solicitado pela Astra. Vale lembrar que a Astra calculara a "*put option*" em mais de US\$ 870 milhões, enquanto que a PAI calculou em US\$ 215 milhões. Ao final, o Painel Arbitral, em sua decisão, atribuiu à Astra US\$ 295 milhões por 50% da PRSI (refinaria); a duas, porque, na compensação dos erros identificados do Laudo Arbitral, de US\$ 39,2 milhões em favor da PAI e de US\$ 33,8 milhões em seu desfavor, a Companhia acabou sendo beneficiada em aproximadamente US\$ 5 milhões.

### **III.2. Análise da Resposta da Petrobras à oitiva determinada pelo item 9.3.3 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário**

39. Para o estabelecimento de convicção sobre a existência do possível débito mencionado no item 9.3.3 do acórdão é forçoso que se demonstre o nexo de causalidade entre a suposta omissão dos administradores da Petrobras de reclamar o montante em sede de apelação e uma automática obtenção da concordância e aquiescência do painel arbitral a respeito da reclamação. Ou seja, que a mera falta da apelação já teria, *de per se*, prejudicado a empresa em US\$ 88 milhões, uma vez que suposta e necessariamente ensejaria a revisão do painel arbitral.

40. Caso tal nexo de causalidade não reste demonstrado, cabe, ainda, verificar se tal omissão em apelar ou questionar o laudo arbitral foi, de fato, desarrazoada ou injustificada. Neste caso, seria factível eventual perquirição de responsabilidades para fins de aplicação de sanção (multa) aos responsáveis.

41. Contudo, nenhuma das duas possibilidades (débito ou multa) se mostra razoável a partir do exame técnico das informações prestadas em sede de oitiva, pelas razões que se passa a expor.

42. A dinâmica do processo arbitral não permite que se presuma que a simples apresentação do argumento, em sede de apelação, já seria suficiente para que a Petrobras auferisse uma diminuição de US\$ 88 milhões sobre o preço que foi pago à Astra por decisão do painel arbitral. Haveria, por certo, uma fase de análise do mérito da petição e a correspondente contestação da outra parte.

43. Assim, não é possível estabelecer um nexo de causalidade sobre a suposta omissão e um prejuízo de US\$ 88 milhões imposto à Petrobras, pois a simples apresentação da petição, recurso ou apelação não garantiria o seu atendimento ou a sua concessão. Ante a incerteza do resultado da hipotética demanda, a existência de débito não pode ser sustentada.

44. Resta analisar, portanto, se os gestores da Petrobras agiram com negligência, imperícia ou imprudência ao não levar ao painel arbitral a sugestão do perito, Sr. James Woods.

45. A qualificação da decisão tomada pelos gestores da empresa, passados mais de dez anos dos fatos, é mais objetivamente verificada pela opinião técnica dos peritos que assessoraram a Petrobras no curso do processo arbitral. Dessa forma, a análise será baseada na leitura dos anexos 1 e 2 da peça 341 e peças 346 e 347, referentes a pareceres apresentados em maio de 2017 à Petrobras pela consultoria Thompson & Knight LLP e pelo perito James Woods, em resposta a consultas formuladas após a prolação do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário.

46. A resposta do perito James Woods sobre a operação de aquisição da PRSI está exposta na peça 347. O perito expressa que foi contratado pelo escritório Thompson & Knight para opinar sobre questões relativas à avaliação de determinados itens constantes dos documentos de celebração do acordo entre Astra e Petrobras.

47. Ele assevera que suas tarefas eram limitadas à execução de cálculos sobre os diversos itens, mas não atuava na determinação de quais itens deveriam ser aplicados na resolução da disputa entre as partes e que submeteu ao painel, no curso do litígio, antes da decisão arbitral, dois relatórios sobre a matéria em 2009, sendo que um deles teve por objetivo rebater um relatório produzido pelos representantes da Astra durante a disputa.

48. Ou seja, o relatório que serve de base para a promoção da oitiva do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário foi exatamente um desses dois relatórios (*Rebuttal Report*) elaborados pelo citado perito em que, no curso do litígio, procurava apresentar todos os argumentos possíveis (de forma agressiva, obedecendo a uma estratégia jurídico-processual), com o objetivo de reduzir ao máximo o valor a ser pago pela Petrobras.

49. Evidentemente, no curso de um litígio, seja em âmbito arbitral ou judicial, diversas teses são levantadas e defendidas, de acordo com os interesses e visões específicas de cada parte. Não necessariamente essas teses são irrefutáveis ou inquestionáveis, a ponto de se constituírem em critérios objetivos e sólidos para a fiscalização de atos administrativos ou imputação de débitos. Em alguns casos, tais teses apenas cristalizam estratégias processuais, acusatórias ou de defesa, com o intuito de demonstrar todas as facetas e possibilidades em discussão, com o objetivo de maximizar as chances de sucesso da parte que as apresentam.

50. Sobre a questão dos US\$ 88 milhões, o perito explica que seu argumento tinha por objetivo sugerir uma segunda rodada de ajustes na fase arbitral já que, em sua opinião, o item 7.1.1 do acordo (SHA) continha muitas ambiguidades que abriam espaço para a discussão sobre ajustes que poderiam ser feitos para fins de cálculo do preço da *put option*, levando-se em consideração os ajustes de preço pós-fechamento (PPA) que efetivamente ocorreram. Para ele, uma segunda rodada de ajustes faria todo o sentido econômico, mas não estava estritamente previsto no acordo.

51. A interpretação dele referente aos itens que deveriam compor uma hipotética rodada seriam favoráveis à Petrobras em US\$ 88 milhões, mas não foram acolhidas pelo painel arbitral, sem suas palavras (peça 347):

*“The panel concluded that the valuation of the Put Price should be based upon a premium applied to the original purchase price and rejected my attempt related to a ‘second round’ of adjustments.*

*Regardless of the Panel's reasoning related to the calculation methodology, the final Put Price established by the Panel was approximately US\$500 million less than the amount requested by Astra.”*

52. O perito arremata sua resposta aos questionamentos da Petrobras afirmando que o valor de US\$ 88 milhões é um montante relacionado à sua sugestão de proceder a uma ‘segunda rodada’ de ajustes ao preço de compra. A sugestão, segundo o perito, teve por base lógica econômica, mas sem nenhum embasamento na redação dos itens do contrato (peça 347):

*“The third amount, the US\$88 million, is the amount related to my suggestion to perform a ‘second round’ of purchase price adjustment. This suggestion was based upon economic logic, but did not have direct support in the specific wording of the contracts. This ‘second round’ of purchase price adjustments was rejected by the Panel. In any event, the end result of the arbitration was an award establishing the Put Price US\$500 million less than what Astra requested.”*

53. A esse respeito, importa ressaltar que a Thompson and Knights, em sua resposta aos questionamentos da Petrobras, asseverou que o painel arbitral decidiu o caso privilegiando interpretações eminentemente literais das cláusulas do contrato, o que enfraquecia, em tese, a argumentação sobre os US\$ 88 milhões, *in verbis*:

*“The arbitration panel ultimately adopted a more literal interpretation of Article 5.2 of Addendum A and refused to read into the agreement provisions and words that the parties did not include into the agreement”.*

54. Da resposta do perito, é possível concluir, portanto, que (i) o montante de US\$ 88 milhões não era um valor certo de desconto a ser obtido no preço da PRSI por não poder ser derivado expressamente dos termos expressos no contrato; (ii) o montante foi submetido ao painel arbitral antes de sua decisão, mas rejeitado na apreciação de mérito; (iii) o resultado do processo arbitral foi US\$ 500 milhões menor do que o valor requerido pela Astra.

55. Vejamos a resposta do escritório Thompson & Knight, que prestou assessoria jurídica para a Petrobras na disputa (peça 346), sobre essa mesma questão.

56. A Petrobras questionou o escritório sobre a não apresentação de recurso sobre a decisão final do painel arbitral relativamente ao potencial prejuízo causado à Petrobras pelos US\$ 88 milhões, que constava do *Rebuttal Report* que foi submetido ao painel arbitral em resposta ao relatório submetido pela Astra.

57. O escritório afirmou que não existe procedimento jurídico para corrigir a decisão final (*final award*), a não ser quando são identificados erros de cálculos ou tipográficos. Lembram que o montante de US\$ 88 milhões foi baseado no entendimento (interpretação) de que 'passivos operacionais' deveriam ser incluídos no artigo 5.1 do *Addendum A*, mas que o painel se recusou a adotar esse entendimento. Essa argumentação teria sido elaborada pelo perito James Woods e submetida ao painel arbitral sem sucesso (peça 346):

*"As discussed above, there was no procedure to 'correct the final award' with the arbitral panel, other than to identify a typographic, calculation, or computation error. Remember that the \$88 million dollars was based on our argument that such 'Operational Liabilities' should be read into Article 5.1 of Addendum A, and the arbitral panel refused to read language into Article 5.1 that was not adopted by the parties and included in the Agreement. As advocates we developed an aggressive argument suggesting certain language that was not included in the 'put option' calculation related to Shareholders Agreement should be read into said agreement and included in said 'put option' calculation. This argument was adopted by Dr. Woods. The arbitral panel considered our interpretation argument, but rejected the argument. Moreover, notwithstanding the decision of the arbitral panel as reflected in the arbitral award, the award provided for a compromised decision that was favorable to PAI."*

58. A partir da leitura da resposta do escritório Thompson & Knight é igualmente possível concluir que (i) o montante de US\$ 88 milhões não era um valor certo de desconto a ser obtido no preço da PRSI porque era apenas argumentativo; (ii) o montante foi submetido ao painel arbitral, mas rejeitado; (iii) o resultado do processo arbitral foi favorável à Petrobras.

59. Destaque-se, finalmente, a informação da Petrobras no sentido de que, após a emissão do Laudo Arbitral, a Astra apresentou uma moção para correção daquela decisão, sob o suposto argumento de que não seria um recurso de mérito propriamente dito, este incabível em sede arbitral, mas de que haveria um erro de cálculo na sentença. A PAI, por sua vez, dentro da sua avaliação jurídica estratégica, contestou o cabimento daquela moção, com base no disposto na R-50 (*"Modification of Award"*), tendo em vista que, de fato, a Astra pretendia a rediscussão do mérito do cálculo, o que seria incabível na via estreita daquele "pedido". Ao final, o Tribunal Arbitral decidiu nesse sentido, mantendo a decisão proferida.

60. Nesse contexto, tendo em vista a própria argumentação da PAI para rebater a contestação da Astra em relação à decisão arbitral, é razoável supor que poderia não ser robusta uma tentativa de rediscussão do mérito relativo aos US\$ 88 milhões usando a única possibilidade possível de apelação que existia, que se referia a correção de erros formais, e não de mérito.

61. Assim, considerando que o montante de US\$ 88 milhões foi devidamente apresentado ao painel arbitral na ocasião própria (*Rebuttal Report*), embora rejeitado; que a decisão (*final award*) do painel arbitral só pode ser modificada se contiver erro formal; que o poder judiciário só poderia ser acionado com sucesso se houvesse ilegalidade formal que causasse nulidade ao processo, não se pode afirmar que os gestores da Petrobras tenham agido com imprudência, imperícia ou negligência ou tenham sido omissos em relação ao montante de US\$ 88 milhões suscitados pelo perito James Woods. Dessa forma, a suposta irregularidade apontada no item 9.3.3 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário deve ser afastada.

**III.3. Resposta do Sr. Fernando Kamache à oitiva determinada pelo item 9.3.2 do acórdão 440/2017-TCU-Plenário (peça 342)**

62. O Sr. Fernando Kamache foi instado a apresentar justificativas por ter permitido a contabilização dos recursos aportados pelo Grupo Astra, para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, na conta 670000 – Capital Integralizado Adicional, sem ponderar sobre os impactos que a solução contábil por ele registrada causaria aos cofres da PAI na eventualidade da aplicação do *put option* pela Astra.
63. Analisa-se, neste ponto, se havia alternativas para a contabilização dos recursos aportados para a quitação dos passivos de maneira diversa da que foi procedida, ou seja, se a contabilização foi feita de maneira correta de acordo com as regras contábeis vigentes nos Estados Unidos da América (*US GAAP*), e se, mesmo que fosse possível prever os impactos da solução contábil na aplicação da *put option* celebrado com a Astra, o responsável, na qualidade de *Chief Financial Officer* da PRSI Refining System, poderia se abster de realizar os lançamentos.
64. Por meio da peça 342, o Sr. Fernando Kamache apresentou suas justificativas. Inicialmente, relata seu histórico acadêmico e profissional asseverando que seu “passado ilibado (...) fica patente vez que não há qualquer tipo de indício ou suspeita sobre [su]as decisões e atitudes (...), em todos os processos de apuração interna na Petrobras ou de investigações por que passam os executivos da Petrobras e de suas subsidiárias”. Afirma que agiu estritamente no âmbito de suas atribuições e segundo as melhores práticas contábeis, no que diz respeito ao lançamento contábil que originou a controvérsia.
65. O responsável anexou aos autos certidão da Petrobras para comprovar que jamais exerceu função ou cargo na PAI.
66. Esclarece que, no preâmbulo do *Stock Purchase and Sale Agreement* (SPSA), constava que, até a data do fechamento do negócio (*closing*), a Astra promoveria a reestruturação societária de suas empresas a fim de que surgisse a NewPRSI, que seria uma *joint-venture* da Astra e da PAI (50% para cada uma).
67. Nesse sentido, continua o responsável, a NewPRSI não se constituía numa empresa propriamente nova. Assim, no seu balanço, havia passivos (obrigações) que eram de responsabilidade exclusiva da Astra, razão pela qual o art. 5º do SPSA previa que à PAI seria concedido desconto no preço de aquisição da nova empresa relativamente a esses passivos (obrigações) de natureza não operacional, o que seria formalizado por ocasião do *closing*.
68. Assim, ficou definido originariamente que a Astra ofereceria um desconto no preço de aquisição e a NewPRSI, em momento posterior, já tendo a PAI como sócia, faria diretamente os pagamentos dos tributos e bônus (dívida trabalhista). O responsável acrescenta que jamais “participou de qualquer negociação referente à aquisição da refinaria nem quanto à redação de qualquer dos acordos e contratos relacionados a essa operação”, o que era feito pelos gestores da Petrobras, na sede, no Rio de Janeiro.
69. Ocorre, segundo o responsável, que a origem dessas dívidas era desconhecida pela PAI, sem que a Astra tivesse apresentado informações a esse respeito, o que gerava certo “desconforto” à PAI, que não tinha relação com tais dívidas. Assim, continua o responsável, a PricewaterhouseCoopers (PwC), que prestava serviços à PAI, apresentou três alternativas para limpar esses passivos do balanço da NewPRSI. Em duas delas, haveria desconto no ato do pagamento do preço de aquisição e a NewPRSI se encarregaria de fazer os pagamentos dos tributos e bônus. Numa terceira opção, a Astra faria um pagamento à NewPRSI, que faria os pagamentos das dívidas tributárias e trabalhistas.
70. O responsável assevera que essa última opção foi escolhida porque permitia que a Astra saldasse suas dívidas sem vincular a PAI a nenhuma delas. Conclui o responsável que a operação, mesmo sem o desconto no preço final da *joint-venture*, cumpria a função de permitir que a NewPRSI fosse adquirida livre dessas obrigações trabalhistas e tributárias.
71. O Sr. Fernando Kamache afirma que todo o processo de negociação de como seria feita a limpeza do balanço da NewPRSI não contou com sua participação. Alega que foi apenas comunicado da decisão, cabendo-lhe tão-somente contabilizar os valores.



72. Apresenta, na sequência, cronograma de toda a operação de compra da refinaria, sendo que se destacam para a questão tratada nesse bloco da instrução as datas de 9/10/2007, 17/11/2007 e 21/11/2007, em que se estabeleceu entre as empresas a forma de limpeza do balanço e foram discutidos os termos do aditivo ao contrato de fechamento (*first amendment*) com a assistência da PwC e do escritório Thompson & Knight. Em 5/12/2007, foi assinada a carta de intenções (*letter of intent* – LOI) para a aquisição pela PAI dos 50% restantes da refinaria, o que, segundo o responsável, representou uma alteração na disposição da Astra, que passou a entender que estaria desobrigada a assinar o *first amendment*, tendo em vista que a LOI mencionava que todos itens os seriam tratados no acordo final dessa nova aquisição. Os lançamentos contábeis foram realizados em 13/12/2007. O responsável ainda indica uma série de itens da peça 178 destes autos para demonstrar que a Astra se esquivou de assinar o *first amendment*, tendo em vista sua interpretação do que significava a assinatura da LOI.

73. Por fim, o responsável afirma que no cronograma apresentado, no momento da contabilização em questão, não havia a possibilidade de que qualquer gestor pudesse cogitar sobre um futuro processo arbitral e menos ainda sobre o exercício da *put option* por parte da Astra.

74. A seguir, o responsável discorre sobre a contabilização da operação.

75. Para confirmar a correção dos lançamentos realizados, o responsável cita a conclusão da empresa de consultoria BDO, contida em laudo pericial de 14/3/2016 assinado por Anthony M. Lendez (peça 197, p. 14):

“Seguindo a minha consideração sobre a informação contida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, 31 de dezembro de 2006 e 1 de setembro de 2006 da PRSI e as demais informações mencionadas em todo o meu laudo, é de minha opinião que os lançamentos contábeis relacionados com os valores US\$ 9.475.000 e US\$ 52.000.000 foram escriturados corretamente, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 da PRSI.”

76. O responsável também reitera que o Ministro-Relator (relatório do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, item 190) afirma que “não se questiona o registro de per si”, assim como o MP/TCU, representado pelo procurador Paulo Bugarin, que acrescenta: “o fato de existirem outras opções de registros contábeis para o aporte de capital feito pelo grupo Astra não torna o Sr. Fernando Gabriel Couto Kamache responsável pelo prejuízo sofrido pela PAI, considerando que cabia aos representantes da PAI no conselho de administração da refinaria PRSI defender os interesses da PAI.”

77. O cerne da questão, segundo o Sr. Fernando Kamache, consiste no suposto prejuízo que a contabilização dos valores na conta *paid-in capital* (APIC) poderia ter gerado à Petrobras, tendo em vista que essa teria sido uma das razões pelas quais tais valores foram considerados pelo painel arbitral como *unamortized capital contributions*, o que aumentou o valor pago à Astra.

78. O Relator, prossegue o responsável, afirmou, no item 24 do voto condutor do Acórdão 440/2017-Plenário-TCU, que “as consequências financeiras da contabilização do aporte de US\$ 61.475.340,00 como *paid-in capital* do Grupo Astra vieram à tona no momento do exercício do *put option* pelo referido Grupo”.

79. O responsável alega que a irregularidade aqui tratada é baseada na ilação de que o painel arbitral reconheceu esses valores como *unamortized capital contributions* por causa da contabilização efetuada, o que majorou o preço pago pela PAI à Astra pelo exercício da *put option*. Entretanto, segue o responsável, não há nos autos explicação sobre como exatamente a contabilização como APIC teria o condão de afetar a decisão dos árbitros, nem por que razão a decisão teria sido outra se a contabilização se desse de maneira diversa.

80. Com relação à possibilidade de contabilização mencionada no item 121 do relatório de instrução adotado pelo acórdão, que consistia em perdão de dívida (o passivo de bônus trabalhista, no valor de US\$ 52 Milhões, estava contabilizado na NewPRSI como um contas a pagar a Astra Oil, e supostamente bastaria um perdão de dívida, sem trânsito de valores), o responsável apenas reitera que, como CFO da PRSI não teve nenhuma participação na decisão quanto ao modo pelo qual se daria a “limpeza” do balanço, o que foi acordado entre o comprador (Petrobras/PAI) e o

vendedor (Astra). Dessa decisão foi simplesmente comunicado. Sua participação se deu apenas na decisão a respeito de como contabilizar esse pagamento.

81. O responsável argumenta, também, que a sugestão do item 122 da instrução reproduzida no relatório do acórdão de que os valores passassem por lucros retidos era inadequada porque implicaria ônus tributário indesejado, não se mostrando por isso conveniente. Cita trecho de nota técnica produzida pela atual equipe financeira da PAI, que demonstra a inadequação da contabilização como lucros retidos.

82. Alega, ainda, que a afirmação contida no relatório de auditoria, de que a contabilização dos valores como *paid-in capital* poderia ter o condão de gerar uma obrigação para que a PAI aportasse capital a fim de evitar a diluição de sua participação, é incorreta porque o aumento de capital aconteceu sem que novas ações fossem emitidas e, consequentemente, sem alteração na participação societária.

83. Cita também parecer emitido pela empresa de auditoria independente BDO para rechaçar a crítica quanto à não inclusão de notas explicativas sobre a operação nas demonstrações financeiras publicadas no exercício findo de 2007. Segundo tal empresa, “segundo os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, uma divulgação em nota explicativa que forneça detalhes específicos sobre todos os aspectos de um contrato de compra de ações seria incomum, especialmente no caso de uma sociedade com a PRSI, que era uma *joint venture* de capital fechado”.

84. Por relevante, importa transcrever o seguinte excerto da oitiva, acerca do assunto e da conduta exigível dos responsáveis pela contabilidade:

39. Exigir que os gestores adotassem a providência de inserir notas explicativas no balanço — procedimento absolutamente incomum, como demonstrado — de modo a evitar os efeitos que poderiam ser produzidos em decorrência da *put option* que viria a ser exercida pela Astra meses depois, em um laudo arbitral que só seria produzido um ano mais tarde, corresponderia a exigir deles verdadeiros poderes premonitórios. Há que se considerar, ainda, que a cláusula *put option* é de utilização habitual em parcerias societárias. A prevalecer o entendimento manifestado pelo relatório de instrução, sempre que tal cláusula constar nos acordos entre os sócios, o diretor financeiro da empresa deverá sempre considerar a possibilidade de seu exercício antes de decidir como contabilizar pagamentos e aportes de cada sócio na sociedade, inserindo sempre notas explicativas a respeito nos balanços patrimoniais. Não consta, todavia, que essa seja uma prática de mercado.

85. Sobre o suposto prejuízo oriundo do laudo arbitral, o responsável argumenta que as chamadas de capital de cada uma das partes estavam regulamentadas pelo *Shareholders Agreement* (peças 77 e 123). No seu art. 6º, havia a previsão ordinária de chamadas de capital para fazer face a investimentos constantes em orçamentos de capital (*capital expenditures*, conhecidos por *Capex*) previamente aprovados pelo *board* da PRSI. Caso houvesse a necessidade de investimentos além daqueles previstos nos orçamentos, haveria a necessidade de uma chamada de capital extraordinária, nos termos do art. 3.6 do *Shareholders Agreement* (SHA).

86. Assim, em relação à alegação da instrução técnica que antecedeu o acórdão no sentido de que a contabilização como APIC poderia gerar posterior diluição da participação da Petrobras na PRSI, o responsável conclui que, do ponto de vista dos arranjos societários entre as partes, não seria possível sequer cogitar que “um simples pagamento realizado pela Astra à PRSI - não importa a forma como tal pagamento viesse a ser contabilizado - poderia ser suficiente para gerar uma chamada de capital ou a diluição da participação da PAI”. Segundo o gestor, para que uma chamada de capital fosse possível seria necessário seguir o procedimento previsto no art. 6º do *Shareholders Agreement* para a aprovação de um orçamento CapEx, o que dependia, em última análise, da concordância da PAI.

87. Cita parecer emitido pela empresa BDO, que afirma, segundo o responsável, categoricamente que o laudo arbitral contém erro ao atribuir ao lançamento contábil aqui em discussão o tratamento de aporte de capital (*unamortized capital contributions*), considerando-o para o cálculo do preço da



*put option*, tendo em vista que os árbitros, a fim de chegarem às conclusões, devem examinar os documentos contratuais firmados entre as partes e não apenas os lançamentos contábeis e notas explicativas.

88. O responsável reforça a sua alegação ao citar trechos da resposta do escritório Thompson & Knight (peça 346) cujo argumento é de que os valores aportados pela empresa Astra não eram Capex, mas apenas acertos de contas do processo de aquisição da refinaria. Assim, por serem de natureza diversa, não poderiam ter sido consideradas como *Unamortized Capital Contributions made for capital items other than the Revamp Project* (contribuições de capital não amortizadas para fazer face a itens de capital outros que não os do projeto Revamp, em tradução livre), conforme o item 7.1.1 do adendo A do SPSA.

89. Adicionalmente, citou a resposta do perito contratado pelo escritório Thompson & Knight, Sr. James Woods, para confirmar o entendimento de que o painel arbitral cometeu erro ao considerar os aportes de recursos como itens de capital.

90. Afirma, ainda, que, em razão de os lançamentos não se referirem a aportes para fazer face a itens de capital, jamais cogitou a possibilidade de que poderia haver um potencial impacto em uma possível definição futura do *put price*, que veio a efetivamente ocorrer posteriormente, em razão de fatos posteriores à decisão da contabilização (o exercício do direito de *right to override* da Petrobras, que deu ensejo à *put option*, ocorreu apenas em meados de 2008).

91. A seguir, o responsável analisa a afirmação, constante do item 135 do relatório do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, de que a irregularidade teria ocorrido não pela forma de contabilização da operação nem pela decisão de realizar o acerto por meio de um pagamento do grupo Astra à PRSI, mas sim “quando foi autorizado o aporte de capital pelo Grupo Astra sem a assinatura simultânea do aditivo ao *Closing Agreement – First Amendment to the Closing Agreement*, que continha cláusulas de proteção a certos direitos da Petrobras”, tendo em vista que “o *First Amendment to the Closing Agreement* resguardava seus direitos, sendo assim necessária sua assinatura”.

92. O responsável afirma que, na qualidade de CFO da NewPRSI, não tinha qualquer ingerência sobre os assuntos internos da PAI, muito menos no que se refere a negociações contratuais com terceiros. Também argumenta que não faria sentido algum recusar o pagamento da Astra e exigir a exibição de um instrumento formal que, eventualmente, garantisse a PAI como condição para aceitação do pagamento, tendo em vista que a *Letter of Intent* (LOI) já havia sido assinada e a Astra já estava em processo de se afastar de suas obrigações.

93. Ao contrário, assevera o responsável, tivesse sido adotada essa postura, a Astra, provavelmente, jamais teria feito qualquer pagamento e a NewPRSI teria tido que quitar com seus recursos próprios as dívidas trabalhistas e tributárias de exclusiva responsabilidade da Astra.

94. Com a finalidade de minimizar a importância da celebração do aditivo (*First Amendment*), cita resposta elaborada pelo escritório Thompson & Knight (peça 346) que expressa entendimento de que a falta de assinatura do aditivo não teve qualquer impacto no resultado da arbitragem.

95. Por fim, o responsável discorre sobre princípios, critérios e padrões de conduta dos administradores de empresas nos Estados Unidos da América, que, em síntese, se baseiam nos deveres de diligência (*duty of care*) e lealdade (*duty of loyalty*). Sustenta, com base nesses princípios e deveres, que “um administrador de uma empresa não pode tomar decisões em seu desfavor, ainda que possam vir, por alguma razão, a favorecer um de seus sócios”. Assim, apesar de ter sido indicado pela PAI (Petrobras) para ocupar a posição de CFO da PRSI, suas obrigações societárias, na qualidade de CFO eram travadas com a empresa na qual exercia suas funções: a NewPRSI.

#### **III.4. Análise da resposta do Sr. Fernando Kamache à oitiva determinada pelo item 9.3.2 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário (peça 342)**

96. Nessa seção, será analisada a responsabilidade do Sr. Fernando Kamache ante a suposta irregularidade que teria sido originada pela forma como foi contabilizado o aporte de recursos feito

pela Astra para liquidar dívidas de natureza tributária e trabalhista de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

97. De forma preliminar, deve-se destacar que assiste razão ao Sr. Fernando Kamache quando afirma que, apesar de ter sido indicado pela PAI (Petrobras) para ocupar a posição de CFO da NewPRSI, suas obrigações societárias, na qualidade de administrador, eram travadas com a NewPRSI, e não com a Petrobras.

98. A título ilustrativo, pode-se mencionar as orientações contidas no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (CMPGC) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que reflete as principais práticas, princípios e diretrizes de governança de empresas adotadas ao redor do mundo. Acerca da independência dos membros Conselho de Administração (CA) o CMPGC propugna que:

#### **Fundamento**

Todos os conselheiros, uma vez eleitos, têm responsabilidade para com a organização, independentemente do sócio, grupo acionário, administrador ou parte interessada que o tenha indicado para o cargo. (...)

#### **Práticas**

(...) c) A eventual orientação de voto no âmbito de um acordo entre os sócios não exime o conselheiro de votar sempre no interesse da organização, de acordo com o exercício de seu dever de lealdade. O conselheiro deve examinar criticamente a orientação de voto do sócio e somente deve segui-la caso atenda aos interesses da organização (...)

99. Se há necessidade de independência dos membros do CA em relação aos sócios para a tomada de decisões, com muito mais razão se espera independência dos membros da Diretoria Executiva (DE), caso do responsável cuja manifestação ora se analisa, que deve planejar, organizar e controlar os recursos disponibilizados pelo CA para gerar valor para a organização da qual é administrador.

100. Como demonstrado pelo Sr. Kamache, o recebimento dos recursos da Astra para a quitação dos passivos da NewPRSI atendia aos interesses dessa última empresa, já que tinha o condão de aumentar seu patrimônio líquido e evitar que tais dívidas tivessem que ser saldadas com recursos próprios da NewPRSI. Eventuais negociações entre PAI e Astra não lhe eram afetas.

101. Assim, não há como se vislumbrar que eventuais decisões do CFO da NewPRSI, empresa de personalidade jurídica privada constituída sob as leis de estado estrangeiro, enquanto administrador daquela entidade, possam implicar responsabilização no que se refere a seu suposto papel como representante da Petrobras. Ele, de fato, foi indicado pela PAI, mas, conceitual e concretamente, era administrador da NewPRSI, e não da estatal.

102. O MPTCU já havia, inclusive, destacado ponderações no mesmo sentido, conforme se extrai dos itens 47 a 54 de seu parecer transcrito no relatório do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário.

103. De todo modo, analisam-se a seguir os demais fundamentos da oitiva promovida, de forma a corroborar com as conclusões e, também, a subsidiar as demais análises da presente instrução, já que relacionadas à questão da contabilização dos aportes da Astra como PAIC.

104. Nesse contexto, deve-se averiguar se a contabilização foi realizada adequadamente, nos termos do que dispõe o conjunto de normas que rege a elaboração de demonstrações financeiras nos Estados Unidos da América, o chamado *US Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP).

105. Segundo consta do relatório do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, foi aventado pela equipe do Tribunal, com base em *email* do próprio *controler* da PRSI (Kurt Larsen, à época responsável pelas operações financeiras e registros contábeis da refinaria), que o aporte de recursos não transitasse por conta de capital, mas sim pela conta lucros retidos diretamente.

106. Conforme o responsável já argumentou, o lançamento em lucros retidos implicaria o pagamento de tributos, tendo em vista que, obviamente, todos os recursos que compõem essa rubrica contábil advêm do resultado, ou seja, devem ter transitado por rubricas de receitas e despesas, gerado algum resultado que, no caso de lucro, foi tributado.

107. Assim, a contabilização diretamente em lucros retidos (lucros acumulados) tonaria a PRSI sujeita ao escrutínio do *Internal Revenue Service* (IRS) – a autoridade tributária dos EUA - para o pagamento de tributos e mesmo multas caso o recolhimento dos tributos não fosse realizado concomitantemente com o registro contábil.

108. A razão para a contabilização do aporte de recursos da Astra em conta de capital, entretanto, vai bem além de consequências tributárias indesejáveis. Ela está determinada pelo *Statement of Financial Accounting Concepts No. 6 – Elements of Financial Statements* (SFAC 6), que esclarece que:

*“Liabilities are probable future sacrifices of economic benefits arising from present obligations of a particular entity to transfer assets or provide services to other entities in the future as a result of past transactions or events.*

*Equity or net assets is the residual interest in the assets of an entity that remains after deducting its liabilities. In a business enterprise, the equity is the ownership interest. In a not-for-profit organization, which has no ownership interest in the same sense as a business enterprise, net assets is divided into three classes based on the presence or absence of donor-imposed restrictions—permanently restricted, temporarily restricted, and unrestricted net assets.*

*Investments by owners are increases in equity of a particular business enterprise resulting from transfers to it from other entities of something valuable to obtain or increase ownership interests (or equity) in it. Assets are most commonly received as investments by owners, but that which is received may also include services or satisfaction or conversion of liabilities of the enterprise.*

*Distributions to owners are decreases in equity of a particular business enterprise resulting from transferring assets, rendering services, or incurring liabilities by the enterprise to owners. Distributions to owners decrease ownership interest (or equity) in an enterprise.*

*Comprehensive income is the change in equity of a business enterprise during a period from transactions and other events and circumstances from nonowner sources. It includes all changes in equity during a period except those resulting from investments by owners and distributions to owners.*” (sublinhei)

109. O SFAC 6 é extenso, mas a sua seção *Highlight* já é suficiente para esclarecer que a transação aqui analisada, uma vez tendo sido acordado pela Petrobras e a Astra no pós-fechamento que não haveria desconto no preço da aquisição e que seria feito um aporte pela Astra para a quitação do passivo provisionado no balanço de abertura, deveria necessariamente passar pelo patrimônio líquido e por uma rubrica que não tivesse nenhuma relação com o resultado do exercício, como é o caso da rubrica lucros retidos (lucros acumulados).

110. É que o lucro ou resultado e suas derivações como os lucros retidos resultam de transações, eventos e circunstâncias com não proprietários. Ele inclui todas as alterações de patrimônio líquido exceto aquelas resultantes de investimentos e distribuições dos e para os proprietários. É o que explica literalmente o último parágrafo da citação constante do parágrafo 108 acima.

111. Sobre os chamados investimentos, o SFAC 6 esclarece que investimentos pelo sócio são aumentos de patrimônio líquido e que ativos são a forma mais comum de investimentos pelo proprietário, mas esses investimentos também podem incluir serviços ou liquidação ou conversão de passivos da entidade. É o que expressa literalmente o terceiro parágrafo da citação constante do parágrafo 108 acima. Mais adiante, o SFAC 6 repisa a questão:

*“Characteristics of Investments by and Distributions to Owners*

68. *Investments by owners and distributions to owners are transactions between an enterprise and its owners as owners. Through investments by owners, an enterprise obtains resources it needs to begin or expand operations, to retire debt securities or other liabilities, or for other business purposes;*” (sublinhei)

112. O aporte que a Astra fez na PRSI enquadra-se na categoria de liquidação de passivos da entidade. Dessa forma, não poderia ter sido contabilizado como resultado e suas derivações e somente como investimento no sentido lato, conforme o SFAC 6.

113. Também foi aventada a inadequação da contabilização na rubrica *Additional Paid-in Capital* (APIC), dentro do grupo de capital, chamado pelo US GAAP de *Paid-in Capital*. A fim de clarificar o ponto e preservar a brevidade do texto, far-se-á referência ao Capítulo Doze do livro clássico de contabilidade financeira norte-americano dos autores Weygandt, Kieso e Kimmel, que está traduzido para o português e ensina, por óbvio, a partir do US GAAP (Contabilidade Financeira, Editora LTC, Terceira Edição, Weygandt, Kieso e Kimmel, Capítulo 12).

114. Os autores apresentam um exemplo de contabilização de emissão de ações ordinárias da seguinte forma (página 553):

“Vamos agora observar como registrar contabilmente as emissões de ações ordinárias. Os principais objetivos da contabilização de emissão de ações ordinárias são (1) identificar as fontes específicas do capital social e (2) manter a diferença entre o capital social e os lucros acumulados. Como mostramos a seguir, a emissão de ações ordinárias só afeta as contas de capital social.

#### Emissões de Ações Ordinárias com Valor Nominal por Dinheiro

Como discutimos anteriormente, o valor nominal não mostra o valor de mercado das ações. Por esse motivo, o valor recebido em dinheiro pela emissão de ações ordinárias com valor nominal pode ser igual, maior ou menor que o valor nominal. Quando a emissão de ações ordinária por dinheiro é registrada, o valor nominal das ações é creditado em Capital Integralizado e a parte que está acima ou abaixo do valor nominal é registrada em uma conta separada de reserva de capital.

Para exemplificar, suponha que a Hydro-Slide, Inc. emita 1.000 ações ordinárias cujo valor nominal é de \$1 por ação. O lançamento para se registrar essa transação é:

Caixa	1.000	
Capital Integralizado		1.000
(registro de emissão de ações a \$1 de valor nominal)		

Se a Hydro-Slide, Inc. emite 1.000 ações ordinárias adicionais com valor nominal de \$1 e recebe \$5 por ação, o lançamento é:

Caixa	5.000	
Capital Integralizado		1.000
Reserva de Capital		4.000
(registro de emissão de 1.000 ações ordinárias com ágio)		

115. A conta (rubrica contábil) que foi utilizada pelo departamento financeiro da PRSI para registrar o aporte de recursos foi a Reserva de Capital. A conta correspondente no US GAAP é exatamente a rubrica *Additional Paid-in Capital*. A conta Capital Integralizado tem como correspondente a rubrica *Paid-in Capital* no US GAAP. Para verificar a veracidade dessa

informação, basta consultar a edição americana original do livro *Financial Accounting (Financial Accounting. Weygandt, Kimmel, Kieso. John Wiley & Sons Inc)*.

116. Como a transação de aporte de recursos da Astra não implicava, nem deveria em diluição da participação da PAI, o registro contábil dessa transação somente deveria contemplar as contas Caixa (*Cash*) e Reserva de Capital (*Additional Paid-in Capital*).

117. Uma forma possível de interpretar esse lançamento seria vinculando-o a uma espécie de ágio pago pela Astra na aquisição de suas ações da NewPRSI, em virtude das cláusulas contratuais que haviam sido estabelecidas pelas partes (PAI e Astra). Ou seja, para fazer valer a sua participação de 50% na NewPRSI a Astra tinha que pagar o valor das ações (valor nominal reconhecido na rubrica de *paid-in capital*) mais uma espécie de “ágio”, sem impacto na participação societária, que tinha como intuito neutralizar o efeito do passivo que era de sua exclusiva responsabilidade (valor de “ágio” reconhecido na conta *additional paid-in capital*). Esse lançamento complementar ao balanço inicial tinha como suporte documental e concreto o próprio contrato de compra e venda que exigia da Astra a quitação dos passivos não operacionais ou a concessão do desconto no preço (este último que não foi feito). Exemplos diretos desse tipo de transação não são encontrados em livros didáticos porque representam operações raras e esporádicas que ocorrem em fusões e aquisições, mas a lógica do registro da segunda operação citada no parágrafo 114 é a mesma do aporte de recursos da Astra na PRSI, ou seja, aporte de montantes desvinculados de valores nominais de ações devem ser registrados em Reserva de Capital (*Additional Paid-in Capital*), sem impacto no percentual de participação societária e no controle.

118. Dessa forma, conforme já referendado pelos auditores independentes das demonstrações financeiras da PRSI e demonstrado acima, o lançamento contábil aqui em discussão não merece reparos, ou seja, a alternativa contábil escolhida no âmbito da NewPRSI, dadas as decisões tomadas pela PAI e Astra em suas negociações, era a única adequada para representar a transação.

119. Assim, a premissa b do parágrafo 17 acima de que havia alternativas válidas para registrar a transação sem que houvesse movimentação da conta capital é falsa e deve ser descartada. Tendo sido tomada a decisão pela PAI e pela Astra de não concessão do desconto no preço da aquisição, necessariamente haveria de ter um lançamento de aporte de capital para fazer face ao passivo provisionado, que era de responsabilidade da Astra. Assim, não há qualquer irregularidade referente ao lançamento contábil autorizado pelo Sr. Fernando Kamache.

120. Ademais, na condição de CFO da PRSI, mesmo que fosse possível prever o impacto da solução contábil no item 7.1.1 do acordo de compra da refinaria – ponto que será explorado nas análises dos demais responsáveis –, o responsável não poderia nem deveria se abster de receber os recursos e proceder ao lançamento contábil, tendo em vista que a negociação ocorreu entre a Astra e a PAI, empresas nas quais jamais ocupou cargo diretivo ou de gestão, ou seja, não tinha poder ou capacidade de ingerência sobre a matéria.

121. Portanto, sua responsabilidade na suposta irregularidade a ele atribuída deve ser afastada.

122. Remanescem, ainda, as premissas de que (i) havia alternativas para a realização da quitação de passivos sem o trânsito de recursos pelas contas da PRSI, (ii) os gestores deveriam ter tido a precaução, a partir do lançamento contábil em Reservas de Capital (*Additional Paid-in Capital*), de celebrar um aditivo ao contrato que inserisse cláusula que expressasse que esses valores seriam excluídos do item 7.1.1, (iii) a mera contabilização, na forma procedida, ensejaria, de forma direta, a previsão ou presunção de que esses valores viriam a onerar a empresa nos termos dispostos na cláusula 7.1.1, (iv) há nexo de causalidade, fundado em imperícia, imprudência ou negligência, entre o lançamento contábil realizado, sem a assinatura de termo aditivo, que resguardaria a empresa de ônus adicional, e o valor de US\$ 33.811.250,28 pagos no âmbito arbitral, com base na cláusula 7.1.1.

123. Essas premissas serão analisadas na sequência das respostas dos Srs. Alberto Guimarães, Giampaolo Di Donato e Gustavo Barbosa, tendo em vista que as peças se referem às mesmas questões e atos de gestão, além de apresentarem argumentos e alegações semelhantes. Nesse



instante, também serão averiguadas as eventuais responsabilidades de cada um desses gestores da PAI, conjuntamente com as do Sr. Fernando Kamache.

**III.5. Resposta do Sr. Giampaolo Di Donato à oitiva determinada pelo item 9.3.1 do acórdão 440/2017-TCU-Plenário (peça 349)**

124. O Sr. Di Donato, que era então membro do Conselho de Administração da PRSI por indicação da PAI, alega que não participou de qualquer negociação envolvendo a compra da refinaria de Pasadena e que, na época, era Gerente de Refino da PAI, cujas funções eram de caráter estritamente operacional.

125. Argumenta, ainda, que a premissa que lastreou a imputação sobre sua responsabilidade é equivocada porque as demonstrações contábeis da PRSI de 2007 jamais foram submetidas à apreciação ou mesmo aprovadas por seu conselho de administração.

126. Assevera que, após a assinatura da LOI, em 5/12/2007, a Astra afastou-se de suas obrigações societárias e, como consequência, deixou de assinar o *First Amendment to the Closing Agreement*, além de ter se omitido quando instada pela PAI a participar na gestão da PRSI.

127. Segundo o responsável, o afastamento da Astra dificultava a realização de reuniões do conselho de administração da PRSI e, quando passou a comparecer às reuniões, a empresa belga começou a bloquear as decisões, que deveriam ser unânimes.

128. Tendo em vista o imbróglio com a Astra, o possível debate sobre a contabilização dos aportes de recursos jamais foi submetido ao conselho de administração da PRSI.

129. Alega que a saída vislumbrada pela Petrobras para a retomada das atividades normais da PRSI foi a instauração da arbitragem, sob a alegação de que a empresa Astra estava descumprindo suas obrigações.

**III.6. Análise da resposta do Sr. Giampaolo Di Donato à oitiva determinada pelo item 9.3.1 do acórdão 440/2017-TCU-Plenário (peça 349)**

130. Tendo em vista que o Sr. Di Donato foi chamado aos autos por ter, na qualidade de membro do conselho de administração da PRSI, aprovado as demonstrações financeiras da PRSI do ano de 2007, sua responsabilidade deve ser afastada porque, conforme demonstrado acima, a contabilização dos aportes de recursos feitos pela Astra estava correta, além de as demonstrações financeiras de 2007 não terem sido submetidas ao conselho de administração. Além disso, como defendido na análise do tópico precedente, embora o referido administrador tenha sido indicado pela PAI, suas responsabilidades fiduciárias se estabelecem em relação à PRSI, devendo sua atuação ser pautada com independência em relação aos sócios.

**III.7. Resposta do Sr. Gustavo Barbosa à oitiva determinada pelo item 9.3.1 do acórdão 440/2017-TCU-Plenário (peça 348)**

131. O responsável inicia sua resposta alegando que a tomada de contas original deveria ter sido julgada improcedente porque o alegado débito de US\$ 39,7 milhões jamais existiu.

132. A peça 348 contém histórico do processo de negociação com a Astra semelhante ao apresentado pelo Sr. Fernando Kamache, razão pela qual somente informações adicionais serão aqui apresentadas.

133. Alega que, após a celebração da LOI, a Astra se recusou, entre outras ações, a assinar o *First Amendment to the Closing Agreement*. Apesar disso, os gestores da PAI envidaram todos os esforços para que o aditivo fosse celebrado.

134. Elenca uma série de eventos dos quais participou o Sr. Nestor Ceveró com o intuito de demonstrar a responsabilidade do ex-diretor da estatal no posicionamento adotado pela Astra após a assinatura da LOI.

135. A seguir, informa que exercia o cargo de Contabilidade e Finanças da PAI, correspondente ao quinto nível hierárquico no organograma da Petrobras, e que nunca esteve presente em reuniões



para tratar da aquisição da refinaria PRSI e que não era responsável por decisões estratégicas no âmbito da PAI.

136. Especificamente quanto aos aspectos técnicos do ato inquinado pelo Tribunal, alega que todos os especialistas consultados pela Petrobras são uníssonos em afirmar que a decisão do painel arbitral com relação aos ajustes do preço de compra foi errada. Cita os pareceres do escritório Thompson & Knight (peça 346) e do Sr. James Woods (peça 347) para reforçar o argumento.

137. Alega que a não assinatura do *First Amendment* não causou prejuízos à empresa porque a empresa belga fez os pagamentos à PAI e, segundo opinião do escritório Thompson & Knight, conforme o lançamento contábil realizado, não houve aumento da participação acionária da Astra na PAI, nos termos dos artigos 5.04 e 5.05 do SPSA.

138. Ocorre, segundo o escritório Thompson & Knight, que o painel arbitral considerou incorretamente os aportes da Astra para liquidar despesas tributárias e trabalhistas como *unamortized capital contributions*, o que teria causado toda controvérsia tratada nos autos.

139. O responsável conclui que a transação aqui em discussão assegurou, na verdade, que os passivos de responsabilidade exclusiva da Astra fossem pagos apenas com seus recursos e não com recursos da PRSI e da PAI.

140. Deve-se registrar que alguns argumentos trazidos pelo responsável são semelhantes aos já relatados na seção que descreve as oitivas do Sr. Fernando Kamache e da Petrobras. Por essa razão, não foram novamente detalhados neste tópico.

141. Na sequência, será apresentada a resposta do Sr. Alberto Guimarães por semelhança da argumentação. Após, será realizada a análise das respostas dos dois responsáveis a partir das premissas que embasaram seus chamamentos aos autos.

### **III.8. Resposta do Sr. Alberto Guimarães à oitiva determinada pelo item 9.3.1 do acórdão 440/2017-TCU-Plenário (peça 350)**

142. O responsável inicia contextualizando a questão alegando que o “laudo arbitral ignorou a vontade das partes e vislumbrou, na inequívoca operação de limpeza de passivos da PRSI ajustada entre o Grupo Astra e a Petrobras, um aporte ordinário de capital pelo Grupo Astra. Por tal entendimento, o Painel Arbitral decidiu que, nos termos do contrato entre as partes, a Petrobras estava obrigada a compensar ao Grupo Astra pela contribuição de capital não amortizada. Esse, então, passou a ser o prejuízo vislumbrado pela SecexEstataisRJ, no valor de US\$ 33,8 milhões.” (peça 350, p. 3).

143. Alega que está esclarecido nos autos o fato de que a capitalização em questão foi uma operação de limpeza de passivos e não um aporte de capital, conforme, inclusive, consta do voto condutor do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário, itens 21 a 24.

144. Do voto e do relatório da unidade técnica, o responsável vislumbra o reconhecimento implícito de que o painel arbitral errou no seu laudo ao interpretar uma operação de limpeza como um aporte de capital.

145. Afirma que a unidade técnica tem procurado imputar aos gestores a responsabilidade pelo erro do painel arbitral. A suposição é que o erro apenas se materializou em razão da ausência de um aditivo ou qualquer outro elemento que permitisse ao painel arbitral vislumbrar no lançamento do aporte de capital a operação de limpeza ajustada entre as partes.

146. Segundo o responsável, a conclusão da unidade técnica seria baseada na premissa que o painel arbitral decidiu dessa maneira porque não tinha outros elementos para verificar a intenção das partes. Dessa forma, conclui o responsável, a unidade técnica atrela o débito à suposta omissão dos gestores em obter do grupo Astra a assinatura no aditivo contratual negociado entre as partes.

147. Apresenta, na sequência, trechos das respostas dos consultores contratados pela Petrobras (peças 346 e 347) para demonstrar que o painel arbitral foi devidamente informado da real natureza da operação em discussão.

148. Dessa forma, reputa como especulativa a premissa de que foi a não assinatura do aditivo que motivou o painel arbitral a proceder de forma incorreta sob o ponto de vista técnico.

149. Alega, também, que, mesmo que a celebração do aditivo fosse imperiosa, ele não poderia ser responsabilizado por essa suposta omissão já que não tinha competência para decidir sobre o ajuizamento de medidas judiciais ou iniciar arbitragem contra a Astra, que foi instruída e iniciada pela Diretoria Internacional da Petrobras.

150. Apresenta, na sequência, cronologia de atos do Sr. Nestor Ceveró para demonstrar sua influência sobre o comportamento da empresa Astra após a assinatura da LOI.

151. O Sr. Alberto Guimarães também argumenta que inexistiu prejuízo a Petrobras, tendo em vista que o laudo arbitral foi, na verdade, favorável à empresa brasileira. Discorre sobre os pareceres do Sr. James Woods e do escritório Thompson & Knight (peças 346 e 347) para afirmar que, com relação aos ajustes de preço, o resultado líquido dos erros cometidos pelo painel arbitral foi de US\$ 5,6 milhões favorável à companhia e, no geral, foi de US\$ 500 milhões a menos do que a empresa Astra pediu ao painel arbitral.

152. Adicionalmente, alega que jamais participou de nenhuma sessão arbitral nem sequer fazia parte da PAI quando a arbitragem foi instaurada e concluída. Assim, não poderia ter sido considerado responsável por nenhum dos desdobramentos da decisão do painel arbitral.

153. Reafirma que não deve ser responsabilizado por não haver causalidade adequada entre a alegada omissão dos gestores e os alegados danos investigados, que decorreram de erro interpretativo em decisão irrecorrível de uma autoridade judicante, que foi compensado em benefício da Petrobras pela mesma decisão de aportar os recursos da Astra na PRSI.

154. Conclui alegando que houvesse o painel arbitral realizado a interpretação correta do aporte de recursos, inexistiria o débito. Portanto, prossegue, estar-se-ia responsabilizando gestor que agiu dentro da legalidade e legitimidade por erro de terceiros, o qual não poderia ter evitado, mesmo que houvesse participado do processo de arbitragem.

155. Cita, ainda, voto condutor do Acórdão 3.053/2011-TCU-Plenário para afirmar que o que se está a realizar nestes autos é o controle do efeito de ato que, no seu entender, foi legítimo e legal.

156. Por fim, informa, em termos semelhantes aos da resposta do Sr. Giampaolo Di Donato, que as demonstrações contábeis de 2007 jamais foram submetidas à apreciação do conselho de administração da PRSI.

### **III.9. Análise das Respostas do Srs. Alberto Guimarães, Gustavo Barbosa e Giampaolo Di Donato à oitiva determinada pelo item 9.3.1 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário**

157. A primeira premissa subjacente ao relatório da unidade técnica que embasou o relatório do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário era a de que existiam alternativas, que não foram utilizadas, para a realização de quitação dos passivos sem que houvesse a necessidade de trânsito dos recursos pela contabilidade da PRSI.

158. Foram apontadas como alternativas a transação das dívidas entre as partes (compensações interempresas no âmbito do Grupo Astra com cancelamento do passivo da PRSI) ou mesmo um decréscimo no preço acordado para a compra da refinaria.

159. A transação de dívidas entre as partes, com a assunção das obrigações por uma das partes e limpeza do balanço da outra que se desobriga, é factível, possível e mesmo comum quando envolve dívidas de natureza comercial. Entretanto, dívidas de natureza tributária e trabalhista envolvem outras condicionantes jurídicas, independentemente do país capitalista em que as entidades operam, que tornam sua transação muito complexa, senão impossível.

160. A partir dessa complexidade jurídica e da escassez de informações sobre a natureza das dívidas da Astra em questão (que, diga-se, a própria Petrobras afirmou não conhecer e apontou isso como um dos motivos por ter preferido o aporte de capital ao invés do desconto no preço), não seria razoável afirmar que os gestores da companhia poderiam ou deveriam ter trilhado esse

caminho, que, pelas informações constantes dos autos, não foi sequer cogitado pelas partes, muito provavelmente por sua impossibilidade ou demasiada complexidade jurídica e operacional.

161. Ressalte-se que não se está a negar que poderia existir essa possibilidade (transação interempresa do grupo Astra). Todavia, não constam dos autos os elementos necessários e suficientes que pudessem amparar a aceitação de tal possibilidade como um critério claro e objetivo para fins de configuração da irregularidade em relação à solução efetivamente escolhida.

162. Por sua vez, a diminuição no preço acordado entre as partes seria, por sua vez, factível e de até simples implementação. Era, inclusive, o que estava inicialmente previsto no contrato de *closing* firmado em setembro de 2006. Entretanto, a existência dessa possibilidade também não é um argumento que, por si só, deva ser considerado como válido para eventual imputação de débito. Não necessariamente a escolha de uma opção possível torna a outra opção antijurídica ou mesmo inoportuna. Eram opções possíveis e válidas sob o ponto de vista jurídico e contábil, como visto anteriormente. Eventual débito deveria estar calcado na antijuridicidade da opção escolhida. Vale dizer que, considerando todo o desenrolar das negociações entre a Petrobras e a Astra e o desdobramento das tomadas de contas especiais de Pasadena no âmbito do Tribunal, poder-se-ia estar discutindo aqui nestes autos exatamente o porquê de a Petrobras ter preferido não receber os valores referentes à dívida trabalhista e tributária antecipadamente quando teve a oportunidade.

163. Afinal, com o benefício da retrospectiva, sabe-se hoje que a negociação estava maculada e que não haveria uma segunda rodada de negociações. O processo de aquisição da refinaria foi parar na corte arbitral.

164. Assim, não é possível afirmar categoricamente que havia alternativas mais seguras, tanto do ponto de vista jurídico quanto do negocial, para que a Astra honrasse dívidas de sua exclusiva responsabilidade.

165. O fato é que é difícil considerar como desarrazoado, imprudente, imperito ou negligente o recebimento antecipado dos recursos devidos pela Astra, ainda mais quando se considera que a relação entre as duas empresas tornou-se turbulenta a partir da assinatura da LOI, em 5/12/2007, oito dias antes do recebimento do aporte de recursos.

166. Portanto, a premissa de que existiam melhores alternativas para o desenlace do impasse sobre os pagamentos de dívidas exclusivas da Astra não deve ser sustentada.

167. A premissa de que, por prudência, a contabilização como Reservas de Capital (*Additional Paid-in Capital*) e o recebimento dos recursos da Astra deveriam ter sido precedidos pela assinatura de um termo aditivo também não é precisa.

168. É que os recursos foram transferidos pela Astra à PRSI em 13/12/2007, sendo que, em 5/12/2007, foi assinado a *Letter of Intent* (LOI) entre a Diretoria da Área Internacional da Petrobras e a Astra. A partir desse documento – a LOI, a empresa belga se afastou da gestão da PRSI, o que tornaria improvável a obtenção da assinatura do aditivo.

169. Tivesse o aditivo sido considerado como o primeiro, fundamental e necessário passo para que a Astra cumprisse sua obrigação de quitar as dívidas de sua exclusiva responsabilidade, provavelmente, a empresa belga não teria liquidado o ônus tributário e trabalhista que lhe cabia, exclusivamente.

170. Sob o aspecto da segurança e certeza de que as dívidas seriam honradas pela empresa belga, o recebimento dos recursos (aporte) tem precedência de importância sobre a assinatura de eventual aditivo, pois que somente de posse dos recursos em espécie poderia a PRSI realizar a quitação dos passivos devidos pela Astra, com recursos exclusivos dos cofres da empresa belga.

171. Assim, difícil argumentar que seria mais prudente exigir ou esperar a assinatura do aditivo a fim de receber o aporte de recursos, principalmente com o benefício da retrospectiva sobre todo o desenrolar da operação. Vale dizer que o principal objetivo do termo aditivo era o de resguardar a PAI em relação a eventual diluição de capital. Tal risco, como sabido, não se materializou em nenhum momento, simplesmente porque o mero aporte em conta de reserva de capital para registro

de ágio na emissão de ações (*additional paid-in capital*) não implica, em tese, alterações nas participações societárias.

172. A premissa de que era previsível ou presumível que esses valores, na forma como foram contabilizados, poderiam vir a onerar a empresa nos termos dispostos na cláusula 7.1.1 também embasa o juízo de valor externado no Acórdão 440/2017-TCU-Plenário sobre a suposta falta de prudência dos gestores em não exigir previamente a assinatura de aditivo.

173. Para analisar a questão, é necessário transcrever a cláusula 7.1.1 do documento *Shareholders Agreement* (peça 77, p. 21):

*“7. Minority Put exercised on PRSI or Trading Company (Petrobras’s right to override a decision and Astra has 50% Ownership Interest);*

*7.1 Up to commercial operation of the Revamp Project (the Put Price will be the higher between {(7.1.1 + 7.1.2)} and 7.1.3}.*

*7.1.1 Price for PRSI*

*- Ownership Interest x 120% of PRSI Total Price;*

*- Plus, Ownership Interest x 120% of Astra’s Unamortized Capital Contributions, made for capital items other than Revamp project;*

*- Plus, 100% of the Astra’s Unamortized Capital Contributions of Capital Contributions made for the Revamp Project;”*

174. A cláusula diz respeito à precificação do ativo na situação em que a Astra exerce sua *put option* em razão de a Petrobras se sobrepor a uma decisão (*right to override*) em momento em que a Astra detenha 50% de participação societária na PRSI. O preço da opção de venda, então, é definido pelo maior valor entre o somatório resultante dos subitens 7.1.1 e 7.1.2 e o resultante do item 7.1.3.

175. O item 7.1.1 estabelece o preço da PRSI, sendo que o segundo subitem determina que seja somado o resultante da multiplicação da participação acionária (50%) por 120% das contribuições de capital não amortizadas, realizadas em itens de capital outros que não os do projeto Revamp.

176. Ao fim e ao cabo, o painel arbitral estipulou que a Petrobras, especificamente no que se refere ao item 7.1.1, segundo subitem, pagasse à Astra o montante de US\$ 33,8 milhões, resultante da seguinte aplicação do subitem: 50% X 120% X (US\$ 61,5 milhões – US\$ 5,1 milhões).

177. Os US\$ 61,5 milhões são relativos aos aportes de recursos feitos pela Astra para saldar as dívidas de sua exclusiva responsabilidade de naturezas tributária e trabalhista e os US\$ 5,1 milhões são extraídos da rubrica Depreciação Acumulada que é uma conta contábil redutora do montante bruto de investimentos realizados em ativos fixos, os chamados imobilizados.

178. Há nesse cálculo realizado pelo painel arbitral o raciocínio subjacente de que os montantes de US\$ 61,5 milhões e US\$ 5,1 milhões são inter-relacionados, sendo que o último representaria a parcela de investimentos que já teria sido amortizada via a depreciação acumulada do ativo fixo, conhecido no Brasil como ativo imobilizado.

179. Assim, o painel arbitral interpretou o aporte de recursos para saldar as dívidas tributárias e trabalhistas como investimentos em ativos fixos (imobilizado) e não como recursos que transitaram pelas contas da Petrobras e, de fato, foram utilizados apenas para efeito de fechamento da negociação entre as empresas para limpeza do balanço da PRSI de quaisquer dívidas de exclusiva responsabilidade dos antigos sócios, no caso, a empresa Astra.

180. A documentação que demonstra a transação consta dos autos e foi submetida ao painel arbitral, que, entretanto, desconsiderou a sua essência.

181. Ao subtrair os US\$ 5,1 milhões dos US\$ 61,5 milhões, o painel arbitral errônea e artificialmente transformou os aportes de recursos realizados exclusivamente para saldar dívidas em projetos de investimentos que foram, posteriormente, depreciados, ou seja, os considerou como

contribuições de capital em itens de capital ainda pendentes de amortização futura, sendo que sua depreciação posterior jamais poderia acontecer, tendo em vista que as contrapartidas dos lançamentos feitos às contas de *Additional Paid-in Capital* (Reservas de Capital) não foram contas de ativo fixo (imobilizado).

182. É importante relembrar o que SFAC 6 expressa sobre as características dos investimentos feitos pelos sócios:

*“Characteristics of Investments by and Distributions to Owners*

*68. Investments by owners and distributions to owners are transactions between an enterprise and its owners as owners. Through investments by owners, an enterprise obtains resources it needs to begin or expand operations, to retire debt securities or other liabilities, or for other business purposes;” (sublinhei)*

183. O item 68 do SFAC 6 deixa claro que os investimentos feitos pelos sócios podem (i) servir para iniciar ou expandir operações, (ii) recomprar valores mobiliários (ações ou debêntures) ou (iii) liquidar passivos, ou mesmo para outros propósitos.

184. Os aportes realizados pela Astra tiveram o intuito de liquidar passivos, como ficou demonstrado nos autos. O painel arbitral os considerou como destinados à expansão ou iniciação de operações e procedeu à subtração da parcela amortizada (depreciação acumulada), incorrendo em erro grosseiro (embora devidamente alertado pelos peritos que assessoraram a Petrobras).

185. A própria leitura do segundo subitem 7.1.1 deixa implícito, em linguagem contábil, que aqueles itens de capital a que se refere só poderiam ser aqueles em ativos fixos (ativos imobilizados), que são passíveis de depreciação. De outra forma, jamais poderiam ser amortizados como no caso de liquidação de dívidas.

186. A simples inclusão da expressão *Unamortized* deixa implícito que somente itens de capital voltados a iniciar ou expandir operações (projetos) deveriam compor as *Capital Contributions*. A interpretação sistemática dos instrumentos que consubstanciam a vontade das partes também deixa isso claro.

187. Nesses termos e diante das evidências constantes dos autos, não é razoável imputar aos gestores da PAI ou mesmo ao CFO da NewPRSI a capacidade de previsão ou presunção de que os valores recebidos da Astra, contabilizados corretamente de acordo com o *US GAAP*, com o intuito exclusivo de liquidar passivos, seriam considerados erroneamente no futuro pelo painel arbitral como *Unamortized Capital Contributions*.

188. Da mesma forma e como decorrência de tudo o que foi exposto nessa instrução, não é possível sustentar nexo de causalidade, fundado em imperícia, imprudência ou negligência, entre o lançamento contábil realizado, sem a assinatura de termo aditivo, e o valor de US\$ 33,8 milhões pagos pela Petrobras no âmbito arbitral, com base na cláusula 7.1.1 do *Shareholders Agreement* (peça 77, p. 21), já que o prejuízo é fundamentado em erro do painel arbitral e não exatamente na falta de assinatura de termo aditivo, que poderia igualmente ter sido desconsiderado pelos árbitros.

189. Por todo o exposto, embora fique patente a ocorrência do fato descrito na instrução técnica, consistente na desconsideração pelo painel arbitral da essência e substância do lançamento contábil efetuado na conta de reserva de capital (*additional paid-in capital*), não há como apontar que os administradores que se manifestaram em atenção às oitivas possam ser responsabilizados.

190. Também não há como propor outros tipos de providências já que o prejuízo de que trata a presente instrução é decorrente de decisão arbitral transitada em julgada, da qual não cabe socorro sequer do poder judiciário. A solução arbitral foi exatamente a escolhida pelas partes no contrato, amparada por legislação específica de país estrangeiro.

191. Assim, considerando adicionalmente que, de fato, a lógica do painel arbitral pode ter sido, como alegado pela Petrobras e pelos responsáveis, a de buscar soluções de compromisso, através da mútua compensação de erros havidos para as duas partes em ordem de grandeza equivalentes



(com saldo positivo para a Petrobras de US\$ 5 milhões), não há como perquirir pelo ressarcimento das quantias em questão.

### **Conclusão**

192. Considerando que (i) o item 9.1 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário considerou descaracterizada a irregularidade de que tratava o subitem 9.4 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário, a partir do qual foi autuada a presente TCE; e (ii) não subsistem elementos para a imputação dos débitos de US\$ 33,8 milhões e US\$ 88 milhões, objetos das oitivas dos itens 9.3.1 e 9.3.3, respectivamente, do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário; os autos devem ser arquivados, sem julgamento do mérito, tendo em vista a ausência de pressupostos de constituição e, ainda, de desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do RI/TCU.

### **Proposta de encaminhamento**

193. Diante do exposto, submeto à consideração superior a proposta de encerrar os autos e arquivar o processo por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do RI/TCU.

5. O Ministério Público junto ao TCU manifestou-se nos autos (peça 441) em conformidade com o artigo 81, inciso II, da Lei 8.443/1992, consoante se transcreve:

Trata-se de processo relacionado à aquisição pela Petrobras da refinaria de Pasadena (PRSI), originado de representação formulada pelo Ministério Público de Contas (MP/TCU), noticiando possíveis irregularidades nas operações que envolveram a referida compra (TC nº 005.406/2013-7).

2. As irregularidades apontadas no TC nº 005.406/2013-7, Acórdão nº 1927/2014-Plenário, foram desmembradas para apuração em três tomadas de contas especiais:

a) o presente processo, que trata do débito contido no item 9.4 do citado Acórdão (dispensa de cobrança de passivos tributários e trabalhistas);

b) o débito referente ao item 9.3 e as audiências analisadas no TC nº 025.551/2014-0 (trata da aquisição propriamente dita); e

c) os débitos constantes dos itens 9.5 e 9.6, analisados no TC nº 005.261/2015-5 (relacionados à Carta de Intenções e ao não cumprimento da sentença arbitral), julgado por intermédio dos Acórdãos nºs 1881/2017 e 1099/2019, ambos do Plenário, que julgou irregulares as contas dos Srs. José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Nestor Cuñat Cerveró, condenando-os solidariamente em débito.

3. Existe ainda a TCE apartada (TC nº 035.952/2016-4) constituída em cumprimento ao Acórdão nº 1720/2016-Plenário, instaurada com a finalidade de se proceder à citação das empresas Astra Oil Trading N.V., uma sociedade dos Países Baixos (Holanda), e Astra Oil Company, uma sociedade de Delaware, EUA, em solidariedade com os demais responsáveis.

4. Cabe registrar, também, existência de representação deste membro do MP/TCU (TC nº 016.268/2017-2), a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à transação de incorporação de terreno adjacente à refinaria de Pasadena, realizada sob a vigência da parceria entre a Petrobras América Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e as empresas do Grupo Astra, por US\$ 28 milhões, em 28/09/2006.

5. De acordo com a Representação, existem indícios de superfaturamento na incorporação do terreno para a expansão da refinaria. O ativo foi **adquirido** somente **pelo grupo Astra** em 16/08/2006 por **US\$ 18,9 milhões** e **revendido um mês depois** para a refinaria (PRSI), no âmbito da parceria entre a Petrobras e a Astra Oil, **por US\$ 28 milhões**, isto é, **US\$ 9,1 milhões mais caro, um acréscimo de 48%**.

## II – HISTÓRICO DO PROCESSO

6. Como já mencionado, a presente tomada de contas especial referia-se inicialmente ao item 9.4 do Acórdão nº 1927/2014-Plenário, integrado pelo Acórdão nº 224/2015-Plenário, abaixo transcrito:

*“9.4. realizar citação, com fundamento no art. 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis abaixo relacionados, para que, no*



*prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Petrobrás Brasileiro S.A. - Petrobrás a quantia original de US\$ 39,700,000.00 (trinta e nove milhões e setecentos mil dólares), convertida para moeda nacional (Reais), nos termos do art. 39, § 3º, da Lei 4.320/1964 (com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.735/79, de 20/12/1979) e do art. 9º da IN-TCU 71/2012, na data de ciência da citação, e atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir dessa data, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão do prejuízo causado ao patrimônio da Petrobrás por haverem dispensado a cobrança da Astra do valor previsto contratualmente no Schedule 3 do Closing Agreement, referente a Reductions for Tax Liabilities and Bonus Accrual, que havia sido deduzido no Closing estimado pela Astra, em cumprimento à Cláusula 5.04(b)(ii) do Stock Purchase and Sale Agreement - SPA, resultando daí injustificado dano aos cofres da companhia, em desacordo com o princípio da economicidade e da prudência e com o disposto na alínea 'a' do § 2º do art. 154 da Lei 6.404/1976;*

*9.4.1. Sr. Gustavo Tardin Barbosa (CPF 720.925.307-63), então Chief Financial Officer da Petrobrás America Inc., responsável direto pela dispensa de cobrar da Astra o valor previsto contratualmente no Schedule 3 do Closing Agreement;*

*9.4.2. Sr. Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15), então Diretor de Abastecimento da Petrobrás que, na condição de representante da Petrobrás no Senior's Owners Committee da PRSI, abonou o ato de liberalidade acima descrito ou, quando pouco, deixou de adotar medidas para que se não aperfeiçoasse, o que seria dele exigível, tendo em vista que o referido favorecimento se afigurou contrário aos dispositivos contratuais vigentes e envolveu montante muito expressivo;*

*9.4.3. Sr. Alberto da Fonseca Guimarães (CPF 336.892.297-15), Presidente da Petrobrás America Inc., superior hierárquico do Chief Financial Officer que, presumidamente, ratificou os atos que concorreram para tal irregularidade ou, ao menos, deixou de adotar medidas tendentes a impedir tal favorecimento indevido à Astra, o que seria dele exigível, uma vez que tal benefício se afigurou contrário aos dispositivos contratuais vigentes e envolveu montante muito expressivo;"*

7. Com base nas informações e documentos trazidos aos autos nas alegações de defesa dos responsáveis, por meio do Acórdão nº 440/2017-Plenário, entre outras medidas, o Tribunal considerou descaracterizada a irregularidade de que trata o subitem 9.4 do Acórdão nº 1927/2014-Plenário, decidindo, porém, pela realização de oitiva dos responsáveis em relação a eventual prejuízo e demais providências, conforme itens 9.3.1 a 9.3.5 do mencionado Acórdão nº 440/2017-Plenário, com determinação à SecexEstatais nos seguintes termos:

*"9.3.1. promova a oitiva dos então gestores abaixo relacionados, com fundamento no art.250, Inciso V, c/c com art.179, § 6º, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem justificativas quanto ao eventual prejuízo de US\$ 33.811.250,28 causado ao patrimônio da Petrobrás, decorrente da contabilização do aporte dos recursos feito pelo Grupo Astra na Pasadena Refining System Inc. (PRSI), para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra, sem a assinatura do aditivo ao Closing Agreement - First Amendment to the Closing Agreement ou outra medida que pudesse resguardar direitos da Petrobrás America Inc.:"*

*9.3.1.1. Alberto da Fonseca Guimarães (CPF 336.892.297-15), então Presidente da Petrobrás America Inc. e representante da PAI no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);*

*9.3.1.2. Gustavo Tardin Barbosa (CPF 720.925.307-63), então Chief Financial Officer da Petrobrás America Inc. e representante da PAI no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);*

*9.3.1.3. Giampaolo Di Donato, representante da Petrobrás America Inc. no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);*

*9.3.2. promova a oitiva do Sr. Fernando Gabriel Couto Kamache, então Chief Financial Officer da PRSI Refining System, para que, no prazo de quinze dias, apresente justificativas por permitir a contabilização dos recursos aportados pelo Grupo Astra, para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, na conta 670000 - Capital Integralizado Adicional do Grupo Astra, sem ponderar sobre os impactos que a solução contábil por ele registrada causaria aos cofres da PAI na eventualidade da aplicação do put option pela Astra.*

9.3.3. promova a oitiva da Petrobras para que esta justifique a conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (*Purchase Price Adjustment- PPA*) no momento do *put option*, o que pode ter causado um prejuízo de cerca de US\$ 88 milhões aos cofres da estatal, haja vista os termos do parecer emitido pelo perito James Wood, contratado pela própria Petrobras durante os procedimentos de arbitragem;

9.3.4. identifique os responsáveis pela conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra de que trata o subitem anterior (*Purchase Price Adjustment- PPA*) no momento do *put option*, autorizando-se desde já as diligências e inspeções necessárias, bem como promova a oitiva dos envolvidos;

9.3.5. após as análises das oitivas, submeta os autos ao gabinete do relator com as propostas de citação dos responsáveis pelos danos identificados, se assim for necessário, incluindo as empresas *Astra Oil Trading N.V.* e *Astra Oil Company*, para responderem solidariamente com os arrolados nesta TCE, em consonância com os procedimentos estabelecidos no Acórdão 2.937/2016-TCU-Plenário;”

8. Procedidas as regulares comunicações, os responsáveis e a Petrobras apresentaram suas respectivas respostas das oitivas determinadas, as quais foram devidamente analisadas pela unidade (peça 428), que propôs, ao final, encerrar os autos e arquivar o processo por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do RI/TCU, tendo em vista que “(i) o item 9.1 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário considerou descaracterizada a irregularidade de que tratava o subitem 9.4 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário, a partir do qual foi autuada a presente TCE; e (ii) não subsistem elementos para a imputação dos débitos de US\$ 33,8 milhões e US\$ 88 milhões, objetos das oitivas dos itens 9.3.1 e 9.3.3, respectivamente, do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário”.

### III

9. Após analisar detidamente os autos, ante os elementos juntados e as explicações dos responsáveis, permito-me evoluir do entendimento inicial quanto à existência do débito ora tratado e à responsabilidade dos agentes arrolados nesta TCE. Desta forma, manifesto concordância com a conclusão da unidade técnica.

10. Em síntese, nesta etapa processual, analisa-se indícios de possível débito apontado nos itens 9.3.1 e 9.3.3 do Acórdão nº 440/2017-Plenário em razão de “*eventual prejuízo de US\$ 33.811.250,28 causado ao patrimônio da Petrobras, decorrente da contabilização do aporte dos recursos feito pelo Grupo Astra na Pasadena Refining System Inc. (PRSI), para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra, sem a assinatura do aditivo ao Closing Agreement - First Amendment to the Closing Agreement ou outra medida que pudesse resguardar direitos da Petrobras America Inc*” e “*conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (Purchase Price Adjustment - PPA) no momento do put option, o que pode ter causado um prejuízo de cerca de US\$ 88 milhões aos cofres da estatal, haja vista os termos do parecer emitido pelo perito James Wood, contratado pela própria Petrobras durante os procedimentos de arbitragem*”, respectivamente.

11. No que se refere à suposta conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (*Purchase Price Adjustment – PPA*) no momento do *put option*, o que pode ter causado um prejuízo de cerca de US\$ 88 milhões aos cofres da estatal, haja vista os termos do parecer emitido pelo perito James Wood, contratado pela própria Petrobras durante os procedimentos de arbitragem, restou demonstrada a ausência de qualquer irregularidade que tenha ocasionado prejuízo à Petrobras.

12. A companhia, em sua oitiva, apresenta os esclarecimentos do perito sobre esse ponto específico (peça 341, p. 9):

“(…) O terceiro valor, de US\$ 88 milhões, refere-se à minha sugestão de se fazer uma segunda rodada de ajustes do preço de compra. Esta sugestão foi baseada em lógica econômica, mas que **não tinha suporte direto nos termos específicos dos contratos.**” (Sem negritos no original.)

13. Afora a impossibilidade jurídica de se questionar o laudo arbitral, haja vista que as normas que regem tal resolução de conflito (*American Arbitration Association (AAA)*; legislação federal

americana sobre arbitragem e leis do Estado do Texas) preveem apenas a possibilidade de recurso ao próprio painel arbitral para solicitar a correção de erro formal, sobressai o fato de que, de acordo com o próprio perito, o montante de US\$ 88 milhões não era um valor certo de desconto a ser obtido no preço da PRSI, por não poder ser derivado expressamente dos termos expressos no contrato, e que tal montante foi submetido ao painel arbitral antes de sua decisão, mas rejeitado na apreciação de mérito.

14. Assim, o MP/TCU concorda com a conclusão da unidade técnica quando afirma que *“considerando que o montante de US\$ 88 milhões foi devidamente apresentado ao painel arbitral na ocasião própria (Rebuttal Report), embora rejeitado; que a decisão (final award) do painel arbitral só pode ser modificada se contiver erro formal; que o poder judiciário só poderia ser acionado com sucesso se houvesse ilegalidade formal que causasse nulidade ao processo, não se pode afirmar que os gestores da Petrobras tenham agido com imprudência, imperícia ou negligência ou tenham sido omissos em relação ao montante de US\$ 88 milhões suscitados pelo perito James Woods”*.

15. No que se refere ao possível débito de US\$ 33,8 milhões (item 9.3.1), conclui-se que a contabilização do aporte dos recursos feito pelo Grupo Astra na *Pasadena Refining System Inc.* (PRSI), para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra, ocorreu de forma legal, seguindo as normas contábeis aplicáveis à matéria.

16. Da mesma forma, como observado pela unidade técnica, não é possível sustentar nexo de causalidade, fundado em imperícia, imprudência ou negligência, entre o lançamento contábil realizado, sem a assinatura de termo aditivo, e o valor de US\$ 33,8 milhões pagos pela Petrobras no âmbito arbitral, com base na cláusula 7.1.1 do *Shareholders Agreement*, já que o prejuízo é fundamentado em erro do painel arbitral e não exatamente na falta de assinatura de termo aditivo, que poderia igualmente ter sido desconsiderado pelos árbitros.

17. Não obstante, restou demonstrado que os gestores da Petrobras envidaram os esforços para assinatura do termo aditivo, que foi negado pela Astra após o envio da carta de intenções por Nestor Cerveró, assunto tratado no TC nº 005.261/2015-5, julgado por intermédio dos Acórdãos nºs 1881/2017 e 1099/2019, ambos do Plenário.

18. Ponto relevante que reforça as conclusões pelo arquivamento do presente processo é o fato de que, efetivamente, ocorreram dois erros do painel arbitral, um desfavorável e outro favorável à Petrobras. O resultado econômico desses erros não demonstra prejuízo à companhia, tendo em vista que esta acabou sendo beneficiada em aproximadamente US\$ 5 milhões.

#### IV

19. Com estas considerações, o MP/TCU manifesta concordância com a proposta de encaminhamento da unidade técnica (peça 428, p. 25), no sentido de encerrar os autos e arquivar o processo por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do RI/TCU.

6. O Ministério Público junto ao TCU manifestou-se nos autos (peça 224) em conformidade com o artigo 81, inciso II, da Lei 8.443/1992, consoante se transcreve:

Trata-se de processo relacionado à aquisição pela Petrobras da refinaria de Pasadena (PRSI), originado de representação formulada pelo Ministério Público de Contas (MP/TCU), noticiando possíveis irregularidades nas operações que envolveram a referida compra (TC nº 005.406/2013-7).

2. As irregularidades apontadas no TC nº 005.406/2013-7, Acórdão nº 1927/2014-Plenário, foram desmembradas para apuração em três tomadas de contas especiais:

a) o presente processo, que trata do débito contido no item 9.4 do citado Acórdão (dispensa de cobrança de passivos tributários e trabalhistas);

b) o débito referente ao item 9.3 e as audiências analisadas no TC nº 025.551/2014-0 (trata da aquisição propriamente dita); e

c) os débitos constantes dos itens 9.5 e 9.6, analisados no TC nº 005.261/2015-5 (relacionados à Carta de Intenções e ao não cumprimento da sentença arbitral), julgado por intermédio dos Acórdãos nºs 1881/2017 e 1099/2019, ambos do Plenário, que julgou irregulares as contas dos

Srs. José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Nestor Cuñat Cerveró, condenando-os solidariamente em débito.

3. Existe ainda a TCE apartada (TC nº 035.952/2016-4) constituída em cumprimento ao Acórdão nº 1720/2016-Plenário, instaurada com a finalidade de se proceder à citação das empresas Astra Oil Trading N.V., uma sociedade dos Países Baixos (Holanda), e Astra Oil Company, uma sociedade de Delaware, EUA, em solidariedade com os demais responsáveis.

4. Cabe registrar, também, existência de representação deste membro do MP/TCU (TC nº 016.268/2017-2), a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à transação de incorporação de terreno adjacente à refinaria de Pasadena, realizada sob a vigência da parceria entre a Petrobras América Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e as empresas do Grupo Astra, por US\$ 28 milhões, em 28/09/2006.

5. De acordo com a Representação, existem indícios de superfaturamento na incorporação do terreno para a expansão da refinaria. O ativo foi **adquirido** somente **pelo grupo Astra** em 16/08/2006 por **US\$ 18,9 milhões** e **revendido um mês depois** para a refinaria (PRSI), no âmbito da parceria entre a Petrobras e a Astra Oil, **por US\$ 28 milhões**, isto é, **US\$ 9,1 milhões mais caro, um acréscimo de 48%**.

## II – HISTÓRICO DO PROCESSO

6. Como já mencionado, a presente tomada de contas especial referia-se inicialmente ao item 9.4 do Acórdão nº 1927/2014-Plenário, integrado pelo Acórdão nº 224/2015-Plenário, abaixo transcrito:

*“9.4. realizar citação, com fundamento no art. 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis abaixo relacionados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a quantia original de US\$ 39,700,000.00 (trinta e nove milhões e setecentos mil dólares), convertida para moeda nacional (Reais), nos termos do art. 39, § 3º, da Lei 4.320/1964 (com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.735/79, de 20/12/1979) e do art. 9º da IN-TCU 71/2012, na data de ciência da citação, e atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir dessa data, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão do prejuízo causado ao patrimônio da Petrobras por haverem dispensado a cobrança da Astra do valor previsto contratualmente no Schedule 3 do Closing Agreement, referente a Reductions for Tax Liabilities and Bonus Accrual, que havia sido deduzido no Closing estimado pela Astra, em cumprimento à Cláusula 5.04(b)(ii) do Stock Purchase and Sale Agreement - SPA, resultando daí injustificado dano aos cofres da companhia, em desacordo com o princípio da economicidade e da prudência e com o disposto na alínea ‘a’ do § 2º do art. 154 da Lei 6.404/1976;*

*9.4.1. Sr. Gustavo Tardin Barbosa (CPF 720.925.307-63), então Chief Financial Officer da Petrobras America Inc., responsável direto pela dispensa de cobrar da Astra o valor previsto contratualmente no Schedule 3 do Closing Agreement;*

*9.4.2. Sr. Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15), então Diretor de Abastecimento da Petrobras que, na condição de representante da Petrobras no Senior's Owners Committee da PRSI, abonou o ato de liberalidade acima descrito ou, quando pouco, deixou de adotar medidas para que se não aperfeiçoasse, o que seria dele exigível, tendo em vista que o referido favorecimento se afigurou contrário aos dispositivos contratuais vigentes e envolveu montante muito expressivo;*

*9.4.3. Sr. Alberto da Fonseca Guimarães (CPF 336.892.297-15), Presidente da Petrobras America Inc., superior hierárquico do Chief Financial Officer que, presumidamente, ratificou os atos que concorreram para tal irregularidade ou, ao menos, deixou de adotar medidas tendentes a impedir tal favorecimento indevido à Astra, o que seria dele exigível, uma vez que tal benefício se afigurou contrário aos dispositivos contratuais vigentes e envolveu montante muito expressivo;”*

7. Com base nas informações e documentos trazidos aos autos nas alegações de defesa dos responsáveis, por meio do Acórdão nº 440/2017-Plenário, entre outras medidas, o Tribunal considerou descaracterizada a irregularidade de que trata o subitem 9.4 do Acórdão nº 1927/2014-



Plenário, decidindo, porém, pela realização de oitiva dos responsáveis em relação a eventual prejuízo e demais providências, conforme itens 9.3.1 a 9.3.5 do mencionado Acórdão nº 440/2017-Plenário, com determinação à SecexEstatais nos seguintes termos:

*“9.3.1. promova a oitiva dos então gestores abaixo relacionados, com fundamento no art.250, Inciso V, c/c com art.179, § 6º, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem justificativas quanto ao eventual prejuízo de US\$ 33.811.250,28 causado ao patrimônio da Petrobras, decorrente da contabilização do aporte dos recursos feito pelo Grupo Astra na Pasadena Refining System Inc. (PRSI), para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra, sem a assinatura do aditivo ao Closing Agreement - First Amendment to the Closing Agreement ou outra medida que pudesse resguardar direitos da Petrobras America Inc.:*

*9.3.1.1. Alberto da Fonseca Guimarães (CPF 336.892.297-15), então Presidente da Petrobras America Inc. e representante da PAI no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);*

*9.3.1.2. Gustavo Tardin Barbosa (CPF 720.925.307-63), então Chief Financial Officer da Petrobras America Inc. e representante da PAI no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);*

*9.3.1.3. Giampaolo Di Donato, representante da Petrobras America Inc. no Conselho de Administração da Pasadena Refining System Inc. (PRSI);*

*9.3.2. promova a oitiva do Sr. Fernando Gabriel Couto Kamache, então Chief Financial Officer da PRSI Refining System, para que, no prazo de quinze dias, apresente justificativas por permitir a contabilização dos recursos aportados pelo Grupo Astra, para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, na conta 670000 - Capital Integralizado Adicional do Grupo Astra, sem ponderar sobre os impactos que a solução contábil por ele registrada causaria aos cofres da PAI na eventualidade da aplicação do put option pela Astra.*

*9.3.3.promova a oitiva da Petrobras para que esta justifique a conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (Purchase Price Adjustment- PPA) no momento do put option, o que pode ter causado um prejuízo de cerca de US\$ 88 milhões aos cofres da estatal, haja vista os termos do parecer emitido pelo perito James Wood, contratado pela própria Petrobras durante os procedimentos de arbitragem;*

*9.3.4. identifique os responsáveis pela conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra de que trata o subitem anterior (Purchase Price Adjustment- PPA) no momento do put option, autorizando-se desde já as diligências e inspeções necessárias, bem como promova a oitiva dos envolvidos;*

*9.3.5. após as análises das oitivas, submeta os autos ao gabinete do relator com as propostas de citação dos responsáveis pelos danos identificados, se assim for necessário, incluindo as empresas Astra Oil Trading N.V. e Astra Oil Company, para responderem solidariamente com os arrolados nesta TCE, em consonância com os procedimentos estabelecidos no Acórdão 2.937/2016-TCU-Plenário;”*

8. Procedidas as regulares comunicações, os responsáveis e a Petrobras apresentaram suas respectivas respostas das oitivas determinadas, as quais foram devidamente analisadas pela unidade (peça 428), que propôs, ao final, encerrar os autos e arquivar o processo por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do RI/TCU, tendo em vista que *“(i) o item 9.1 do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário considerou descaracterizada a irregularidade de que tratava o subitem 9.4 do Acórdão 1.927/2014-TCU-Plenário, a partir do qual foi autuada a presente TCE; e (ii) não subsistem elementos para a imputação dos débitos de US\$ 33,8 milhões e US\$ 88 milhões, objetos das oitivas dos itens 9.3.1 e 9.3.3, respectivamente, do Acórdão 440/2017-TCU-Plenário”.*

### III

9. Após analisar detidamente os autos, ante os elementos juntados e as explicações dos responsáveis, permito-me evoluir do entendimento inicial quanto à existência do débito ora tratado e à responsabilidade dos agentes arrolados nesta TCE. Desta forma, manifesto concordância com a conclusão da unidade técnica.

10.Em síntese, nesta etapa processual, analisa-se indícios de possível débito apontado nos itens 9.3.1 e 9.3.3 do Acórdão nº 440/2017-Plenário em razão de *“eventual prejuízo de US\$ 33.811.250,28 causado ao patrimônio da Petrobras, decorrente da contabilização do aporte dos*

*recursos feito pelo Grupo Astra na Pasadena Refining System Inc. (PRSI), para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra, sem a assinatura do aditivo ao Closing Agreement - First Amendment to the Closing Agreement ou outra medida que pudesse resguardar direitos da Petrobras America Inc” e “conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (Purchase Price Adjustment - PPA) no momento do put option, o que pode ter causado um prejuízo de cerca de US\$ 88 milhões aos cofres da estatal, haja vista os termos do parecer emitido pelo perito James Wood, contratado pela própria Petrobras durante os procedimentos de arbitragem”, respectivamente.*

11.No que se refere à suposta conduta omissiva em não questionar o laudo arbitral relativamente aos valores adotados como ajuste ao preço de compra (*Purchase Price Adjustment – PPA*) no momento do *put option*, o que pode ter causado um prejuízo de cerca de US\$ 88 milhões aos cofres da estatal, haja vista os termos do parecer emitido pelo perito James Wood, contratado pela própria Petrobras durante os procedimentos de arbitragem, restou demonstrada a ausência de qualquer irregularidade que tenha ocasionado prejuízo à Petrobras.

12.A companhia, em sua oitiva, apresenta os esclarecimentos do perito sobre esse ponto específico (peça 341, p. 9):

*“(…) O terceiro valor, de US\$ 88 milhões, refere-se à minha sugestão de se fazer uma segunda rodada de ajustes do preço de compra. Esta sugestão foi baseada em lógica econômica, mas que **não tinha suporte direto nos termos específicos dos contratos.**”* (Sem negritos no original.)

13. Afora a impossibilidade jurídica de se questionar o laudo arbitral, haja vista que as normas que regem tal resolução de conflito (*American Arbitration Association (AAA)*; legislação federal americana sobre arbitragem e leis do Estado do Texas) preveem apenas a possibilidade de recurso ao próprio painel arbitral para solicitar a correção de erro formal, sobressai o fato de que, de acordo com o próprio perito, o montante de US\$ 88 milhões não era um valor certo de desconto a ser obtido no preço da PRSI, por não poder ser derivado expressamente dos termos expressos no contrato, e que tal montante foi submetido ao painel arbitral antes de sua decisão, mas rejeitado na apreciação de mérito.

14.Assim, o MP/TCU concorda com a conclusão da unidade técnica quando afirma que *“considerando que o montante de US\$ 88 milhões foi devidamente apresentado ao painel arbitral na ocasião própria (Rebuttal Report), embora rejeitado; que a decisão (final award) do painel arbitral só pode ser modificada se contiver erro formal; que o poder judiciário só poderia ser acionado com sucesso se houvesse ilegalidade formal que causasse nulidade ao processo, não se pode afirmar que os gestores da Petrobras tenham agido com imprudência, imperícia ou negligência ou tenham sido omissos em relação ao montante de US\$ 88 milhões suscitados pelo perito James Woods”*.

15.No que se refere ao possível débito de US\$ 33,8 milhões (item 9.3.1), conclui-se que a contabilização do aporte dos recursos feito pelo Grupo Astra na *Pasadena Refining System Inc. (PRSI)*, para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra, ocorreu de forma legal, seguindo as normas contábeis aplicáveis à matéria.

16.Da mesma forma, como observado pela unidade técnica, não é possível sustentar nexo de causalidade, fundado em imperícia, imprudência ou negligência, entre o lançamento contábil realizado, sem a assinatura de termo aditivo, e o valor de US\$ 33,8 milhões pagos pela Petrobras no âmbito arbitral, com base na cláusula 7.1.1 do *Shareholders Agreement*, já que o prejuízo é fundamentado em erro do painel arbitral e não exatamente na falta de assinatura de termo aditivo, que poderia igualmente ter sido desconsiderado pelos árbitros.

17.Não obstante, restou demonstrado que os gestores da Petrobras envidaram os esforços para assinatura do termo aditivo, que foi negado pela Astra após o envio da carta de intenções por Nestor Cerveró, assunto tratado no TC nº 005.261/2015-5, julgado por intermédio dos Acórdãos nºs 1881/2017 e 1099/2019, ambos do Plenário.

18.Ponto relevante que reforça as conclusões pelo arquivamento do presente processo é o fato de que, efetivamente, ocorreram dois erros do painel arbitral, um desfavorável e outro favorável à



Petrobras. O resultado econômico desses erros não demonstra prejuízo à companhia, tendo em vista que esta acabou sendo beneficiada em aproximadamente US\$ 5 milhões.

#### **IV**

19.Com estas considerações, o MP/TCU manifesta concordância com a proposta de encaminhamento da unidade técnica (peça 428, p. 25), no sentido de encerrar os autos e arquivar o processo por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do RI/TCU.

É o Relatório.

## VOTO

Cuidam os autos de uma das quatro tomadas de contas especial (TCE) instauradas para apurar irregularidades relacionadas à compra da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., perante o grupo belga AstraTranscor, cuja aquisição se iniciou no exercício de 2006 e se consumou em 2012.

2. A fim de contextualizar os assuntos aqui tratados, rememoro que metade da refinaria foi adquirida no início de 2006 e a metade restante foi adquirida no final de 2007, após vários desentendimentos de gestão entre a Petrobras e a Astra.

3. Na operação de compra final houve a assinatura de uma carta de intenções (LOI) entre a Petrobras e a Astra cujos valores ali acordados em negociação conduzida pelo ex-diretor da área internacional, a despeito de não terem sido aprovados pelo Conselho de Administração da estatal, foram considerados como valores finais pela empresa Astra. Para dirimir a contenda, a questão foi tratada por um juízo arbitral americano, o qual avaliou todos os valores questionados por ambas as sócias, a fim de apontar o valor final considerado mais justo.

4. Em virtude dos conflitos entre as acionistas, a empresa belga teve o direito de exercer procedimento intitulado *put option*, o qual a assegurava vender a segunda metade do ativo por valores calculados em fórmulas e condições previamente definidas em contrato.

5. Este processo, em particular, cuida de indício de irregularidade já saneado pelo Plenário, por meio do Acórdão 440/2017, por meio do qual se avaliou a existência de possível débito oriundo do não pagamento de passivos tributários e trabalhistas devidos exclusivamente pela empresa Astra, contabilizados no balanço da refinaria quando da compra do ativo pela PAI.

6. Naquela decisão, a unidade técnica relatou que os valores foram de fato quitados pela empresa belga, porém a forma como a escrituração contábil da transação foi realizada propiciou que a Petrobras tivesse um prejuízo estimado em US\$ 33,8 milhões quando dos pagamentos realizados pelos 50% restantes da refinaria.

7. Isso ocorreu porque o comitê arbitral, ao dirimir a disputa entre as duas companhias decidiu que para o cálculo do preço do exercício do *put option* fosse usada a fórmula estipulada no *Addendum A* do *Shareholders Agreement*, Essa fórmula estabelecia que o valor a ser pago seria o maior entre o somatório dos itens 7.1.1 e 7.1.2 e o valor obtido por meio do item 7.1.3, que assim dispunha:

“7.1.1. Preço da PRSI

- Direito de Participação x 120% do Preço Total da PRSI;
- Mais, Direito de Participação x 120% das Contribuições de Capital Não Amortizadas da Astra, feitas para os itens do capital, exceto o Projeto Revamp;
- Mais, 100% das Contribuições de Capital Não Amortizadas da Astra das Contribuições de Capital feitas para o Projeto Revamp;

7.1.2. Preço para a Trading Company

- Direito de Participação multiplicado por 120% de ADCI
- Mais Direito de Participação x Receitas Operacionais na Trading Company
- Mais Direito de Participação x Preço de Estoque;
- Menos Direito de Participação x Passivos Operacionais na Trading Company.

## 7.1.3. Preço combinado para a PRSI e a Trading Company

•Direito de Participação x 106% do Valor Justo de Mercado;”

8. Tendo em vista que a segunda linha do item 7.1.1 incluía um acréscimo de 120% no direito de participação das contribuições de capital da Astra, exceto para o Projeto Revamp, e que os sócios decidiram contabilizar aquela dívida devida somente pela Astra no grupo *Paid-in Capital* (capital integralizado), mais especificamente na rubrica *Additional Paid-in- Capital* (reserva de capital), aventou-se aí a possibilidade de existência de um dano, ainda não apurado até aquele momento dentro destes autos.

9. Além disso, havia um parecer elaborado por perito contratado pela Petrobras cujos fundamentos apontavam um possível erro de cálculo do juízo arbitral nas estimativas de preço da refinaria, em virtude da necessidade de se ajustar o preço do ativo ao momento da compra, tomando-se como base as receitas operacionais, os estoques líquidos e as despesas operacionais registrados no balanço da empresa em 1/7/08. Essa diferença foi calculada em cerca de US\$ 88 milhões e não havia registros de que a Petrobras tivesse recorrido ao painel arbitral para o esclarecimento dessa eventual inconsistência.

10. A fim de avaliar se esses valores poderiam se configurar como débito, para fins de citação dos responsáveis, o Plenário autorizou a oitiva dos envolvidos e da Petrobras, cujas respostas são objeto de análise desta decisão.

11. Os aspectos aqui discutidos estão resumidos nos seguintes tópicos:

- a) existiriam alternativas, que não foram utilizadas, para a realização de quitação dos passivos sem que houvesse a necessidade de trânsito dos recursos pela contabilidade da PRSI;
- b) mesmo com o trânsito dos recursos pela contabilidade da PRSI, haveria alternativas contábeis válidas para registrar a transação sem que houvesse movimentação da conta capital;
- c) já que o trânsito pelas contas de capital da PRSI foi a alternativa aceita pela PAI, os gestores deveriam ter tido a precaução de exigir a celebração de um termo aditivo ao contrato de fechamento que inserisse cláusula que expressasse que esses valores estariam excluídos do item 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement* acima transcrito;
- d) a contabilização, na forma que foi procedida, já ensejaria, de forma direta, a previsão ou presunção de que esses valores poderiam vir a onerar a empresa nos termos dispostos na cláusula 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement*;
- e) haveria nexo de causalidade, fundado em imperícia, imprudência ou negligência, entre o lançamento contábil realizado, sem a assinatura de termo aditivo, que resguardaria a empresa de ônus adicional, e o valor de US\$ 33.811.250,28 pagos no âmbito arbitral, com base na cláusula 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement*;
- f) teria havido omissão dos gestores da estatal em não contestar o laudo arbitral quanto ao possível erro na estimativa de cálculo dos valores da PRSI apontado pelo perito James Woods, como sendo cerca de US\$ 88 milhões.

12. Após as devidas análises, a SeinfraPetróleo concluiu que não há elementos para considerar como débitos os valores de US\$ 33,8 milhões e US\$ 88 milhões, propondo o consequente arquivamento dos autos, sem julgamento do mérito, tendo em vista a ausência de pressupostos de constituição e, ainda, de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU.

13. Adoto como razões de decidir toda a análise da unidade técnica transcrita no relatório que antecede este voto, cujas considerações também foram acatadas pelo Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), pelos motivos que exponho a seguir.

14. Relativamente ao valor de US\$ 33,8 milhões, as oitivas esclareceram que não há como afirmar que haveria alternativas mais seguras que a adotada, tanto do ponto de vista jurídico quanto negocial, para que a Astra honrasse dívidas de sua exclusiva responsabilidade.

15. A primeira questão a se examinar é se haveria possibilidade de a Astra quitar essa dívida sem que houvesse a necessidade de incluir essa transação dentro da contabilidade da PRSI. Entre as alternativas possíveis, havia a transação de dívidas entre as partes ou até mesmo um decréscimo no preço combinado para a compra da refinaria.

16. Na transação de dívidas entre as partes, teríamos uma compensação interempresas no âmbito do grupo Astra com o consequente cancelamento do passivo da PRSI. Segundo apurou a unidade técnica, quando as dívidas são de natureza comercial, esse procedimento é possível e inclusive comum.

17. Há de se considerar, no entanto, que a natureza dos passivos aqui examinados envolve outras condicionantes jurídicas, além do fato de que a própria Petrobras afirmou não conhecer o tipo específico daquelas dívidas, motivo pelo qual optou pelo aporte de capital como forma de mitigar os riscos, dada a possibilidade de a transação se apresentar demasiadamente complexa nos aspectos jurídicos e operacionais.

18. Como bem pontuou a SeinfraPetroleo, não há como afirmar, com os elementos dos autos, que a transação seria a melhor opção do mesmo modo que não se pode afirmar que a diminuição do preço acordado para o ativo seria mais vantajoso que a decisão tomada de transitar os recursos pela contabilidade da PRSI.

19. Segundo as respostas às oitivas, a nova PRSI não seria uma empresa propriamente nova porque já era constituída por empresas do grupo belga com a existência de passivos de responsabilidade exclusiva da Astra.

20. O artigo 5º do *Stock Purchase and Sale Agreement (SPA)* previa a concessão de desconto no preço de aquisição para saldar esses passivos, o que seria formalizado por ocasião do fechamento do negócio. Em momento posterior, a consultora PriceWaterHouse Cooper (PwC), contratada pela PAI, apresentou três alternativas para limpar os passivos do balanço da nova PRSI. Em duas, a futura composição acionária da refinaria pagaria os tributos e bônus com o consequente desconto no ato do pagamento do preço de aquisição. Em outra opção, a Astra faria um pagamento à PRSI que se responsabilizaria pelos pagamentos das dívidas.

21. A última opção foi escolhida porque permitiria que a Astra quitasse os passivos sem vincular a PAI a nenhum deles. Como a origem dessas despesas era desconhecida pela PAI, ela optou por não se associar a essas dívidas.

22. Ressalto que todas as opções eram juridicamente e contabilmente válidas. Concorro com a unidade técnica de que possível débito se justificaria se a escolha se baseasse em uma alternativa antijurídica ou se estivesse configurada omissão ou intenção flagrantes com premeditação dos responsáveis em favorecer a empresa Astra no futuro a conta de algum benefício a receber. No entanto, lembro que nenhum dos ex-gestores chamados em oitiva constam dos inquéritos relacionados com a Refinaria de Pasadena, pertinentes à Lava Jato.

23. Além disso, decisões gerenciais envolvem avaliação prévia de riscos e soluções para tratar possíveis impactos que devem ser examinadas pelo administrador. Não há como afirmar, nesse caso, que houve imperícia, imprudência ou negligência dos envolvidos na decisão, uma vez que foi fundamentada em pareceres de consultores com experiência no assunto e sem desobediência às normas da companhia.

24. Outro ponto questionado é que, ainda que a contabilização fosse a alternativa mais viável, haveria outras opções válidas para registrar a transação sem que houvesse movimentação da conta capital.
25. Alinho-me às conclusões da unidade especializada (parágrafos 105 a 119) de que outras alternativas de escrituração não seriam viáveis nos termos do que dispõem as normas que regem a elaboração de demonstrações financeiras nos Estados Unidos da América (EUA), o US GAAP (*US Generally Accepted Accounting Principles*).
26. Análises pretéritas deste Tribunal questionaram que o aporte de recursos poderia ter sido feito mediante a conta Lucros Retidos, uma vez que o próprio responsável pelas operações financeiras e registros contábeis da PRSI mencionou essa possibilidade em mensagens eletrônicas de conhecimento dos autos.
27. Essa solução, descobriu-se mais tarde, importaria o pagamento de tributos, já que tal rubrica advém do resultado. Mas esse não é o principal motivo para se afirmar que o lançamento está correto. De forma prudente, a SeinfraPetroleo trouxe aos autos o conteúdo do *Statement of Financial Accounting Concepts n. 6* (SFAC 6).
28. Esse normativo deixa claro que investimentos pelo sócio são aumento de patrimônio líquido e que comumente se revestem de ativos, mas também podem incluir serviços ou liquidação ou conversão de passivos da entidade. O aporte feito pela Astra se enquadra na categoria de liquidação de passivos da entidade, não restando dúvida sobre a adequação da contabilização.
29. Superada a questão sobre a conta correta para registrar a operação, resta examinar se os gestores deveriam ter tido a precaução de exigir a celebração de um termo aditivo ao contrato de fechamento que inserisse cláusula que deixasse claro que esses valores estariam excluídos do item 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement*.
30. Além disso, há de se analisar os pormenores que derivam desse fato: (i) a contabilização, na forma que foi procedida, já ensejaria, de forma direta, a previsão ou presunção de que esses valores poderiam vir a onerar a empresa nos termos dispostos na cláusula 7.1.1 do *Addendum A* do *Shareholders Agreement* e (ii) haveria nexo de causalidade, fundado em imperícia, imprudência ou negligência, entre o lançamento contábil realizado, sem a assinatura de termo aditivo, que resguardaria a empresa de ônus adicional, e o valor de US\$ 33.811.250,28 pagos no âmbito arbitral, com base na mesma cláusula contratual.
31. A fim de contextualizar, observo que as tratativas entre as empresas para se estabelecer de que forma seria feita a limpeza do balanço ocorreram entre 9/10/2007 e 21/11/2007, sendo que o registro somente ocorreu em 13/12/2007. Exatamente nessa época, o Sr. Nestor Cerveró negociava a assinatura da carta de intenções (LOI), sob alegação de problemas na governança da refinaria.
32. De fato, a empresa belga, após a assinatura desse documento, afastou-se da gestão da PRSI, demonstrando mais desinteresse ainda em colaborar para a solução do conflito. Naquela ocasião, o recebimento dos valores devidos exclusivamente pela Astra firmou-se como prioridade em face de eventual modificação no contrato para esclarecer que tais valores não poderiam ser computados, caso algum dia se exercesse o *put option*.
33. Todo o histórico da compra da Refinaria de Pasadena, exhaustivamente já detalhado em várias decisões deste Tribunal, dão notícia de que essas negociações, atinentes à aquisição dos 50% remanescentes do ativo não foram aprovadas pelo Conselho de Administração no valor e condições sugeridos pela LOI (3/3/2008): US\$ 700 milhões pela metade restante da refinaria.
34. Em 19/6/2008, a PAI convocou uma reunião do *Superboard* da PRSI e da PRST para aprovar ações com vistas a garantir a saúde financeira da empresa. Em razão da ausência da Astra, a



PAI exerceu o direito de impor sua decisão (*right to override*), o que contratualmente gerava à Astra o direito de exercer a opção de venda de sua participação acionária (*put option*).

35. Na mesma data, a PAI iniciou processo de arbitragem contra as empresas do Grupo Astra, alegando descumprimento de contratos quanto à gestão conjunta das empresas e requereu, também, que os árbitros declarassem que a carta de intenções não seria vinculante e não teria o condão de eliminar as obrigações da Astra.

36. Pelo que se expõe, na cronologia detalhada, não há como afirmar que o mais prudente naquele momento em 2007 seria a exigência prévia da assinatura de um aditivo como condição para receber os valores de uma dívida que era exclusiva do grupo belga, ainda mais quando o principal risco seria a cobrança de um percentual sobre o valor escriturado apenas no caso de acontecer o *right to override* e o consequente exercício do *put option*.

37. Ademais, o risco estaria mitigado pela possibilidade de esclarecimento da questão, a qualquer tempo, de que o aporte na conta de reserva de capital ocorreu como forma de liquidação de passivos da entidade que veio a compor a PRSI, nos termos autorizados pelo US GAAP. Todo o desenrolar da operação poderia ser considerado para justificar a não aplicação da segunda linha do item 7.1.1 quando da valoração do ativo em um eventual exercício do *put option*.

38. Há dois pontos relevantes a serem considerados para verificar o nexo de causalidade entre a conduta de receber os recursos e contabilizar esses valores sem formalizar aditivo e a decisão imposta pelo juízo arbitral de incluir no preço pago à Astra o valor de US\$ 33.811.250,28, por conta da aludida cláusula contratual. O primeiro deles é que o painel arbitral foi devidamente informado da real natureza da operação que aqui se discute, a despeito de ter desconsiderado a verdadeira essência do registro contábil. O segundo é que, a despeito de não terem exigido a formulação de aditivo como requisito para o recebimento dos valores, os gestores da PAI envidaram esforços para que o aditivo fosse celebrado, mas não havia cooperação por parte da Astra naquele momento.

39. Diante desses fatos, não há como afirmar que seria presumível que a contabilização desses valores automaticamente oneraria a Petrobras a pagar os valores aqui discutidos. As evidências mostram que houve uma interpretação equivocada do juízo arbitral ao considerar que o aporte de recursos para saldar dívidas tributárias e trabalhistas seriam investimentos em ativos fixos (imobilizado), embora devidamente alertado pelos peritos que assessoraram a Petrobras.

40. Assim não há como associar o prejuízo a conduta da não formulação do aditivo, uma vez que os valores indevidamente cobrados decorreram de erro do painel arbitral e não exatamente da ausência de aditivo.

41. Por conseguinte, há de se questionar se os ex-gestores não deveriam ter se socorrido de algum recurso para esclarecer a questão junto aos árbitros. A instrução esclarece que assim como no Brasil, as decisões arbitrais nos EUA são definitivas quanto ao mérito, sendo questionadas apenas quanto à ocorrência de vício de legalidade que torne a decisão passível de ser anulada e quando são identificados erros numéricos de cálculos ou tipográficos.

42. No momento em que as partes optam pela arbitragem em cláusula específica e expressa, elas afastam a via judicial e permitem que um ou mais terceiros, os árbitros, que geralmente detêm vasto conhecimento da matéria em questão, decidam o conflito. As decisões dos árbitros têm eficácia de sentença judicial e não podem ser objeto de recurso, a não ser nos casos que já descrevi.

43. A própria Astra resolveu questionar alguns pontos do laudo arbitral em ação que posteriormente foi extinta sem julgamento de mérito, visto que a corte federal do Texas entendeu que não tinha competência.

44. Diante desse cenário, acompanho a unidade técnica também quando afirma que não há como caracterizar a omissão dos gestores da estatal por não terem contestado o laudo arbitral quanto

ao possível erro na estimativa de cálculo dos valores da PRSI apontado pelo perito James Woods (cerca de US\$ 88 milhões). A tese central era de que os passivos operacionais deveriam ser incluídos na estimativa do valor do ativo, mas o painel se recusou a adotar esse procedimento.

45. Como bem pontuou a Petrobras, ao trazer os argumentos do próprio perito sobre suas considerações insertas no laudo, o referido valor foi apresentado ao painel arbitral na ocasião própria, mas os árbitros decidiram, no mérito, que não haveria possibilidade de recalcular o valor da refinaria em virtude dos argumentos da estatal, haja vista que o montante de US\$ 88 milhões não era um valor certo de desconto por não ser derivado expressamente dos termos do contrato.

46. Por certo, aqui também não haveria possibilidade de sucesso com interposição de recurso. A redução daquele montante do preço da refinaria era uma tese econômica que não foi aceita no mérito e não se tratava de um simples erro de conta. À título de informação, a Seinfra ainda relata que o resultado dos árbitros foi cerca de US\$ 500 milhões menor do que o valor requerido pela Astra e, apesar das interpretações daquele juízo, a decisão trouxe saldo positivo à estatal em cerca de US\$ 5 milhões.

47. Ao fim de tudo que relatei, proponho que as oitivas sejam acatadas e sejam considerados esclarecidos os valores questionados como possíveis prejuízos, adotando na íntegra a proposta da unidade técnica, corroborada pelo MPTCU, de encerrar os autos e arquivar o presente processo por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular, nos termos do artigo 212 do Regimento Interno do TCU.

Em face das motivações expostas, VOTO no sentido de que o Tribunal acolha o acórdão que ora submeto à consideração deste Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 14 de abril de 2021.

Ministro VITAL DO RÊGO  
Relator

## ACÓRDÃO Nº 835/2021 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 005.259/2015-0.
2. Grupo II – Classe de Assunto: IV-Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Alberto da Fonseca Guimarães (336.892.297-15), Gustavo Tardin Barbosa (720.925.307-63); Fernando Gabriel Couto Kamache (844.511.227-91); Giampaolo Foschini Di Donato (439.783.047-91).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representação legal: Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073) e outros, representando Alberto da Fonseca Guimarães e Giampaolo Foschini Di Donato; Aristides Junqueira Alvarenga (OAB/DF 12.500) e outros, representando Gustavo Tardin Barbosa; Márcio Monteiro Reis (OAB/RJ 93.815) e outros, representando Fernando Gabriel Couto Kamache; e Raphaela C. N. Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos tomada de contas especial (TCE), instaurada para apurar irregularidades relacionadas à compra da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., perante o grupo belga AstraTranscor;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, arquivar estes autos, sem julgamento do mérito, tendo em vista a ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Petróleo Brasileiro S.A.

## 10. Ata nº 12/2021 – Plenário.

## 11. Data da Sessão: 14/4/2021 – Telepresencial.

## 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0835-12/21-P.

## 13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)

ANA ARRAES

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

VITAL DO RÊGO

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/04/2021 | Edição: 76 | Seção: 1 | Página: 265

Órgão: Tribunal de Contas da União/Plenário

## ATA Nº 12, DE 14 DE ABRIL DE 2021

(Sessão Telepresencial)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente) e Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente)

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretário das Sessões: AUFC Alden Manguiera de Oliveira

Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira, em férias.

### HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 11, referente à sessão telepresencial realizada em 7 de abril de 2021.

### PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

### CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Em virtude do feriado de 21 de abril, na próxima quarta-feira, a Presidente, Ministra Ana Arraes, convocou Sessão Extraordinária Telepresencial do Plenário para a próxima terça-feira, dia 20 de abril, às 14:30. Na oportunidade, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente da 1ª Câmara, transferiu a Sessão Telepresencial da 1ª Câmara que ocorreria na terça-feira, dia 20 de abril, às 15 horas, para o mesmo dia, às 10 horas. O Ministro Bruno Dantas, Presidente da 2ª Câmara, manteve o horário da Sessão Telepresencial da 2ª Câmara, que ocorrerá no dia 20 de abril, às 10 horas e 30 minutos.

### COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Homologação, ad referendum, da Decisão Normativa-TCU nº 194, publicada em 12 de abril de 2021. Aprovada.

Distribuição, conforme disposto no inciso II do artigo 12 da Resolução-TCU nº 308/2019, do Plano de Gestão do Tribunal de Contas da União, que vigorará de abril de 2021 a março de 2023.

Realização, no dia 27 de abril, às 10h, do primeiro evento da Série de Webnários TCU-IFI, "Responsabilidade Fiscal em Tempos de Pandemia", promovido pelo TCU juntamente com a Instituição Fiscal Independente e com transmissão pelo canal do TCU no YouTube do TCU.

Realização, no dia 19 de abril, do evento Diálogo Público TCU+Cidades Saúde - O papel do gestor local no combate à pandemia da covid-19.

Do Ministro Augusto Nardes:

Proposta de orientar a Segecex para que realize ação de controle para examinar o papel do Comitê Interministerial de Governança no acompanhamento e avaliação da execução da Política de Governança Pública no âmbito do Governo Federal, verificando se o modelo desenhado no Decreto

9.203/2017, decorrente do Acórdão 1.273/2015-TCU-Plenário, é eficaz e efetivo e se vem sendo implementado em todas as organizações que se submetem ao referido decreto. Aprovada.

Do Ministro Jorge Oliveira:

Abertura de prazo de cinco dias para apresentação de emendas e sugestões ao projeto de alteração da Resolução-TCU 259/2014, objeto do TC-009.019/2021-9, com vistas a assegurar o conhecimento de denúncia, por parte desta Corte, relacionada à inobservância da lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Aprovada.

#### PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-004.981/2011-1 e TC-027.542/2015-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-021.195/2017-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-036.413/2019-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-009.161/2017-1, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-028.842/2017-0 e TC-036.695/2018-1, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-000.530/2021-2, TC-009.085/2021-1, TC-011.514/2020-5, TC-015.621/2018-9 e TC-022.605/2020-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

#### PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 814 a 832.

#### PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 833 a 867, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

#### PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-014.575/2020-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi adiada para a sessão do Plenário de 19 de maio de 2021, ante pedidos de vista formulados pelos Ministros Augusto Nardes, 1º revisor, e Jorge Oliveira, 2º revisor. Já votou o relator (v. Anexo III desta Ata).

#### SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-025.551/2014-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, os Drs. José Eduardo Cardozo e Walfrido Jorge Warde Junior, Aristides Junqueira Alvarenga, Moacyr Amâncio de Souza, Celso Cintra Mori, Marcelo Beltrão da Fonseca, Fabio Carneiro Bueno Oliveira, Marcia Dinis e Lucas Nazif Rasul produziram sustentação oral em nome de Dilma Vana Rousseff; de Almir Guilherme Barbassa e Guilherme de Oliveira Estrella; de Gleuber Vieira; de Fabio Colletti Barbosa; de Claudio Luiz da Silva Haddad; de Ildo Luis Sauer; de Rafael Mauro Comino; e de Cezar de Souza Tavares, respectivamente. Acórdão nº 834.

#### ACÓRDÃOS APROVADOS

##### ACÓRDÃO Nº 814/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pela empresa Eutelsat do Brasil Ltda., a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico PE 279/2020 promovido pela Comissão de Aquisições Especiais do Comando da Aeronáutica, para a contratação de capacidade espacial via satélite em regime de cessão para implantação do serviço de controle dos Sistemas de Aeronaves não Tripuladas (SARP) Hermes e Heron-I, atendendo às necessidades operacionais do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Considerando que, após análise dos elementos apresentados pelo Centro de Aquisições Específicas do Comando da Aeronáutica (CAE/COMAER/Ministério da Defesa), em atendimento à oitiva prévia por mim determinada por meio de Despacho à peça 18, a Secretaria-Geral de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) concluiu que o documento constante da peça 1



deve ser conhecido como mera petição e a representação ser declarada prejudicada por perda de objeto, em razão do atendimento pela CAE ao pleito formulado pela representante, tornando-se despicando também o exame quanto à adoção da cautelar pleiteada;

Considerando que referida conclusão está alicerçada nas informações e elementos apresentados pelo Centro de Aquisições Específicas (CAE), em especial nos seguintes:

i) o Relatório Técnico nº 1/ACPC/2021 - Análise do Emprego do Eutelsat 8W para Enlaces Satcom para Operação de um SARP, datado de 28/1/2021 (peça 29, p. 3-6), atesta que o satélite Eutelsat 8W não atende as especificações para a operação do SARP Hermes 900;

ii) o Relatório Técnico nº 2/ACPC/2021 - Análise do Emprego do Eutelsat 8W para Enlaces Satcom para Operação de um SARP, datado de 3/2/2021 (peça 29, p. 7-10) sustenta a utilização do referido satélite para a operação do SARP Heron I;

iii) o "limite operacional do ângulo de apontamento da antena de 20° a 68°" é um atributo específico do Hermes 900, não cabendo, portanto, a aplicação desse parâmetro ao Sistema Heron-I.

iv) o CAE admitiu equívoco na análise realizada em sede recursal, durante a fase de habilitação do certame;

v) a restrição ao caráter competitivo do processo licitatório, uma vez que só haveria um satélite operando na banda Ku que atenderia às especificações do TR, está afastada em razão do subitem 5.1.9 do Termo de Referência 5/TTEC/2020, que prevê a contratação de satélite estrangeiro na ausência de satélite brasileiro que atenda às especificações;

Considerando que o item 2 do PE 279/2020 foi, em 10/2/2021, adjudicado à empresa Eutelsat do Brasil Ltda. pelo valor de R\$ 988.852,89, sendo esse resultado homologado na mesma data, conforme extrato constante do item 36 da instrução da SecexDefesa de peça 32;

Considerando que ultrapassada a fase de recursos administrativos do mencionado pregão eletrônico e atendido o pleito da representante, a presente representação perde seu objeto, não reclamando maiores considerações aos pleitos nela formulados, tanto em sede da cautelar requerida, quanto no mérito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, incisos III e V, 235, caput, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, todos do Regimento Interno do TCU, e art. 103, §1º, da Resolução-TCU 259/2014, e de acordo com os pareceres da unidade técnica emitidos nos autos (peças 32, 33 e 34), em conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto, inclusive em relação à medida cautelar requerida, tendo em vista o atendimento de pleito formulado pela representante, empresa Eutelsat do Brasil Ltda., no tocante à sua habilitação quanto ao item 2 do PE 279/2020 promovido pela Comissão de Aquisições Especiais do Comando da Aeronáutica, o qual foi adjudicado à mencionada empresa, e em adotar as medidas constantes do subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-047.797/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica

1.2. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica especializada (peça 32), ao representante e ao Centro de Aquisições Específicas do Comando da Aeronáutica;

1.6.2. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

#### ACÓRDÃO Nº 815/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em:

##### 1. Processo TC-014.013/2014-2 (MONITORAMENTO)

###### 1.1. Apensos: 023.239/2017-4 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.a. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Ministério de Minas e Energia

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.6. Representação legal: não há.

###### 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. considerar cumpridas as determinações dos subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3 do Acórdão 336/2014-TCU-Plenário;

1.7.2. considerar não mais aplicável as determinações emanadas do subitem 9.3 e 9.4.4 do Acórdão 336/2014-TCU-Plenário;

1.7.3. considerar parcialmente implementada a recomendação consubstanciada no subitem 9.5 do Acórdão 336/2014-TCU-Plenário;

1.7.4. apensar em definitivo os presentes autos ao TC 003.626/2012-1, processo no qual foi proferido o Acórdão 336/2014-TCU-Plenário.

#### ACÓRDÃO Nº 816/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em:

##### 1. Processo TC-018.906/2020-6 (MONITORAMENTO)

###### 1.1. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.5. Representação legal: Raphaela Cunha Justo da Silva (94117/OAB-RJ) e outros, representando Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro e Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro.

###### 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. considerar como insubsistente, por perda de objeto, a determinação contida no item 9.1 do Acórdão 519/2014 - TCU - Plenário, posto que o Programa de Premiação Anual por Atingimento de Metas, criado pelo Sesc/AR/RJ por meio da Resolução CR 54/2011, foi extinto com a edição da Resolução AR/NA/Sesc/RJ 1/2012, datada de 15 de maio de 2012;

1.6.2. informar ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Rio de Janeiro (Sesc/AR/RJ) acerca da presente deliberação, destacando que o seu conteúdo pode ser acessado por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e

1.6.3. apensar o presente processo ao TC 046.677/2012-7, relativo à prestação de contas do Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Rio de Janeiro.

#### ACÓRDÃO Nº 817/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-035.364/2020-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.5.1. considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.3, 9.4, e 9.5.3 do Acórdão 214/2020-TCU-Plenário, prolatado no TC 037.325/2019-1;

1.5.2. considerar não cumpridas as determinações contidas nos itens 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão 214/2020-TCU-Plenário, prolatado no TC 037.325/2019-1;

1.5.3. dispensar a continuidade do monitoramento das determinações contidas nos itens 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão 214/2020-TCU-Plenário, ante o disposto no art. 17, § 3º, "a", da Resolução-TCU 315/2020, sem prejuízo de que futuras ações de controle avaliem o objeto da deliberação;

1.5.4. dar ciência à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, com fundamento no 9º, I, da Resolução TCU 315/2020, de que, em se tratando de pá carregadeira, é irregular a exigência de qualquer vão livre de solo mínimo sem respaldo em elementos técnicos ou de desempenho operacional, ante o disposto no art. 3º, inciso II, da Lei 10.520, de 17/7/2012 e no art. 3º, §1º, da Lei 8666/1993;

1.5.4. dar ciência à Prefeitura Municipal de Água Limpa/GO, com fulcro no art. 9º, I, da Resolução TCU 315/2020, de que:

1.5.4.1. em se tratando de pá carregadeira, é irregular a exigência de qualquer vão livre de solo mínimo, sem respaldo em elementos técnicos ou de desempenho operacional, ante o disposto no art. 3º, inciso II, da Lei 10.520, de 17/7/2012 e no art. 3º, §1º, da Lei 8.666/1993;

1.5.4.2. os certames licitatórios, ante o disposto nos arts. 26, parágrafo único, incisos II e III, e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, assim como no art. 3º, inciso XI, do Decreto 10.024, de 20/9/2019, devem ser precedidos de pesquisa de preços com base em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de sistema de registros de preços, avaliação de contratos recentes ou vigentes e compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes;

1.5.5. dar ciência da presente deliberação à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e à Prefeitura Municipal de Água Limpa/GO, informando-lhes que seu conteúdo pode ser consultado no endereço [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos);

1.5.6. apensar definitivamente este monitoramento ao processo originário, TC 037.325/2019-1, nos termos dos artigos 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 818/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento das determinações e recomendações contidas nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 952/2014 - TCU - Plenário (peça 3), de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro, proferido no âmbito do TC 020.818/2013-0, que tratou de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal acerca da divulgação de atos e fatos relevantes por parte das empresas do grupo EBX, com questionamentos atinentes à regulação feita pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM da difusão dessas informações, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 9.2, bem como considerar implementadas as recomendações constantes dos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, todos exarados no Acórdão 952/2014-TCU-Plenário;



b) nos termos do art. 5º, II, da Portaria-Segecex 27/2009, apensar o presente feito ao processo de fiscalização que lhe deu origem, qual seja, TC 020.818/2013-0; e

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).

1. Processo TC-004.495/2020-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 008.357/2020-0 (SOLICITAÇÃO) Conexo: TC 020.818/2013-0

1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - CVM, vinculado ao Ministério da Economia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 819/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento das determinações referentes aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1790/2019-TCU-Plenário de minha relatoria, prolatado no âmbito do TC 010.780/2016-5 relativo à representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Tribunal Regional Eleitoral do Acre - TRE/AC; com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar atendidos os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1.790/2019-TCU-Plenário;

b) promover o encerramento dos presentes autos nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno/TCU e o apensamento definitivo ao TC 010.780/2016-5, com fulcro nos artigos 36 e 37 da Resolução TCU Nº 259/2014; e

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).

1. Processo TC-028.138/2020-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Acre

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 820/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 17 e 23, inciso I, 26, 27, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso V, "b" e 217, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em e parcelar a dívida imputada ao Sr. Luiz Antônio Pagot por meio do Acórdão 2902/2012-Plenário - Relator Ministro José Múcio (peça 121), em quinze parcelas mensais, conforme requerido por meio do expediente da peça 704, sobre as quais incidirão os acréscimos legais correspondentes, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para o recolhimento da 1ª parcela, vencendo as demais em intervalos sucessivos de 30 (trinta) dias, na forma estabelecida no Regimento Interno; alertar o responsável de que o não recolhimento de qualquer das parcelas importa no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos fixados no art. 26, parágrafo único da Lei Orgânica; de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).

1. Processo TC-007.287/2008-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Apensos: 002.639/2008-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A (40.450.769/0001-26); Construtora OAS S.A. em Recuperação Judicial (14.310.577/0009-61); Consórcio Arco Metropolitano Rio (09.570.223/0001-69); Consórcio Arco Metropolitano do Rio (09.551.901/0001-46); Consórcio Arco do Rio (09.536.294/0001-45); Consórcio Carioca/Queiroz Galvão (09.536.302/0001-53); Hugo Sternick (296.677.716-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Fernando de Souza (569.211.957-91); Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro (08.599.767/0001-90)

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio de Janeiro - DNIT/MT

1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5.1. Ministros que alegaram impedimento na sessão: Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.8. Representação legal: Renata Gomes da Rocha Pinheiro (176.800/OAB-RJ) e outros, representando Luiz Fernando de Souza; Ana Cristina Fecuri (125.181/OAB-SP) e outros, representando Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A; Davi Madalon Fraga (181.098/OAB-RJ) e outros, representando Consórcio Arco Metropolitano Rio; Juliana Gomes Varjao (40.089/OAB-BA) e outros, representando Construtora Oas S.A. Em Recuperacao Judicial; Ana Luiza Nascimento de Souza Polak (342.501/OAB-SP) e outros, representando Consórcio Arco Metropolitano do Rio; Guilherme Henrique Magaldi Netto (4.110/OAB-DF) e outros, representando Consórcio Arco do Rio; Emerson Dourado da Conceição e outros, representando Consórcio Carioca/queiroz Galvão; Fernando Antonio de Souza Ferreira Junior (131.524/OAB-RJ) e outros, representando Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro; Helton Linares Carvalho e outros, representando Luiz Antonio Pagot; João Paulo Prates da Silveira Guerra (67637/OAB-RS) e outros, representando Hugo Sternick.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 821/2021 - TCU - Plenário

Visto e relacionado o processo abaixo que trata de Representação formulada pela empresa Expresso de Prata Ltda. (peça 1), com pedido de medida cautelar, por meio da qual questiona a legalidade de atos de servidores e diretores da Agência Nacional de Transporte Terrestre, especificamente no que tange à edição das Deliberações 898, de 17/9/2019 e 116, de 4/3/2020 e das Portarias-SUPAS 449, de 23/7/2020 e 652, de 21/8/2020.

Considerando que, segundo informa a autora da representação, as Deliberações-ANTT 898/2019 e 116/2020 teriam alterado a licença operacional da empresa Guerino Seiscento Transportes S/A para incluir novos mercados entre municípios de Mato Grosso do Sul e São Paulo, em processos eivados de vícios, tanto que anulados por mandados de segurança (peças 1 e 2).

Considerando que, ainda segundo a representante, a ANTT teria emitido as Portarias-SUPAS 449/2020 e 652/2020 para novamente alterar a licença operacional da mencionada empresa a fim de incluir os mesmos mercados anteriormente anulados (peças 24 e 25).

Considerando que a unidade técnica, ao instruir os autos, apontou que haveria coincidência entre os municípios de origem nas linhas autorizadas nos referidos atos normativos (Água Clara, Brasilândia, Campo Grande e Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul), contudo, os municípios de destino, no Estado de São Paulo, seriam diferentes (peça 35, p. 3).

Considerando que a matéria questionada na presente representação é também discutida, de forma mais abrangente e aprofundada, no TC 033.359/2020-2, que trata de denúncia acerca de possíveis irregularidades na emissão de autorizações para transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros pela ANTT, processo no qual vige medida cautelar confirmada pelo Plenário do Tribunal (Acórdão 559/2021-TCU-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro) suspendendo a emissão de novas autorizações.



Considerando que se entende oportuno o apensamento do presente processo ao TC 033.359/2020-2, que se encontra em fase de instrução na área técnica, para análise em conjunto, ocasião em que poderá ser melhor avaliado o encaminhamento a ser proposto para as eventuais irregularidades identificadas, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a" do RI/TCU.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer a presente representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade definidos no art. 235, caput, c/c o art.237, parágrafo único do RI/TCU;

b) apensar, com fundamento no art.143, inciso V, alínea "a" do RI/TCU, os presentes autos ao TC 033.359/2020-2, para análise em conjunto;

c) comunicar ao autor da representação o presente Acórdão, acompanhado de cópia da instrução.

1. Processo TC-000.440/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.5. Representação legal: Rita de Cassia Guimaraes Januzzi Turquino (34.548/OAB-DF) e outros, representando Expresso de Prata Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 822/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de proposta de fiscalização encaminhada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), na modalidade acompanhamento, com o objetivo de avaliar os processos de aquisições da área de TI da Administração Pública Federal com utilização de ferramentas de TI, de modo a realizar de forma sistemática e tempestiva o controle das aquisições realizadas pela administração e mitigar a ocorrência de desperdício de recursos;

Considerando que a proposta sob exame, a par da relevância, conveniência e oportunidade, acha-se em consonância com as orientações fixadas para avaliações da espécie, restando demonstrada a capacidade operacional para a efetivação da fiscalização alvitrada;

Considerando pertinentes as justificativas apresentadas, e considerando os objetivos estratégicos constantes do Plano Estratégico vigente do TCU;

Considerando, ainda, que a ação, segundo a proposta, ocorrerá em unidade jurisdicionada que se enquadra no inciso III do §5º do art. 17 da Resolução-TCU 308/2019;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 244, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em autorizar a realização da ação de controle proposta e restituir os autos à Coordenação de origem, para as providências administrativas a seu cargo.

1. Processo TC-009.402/2021-7 (ADMINISTRATIVO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 823/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, formulada por deputados estaduais da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, acerca de possíveis irregularidades no âmbito do Ministério da Infraestrutura (MInfra) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) relacionadas às minutas do edital e do contrato para concessão das rodovias integradas do Paraná (Audiência Pública 1/2021 - ANTT);

Considerando que os representantes alegam, em síntese: a) a ilegitimidade da ANTT para licitar a concessão de serviços e de rodovias estaduais, algumas das quais se encontram incluídas nas minutas da concessão, b) a ausência de previsão contratual acerca dos investimentos não realizados nos atuais contratos sobre as futuras concessões, e c) a necessidade de revisão dos procedimentos licitatórios previstos, de modo a assegurar a proposta mais vantajosa;

Considerando que a esfera de atuação da ANTT está limitada à exploração da infraestrutura rodoviária federal, e que, no caso em tela, há previsão de concessão de rodovias estaduais públicas já implantadas;

Considerando que o processo de desestatização ora em análise se encontra ainda em sua fase interna, e que, nos termos da Instrução Normativa-TCU 81/2018, para o acompanhamento dos processos de desestatização pelo Tribunal, o poder concedente deverá disponibilizar os estudos de viabilidade e as minutas do instrumento convocatório e respectivos anexos, incluindo minuta contratual, após a consolidação dos resultados decorrentes de consultas e audiências públicas realizadas;

Considerando que não foram identificados, neste momento e no caso concreto, óbices relacionados ao procedimento administrativo em curso na ANTT, pois os resultados das audiências públicas ainda serão processados, consolidados e examinados no processo de tomada de decisão acerca da delegação em estudo;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 4;

Considerando a necessidade de racionalizar e otimizar os esforços deste Tribunal, centrando sua atuação fiscalizatória nas versões finais das minutas do edital e do contrato, incluindo os demais documentos, como EVTEA e PER, após a consolidação dos resultados decorrentes de consultas e audiências públicas realizadas, consoante o rito previsto na Instrução Normativa-TCU 81/2018;

Considerando que o estado do processo permite proposta de mérito, pois os fatos narrados no documento que deu origem a estes autos ensejam alertas (de natureza colaborativa) às unidades jurisdicionadas, situação que conduz à procedência parcial da representação;

Considerando que os memoriais apresentados (peças 8 a 13) reforçam a argumentação desenvolvida na exordial, razão pela qual devem ser examinados pelo poder concedente conforme alerta a ser expedido nesta oportunidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, inciso III, todos do Regimento Interno/TCU, em, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante; adotar as medidas elencadas no subitem 1.6 deste acórdão; encaminhar cópia desta deliberação ao MInfra, à ANTT e aos representantes, juntamente com a exordial (peça 1), instrução (peça 4) e memoriais (peças 8 a 13); e arquivar o processo.

1. Processo TC-007.774/2021-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Alertar o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Transportes Terrestres sobre os seguintes pontos questionados pelos representantes, que devem ser abordados nas versões finais dos documentos do processo de concessão das rodovias integradas do Paraná que forem encaminhados ao Tribunal, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa-TCU 81/2018:

1.6.1. óbice normativo referente à inclusão das rodovias estaduais no escopo da concessão, em atenção ao art. 22, inciso V, da Lei 10.233/2001, c/c art. 2º do Decreto 5.621/2005;

1.6.2. impactos dos investimentos não realizados nos atuais contratos sobre as futuras concessões, em atenção aos arts. 6º, § 1º, e 9º da Lei 8.987/1995.

#### ACÓRDÃO Nº 824/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 32/2020, promovido pelo Hospital Militar de Área de Campo Grande (HMilACG), com vistas a realizar registro de preços para contratação de prestação de serviço de lavagem de roupas hospitalares daquela unidade hospitalar;

Considerando que o representante se insurge, em síntese, contra o fato de ter sido inabilitado no certame, por não ter apresentado, no momento oportuno, o alvará sanitário expedido pela Anvisa com a atividade específica de "lavanderia hospitalar", conforme preconiza o item 5.1.3 do Termo de Referência do edital do certame;

Considerando que o próprio representante destacou que apresentou, ainda na fase de habilitação do certame, o Alvará de Licença Sanitária 19.306/2020, datado em 30/9/2020, com validade até 30/9/2021, indicando como atividade autorizada "lavanderias";

Considerando que o alvará sanitário apresentado pelo representante na fase de habilitação das propostas do certame não obedeceu ao preconizado no item 5.1.3 do edital;

Considerando que, no caso concreto, não se verifica existência de elementos nos autos que indiquem prejuízo ao erário, inexecutabilidade de proposta, favorecimento de licitante ou outra irregularidade apta a perfazer interesse público suficiente a ensejar a atuação do Tribunal;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 50;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III, 169, III e IV, 235 c/c o art. 237, VII, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação e considerá-la improcedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada da instrução (peça 50), ao HMilACG e ao representante e arquivar o processo.

#### 1. Processo TC-009.123/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Hospital Militar de Área de Campo Grande

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Andre Pezzini (OAB-MT/13.844-A), representando Diogo Pasini Eireli.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

#### ACÓRDÃO Nº 825/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 294/2021-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes do item 1.6 e subitens;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; e

c) apensar o presente processo ao TC 026.981/2020-3, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-009.093/2021-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 826/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão 4.065/2020-Plenário determinou o arquivamento destes autos, sem julgar o seu mérito, caracterizando-se como uma decisão terminativa;

Considerando que o expediente apresentado não pode ser recebido como recurso, visto que este seria cabível somente se houvesse decisão de mérito destas contas;

Considerando que, no expediente apresentado, o interessado demonstra inequívoco inconformismo em face do acórdão mencionado, alegando que sua prestação de contas estaria regular; e

Considerando o disposto no artigo 199, §3º, do Regimento Interno/TCU.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 199, §3º, do RI/TCU, e no artigo 19, § 2º, da IN/TCU 71/2012, em conhecer a peça apresentada como petição e fazer as determinações abaixo, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.039/2020-O (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia - FACT (02.067.074/0001-70) e José Pinheiro Marques (032.091.053-91)

1.2. Interessada: Fundação de Apoio a Ciência e Tecnologia - FACT

1.3. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.7. Representação legal: Deniz Sousa Costa (OAB/MA 13.675)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. desarquivar estes autos;

1.8.2. juntar a petição apresentada para ser examinada como elemento de defesa; e

1.8.3. encaminhar os autos a Secex/TCE para instrução do feito.

ACÓRDÃO Nº 827/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de relatório de auditoria realizada com o objetivo de avaliar o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, conhecido como Terra Legal Amazônia, no estado do Amapá.

Esta é uma das oito auditorias que fazem parte de uma Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC coordenada originalmente pela antiga Secex/AM, da qual também participaram as secretarias do TCU nos estados do Mato Grosso, do Pará, de Rondônia e do Tocantins e a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente - SecexAgroAmbiental.

Considerando que a então relatora Ministra Ana Arraes determinou, por meio de despacho (peça 60), que a SecexAgroAmbiental promovesse a integração das propostas visando ao aperfeiçoamento da gestão pública, diante da necessidade de se evitar a repetição de encaminhamentos semelhantes nas oito fiscalizações relacionadas ao Programa Terra Legal Amazônia;



Considerando que a instrução final (peça 81) concluiu que grande parte das falhas detectadas no presente processo foi objeto de determinações e recomendações constantes do Acórdão 727/2020, alterado pelo Acórdão 1.840/2020, ambos do Plenário, que tratou do processo consolidador da FOC;

Considerando que remanesceram apenas duas propostas de determinações associadas ao Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal realizado no estado do Amapá;

Considerando que essas propostas foram submetidas, em cumprimento ao art. 14 da Resolução-TCU 315/2020, à manifestação dos gestores;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso I, e 250, incisos I e II do Regimento Interno, em adotar as medidas indicadas no subitem 1.7 deste acórdão:

1. Processo TC-039.429/2018-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Claudio Roberto Mendonca Schiphorst (855.872.657-49); Enéas dos Santos Raiol (014.948.302-30); Jose Mauro Soares Pereira (354.616.752-04); Luis Henrique Costa (821.155.083-00); Luiz Guilherme Cavalcante de Melo (068.992.932-34); Sorrival de Lima (578.790.104-59); Sérgio Roberto Lopes (523.873.569-34); Tiago Baltazar Cardoso (684.686.012-68)

1.2. Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Superintendência Regional do Incra no Amapá que, no prazo de 360 dias, revise os processos listados no apêndice K, da peça 57, refaça os cálculos e comunique os titulados, do valor correto que eles têm a pagar;

1.7.2. determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, no prazo de 30 dias, instaure processo administrativo disciplinar em desfavor dos ex-chefes de Escritório de Regularização Fundiária da Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da SERFAL - AP, Srs. José Mauro Soares Pereira (CPF 354.616.752-04) e Luiz Guilherme Cavalcante de Melo (CPF 068.992.932-34), com vistas a apurar administrativamente possíveis irregularidades na regularização fundiária cometidas na gestão deles no estado do Amapá (itens 18, 23 - 26 da peça 73);

1.7.3. apensar os presentes autos ao TC 031.961/2017-7;

1.7.4. dar ciência deste acórdão, bem como das instruções às peças 57 e 81 ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Amapá e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ACÓRDÃO Nº 828/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relatados estes autos de representação interposta pelo Ministério Público junto ao TCU acerca de indícios de irregularidades na contratação emergencial de prestação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias.

Considerando os elementos acostados aos autos pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - Embratur após a instrução da unidade técnica;

Considerando que a Embratur vem adotando medidas que vão no sentido de sanar as impropriedades apontadas na representação;



Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulada pelo representante, considerá-la parcialmente procedente e arquivar os autos.

1. Processo TC-037.921/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Calia/ Y2 Propaganda e Marketing Ltda. (04.784.569/0002-27)

1.2. Unidade: Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Representação legal: Emerson Franco de Menezes (133.039/OAB-DF) e outros, representando Calia/ Y2 Propaganda e Marketing Ltda; João Vita Fragoso de Medeiros (12.058/OAB-PE e 64.976-S/OAB-DF), representando Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

ACÓRDÃO Nº 829/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 103, § 1º, 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do referido art. 235, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará cópia da denúncia tarjada (peças 8 e 9), do processo administrativo que originou o Contrato 270301/2020 (peças 19-25), da instrução da unidade técnica e do presente acórdão, para adoção das providências cabíveis, e cópia desta deliberação à Prefeitura Municipal de Uruburetama/CE e ao denunciante, além de levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-018.968/2020-1 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Uruburetama/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 830/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Hospital Risoleta Tolentino Neves, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-047.784/2020-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Link Card Administradora de Benefícios Eireli, (12.039.966/0001-11).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep, Hospital Risoleta Tolentino Neves - HRTN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Bruno de Moura Teatini (59250/OAB-MG) e outros, representando Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, Felipe Fagundes de Souza OAB/SP 380.278.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 831/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas anual Simplificada dos gestores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa para o exercício de 2004;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.330/2005 prolatado pelo Plenário do TCU em 31/8/2005, com a subsequente confirmação pelo Acórdão 1.428/2006-TCU-Plenário, em 16/8/2006, foi aplicada a multa individual sob o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em desfavor de José Antônio Alves Gomes, além das multas sob o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em desfavor de Rosenira Rocha Martins e o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em desfavor de Edinaldo Nelson dos Santos Silva;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.762/2012 prolatado pelo Plenário do TCU em 11/7/2012, foi autorizado o parcelamento da referida multa aplicada a José Antônio Alves Gomes em 36 (trinta e seis) prestações com a atualização monetária;

Considerando que, por meio do Acórdão 484/2013 prolatado pelo Plenário do TCU em 13/03/2013, com as medidas fixadas pelo Acórdão 1.330/2005-Plenário e pelo Acórdão 1.428/2006-TCU-Plenário, foi determinado o desconto das referidas multas nas folhas de pagamento em desfavor de Rosenira Rocha Martins e de Edinaldo Nelson dos Santos Silva, além de ter sido autorizado o parcelamento das dívidas em 36 (trinta e seis) meses, nos termos do art. 217 do RITCU e do art. 46, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990;

Considerando que teria ocorrido o recolhimento parcelado da multa individual sob o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por José Antônio Alves Gomes e sob o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Rosenira Rocha Martins, em conformidade com os demonstrativos de débito acostados às Peças 84 e 85, podendo ser desprezada a subsequente cobrança dos irrisórios saldos devedores sob os diminutos valores de R\$ 0,66 e R\$ 37,39, respectivamente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a" e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em:

(i) dar quitação a José Antônio Alves Gomes (CPF 400.802.930-34) diante do integral recolhimento da multa aplicada pelo Acórdão 1.330/2005 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 31/8/2005 (Ata nº 33/2005), com a subsequente manutenção pelo Acórdão 1.428/2006 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 16/8/2006 (Ata nº 33/2006), a partir da autorização de parcelamento em 36 (trinta e seis) parcelas, com a atualização monetária pelo Acórdão 1.762/2012 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 11/7/2012 (Ata nº 26/2012), sob as seguintes condições:

Valor da multa: R\$ 5.000,00 / Data da multa: 31/8/2005

Valores recolhidos	Datas dos recolhimentos
R\$ 138,89	31/08/2012
R\$ 138,89	31/08/2012
R\$ 138,89	27/09/2012
R\$ 138,89	31/10/2012
R\$ 138,89	21/11/2012
R\$ 138,89	02/01/2013
R\$ 138,89	28/02/2013
R\$ 138,89	28/02/2013
R\$ 138,89	05/07/2013
R\$ 138,89	05/07/2013
R\$ 138,89	05/07/2013
R\$ 138,89	05/07/2013

R\$ 138,89	05/07/2013
R\$ 138,89	31/01/2014
R\$ 138,89	31/01/2014
R\$ 138,89	31/01/2014
R\$ 138,89	31/01/2014
R\$ 138,89	31/01/2014
R\$ 138,89	31/01/2014
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 138,89	22/07/2015
R\$ 1.911,00	10/10/2018
R\$ 1.911,00	10/11/2018

(ii) dar quitação a Rosenira Rocha Martins (CPF 134.470.252-04) diante do integral recolhimento da multa aplicada pelo Acórdão 1.330/2005 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 31/8/2005 (Ata nº 33/2005), com a subsequente manutenção pelo Acórdão 1.428/2006 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 16/8/2006 (Ata nº33/2006), a partir da determinação para o desconto em folha de pagamento por meio do Acórdão 484/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 13/03/2013 (Ata nº 8/2013), sob as seguintes condições:

Valor da multa: R\$ 2.000,00 / Data da multa: 31/8/2005

Valores recolhidos	Datas dos recolhimentos
R\$ 190,00	09/10/2013
R\$ 918,41	31/10/2013
R\$ 962,27	29/11/2013
R\$ 962,27	30/12/2013
R\$ 828,95	31/01/2014
R\$ 644,46	28/02/2014
R\$ 87,08	10/10/2014

(iii) prolatar, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, a providência abaixo indicada.

1. Processo TC-006.898/2005-8 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2004)

1.1. Apensos: TC 010.894/2004-7 (ACOMPANHAMENTO); TC 006.546/2004-7 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO).

1.2. Responsáveis: Almir Carlos Batista Graça (CPF 027.303.402-20); Aristeu Dácio Alves Filho (CPF 630.986.287-15); Carlos Cristiano Lemos Dias (CPF 120.687.628-03); Celma Maria Alfaia de Barros (CPF 048.315.002-91); Edinaldo Nelson dos Santos Silva (CPF 122.891.752-34); Eleilza de Castro Litaiff (CPF 570.169.682-00); Eliana Yukiko Takenaka (CPF 210.645.551-87); Fernando Freitas Melo (CPF 092.945.541-)

04); Francisco Holanda dos Santos (CPF 299.865.162-34); José Antônio Alves Gomes (CPF 400.802.930-34); Maria Diana Fernandes da Silva (CPF 114.454.592-72); Micherlangela Barroso Muniz (CPF 630.159.862-87); Ronaldo Mota Sardenberg (CPF 075.074.884-20); e Silvio Jardim de Oliveira Silva (CPF 077.502.182-20).

- 1.3. Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa.
- 1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
- 1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).
- 1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
- 1.8. Providência: enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, a José Antônio Alves Gomes e a Rosenira Rocha Martins, além do envio ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 832/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a" e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em dar quitação a Josidan Gois Cunha (CPF 059.960.823-49) diante do integral recolhimento da multa aplicada pelo Acórdão 2.330/2014 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 3/9/2014 (Ata nº 34/2014), com a subsequente redução do valor da multa determinada por meio do Acórdão 1.808/2016 prolatado pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 13/7/2016 (Ata nº 27/2016), sob as seguintes condições:

- (i) Valor da multa: R\$ 5.000,00 / Data da multa: 13/7/2016

Valores recolhidos	Datas dos recolhimentos
R\$ 140,70	08/12/2016
R\$ 140,70	12/01/2017
R\$ 140,70	13/03/2017
R\$ 140,70	04/04/2017
R\$ 140,70	12/06/2017
R\$ 140,70	28/06/2017
R\$ 140,70	31/07/2017
R\$ 140,00	31/08/2017
R\$ 140,70	29/09/2017
R\$ 140,70	30/10/2017
R\$ 140,70	29/11/2017
R\$ 140,70	07/02/2018
R\$ 140,70	07/02/2018
R\$ 140,70	09/04/2018
R\$ 140,70	16/04/2018
R\$ 140,70	14/05/2018
R\$ 140,70	11/06/2018
R\$ 140,70	29/06/2018
R\$ 140,70	13/08/2018
R\$ 140,70	30/08/2018
R\$ 140,70	17/10/2018
R\$ 140,70	31/10/2018
R\$ 140,70	28/11/2018
R\$ 140,70	18/12/2018
R\$ 140,70	30/01/2019
R\$ 140,70	26/02/2019
R\$ 140,70	29/03/2019



R\$ 140,70	24/04/2019
R\$ 140,70	28/05/2019
R\$ 240,00	02/07/2019
R\$ 302,50	08/07/2019
R\$ 220,00	28/08/2019
R\$ 230,00	27/09/2019
R\$ 280,31	30/10/2019

(ii) prolatar, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, a providência abaixo indicada.

1. Processo TC-014.980/2010-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-001.863/2017-7 (Cobrança Executiva) e TC-027.714/2014-4 (Solicitação de Certidão)

1.2. Responsáveis: Arnor Pereira da Silva (CPF 101.734.204-00); Delta Construções S.A. (CNPJ 10.788.628/0001-57); Deusimar Bezerra Lima (CPF 110.337.623-34); Dumont Gonçalves Mota (CPF 026.562.563-72); Francisco de Assis Aurélio Soares (CPF 112.470.023-49); Joaquim Guedes Martins Neto (CPF 246.136.573-34); Josidan Gois Cunha (CPF 059.960.823-49); José Wanks Meireles Sales (CPF 008.440.986-04); Luiz Antônio Pagot (CPF 435.102.567-00); Marcos Fábio Porto de Aguiar (CPF 357.523.943-68); Marcílio de Sá Batista (CPF 389.391.424-20) e Sebastião Coriolano de Andrade (CPF 021.823.273-04).

1.3. Interessados: Congresso Nacional (vinculador), Delta Construções S.A (CNPJ 10.788.628/0001-57) e então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

1.4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

1.5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Unidade Técnica: Serviço de Controle dos Efeitos de Deliberações (Secef).

1.8. Representação legal:

1.8.1. Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Junior (OAB/CE 27.722), entre outros, representando Josidan Gois Cunha;

1.8.2. Ediel Lopes Frazão (OAB/PE 13.497), entre outros, representando a Delta Construções S.A;

1.8.3. Clauver Renne Luciano Barreto (OAB/CE 16.641), entre outros, representando Deusimar Bezerra Lima;

1.8.4. Marco Antônio Prandini entre outros, representando o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

1.9. Providência: enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, a Josidan Gois Cunha e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 833/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 035.374/2020-9

2. Grupo I - Classe VII - Administrativo.

3. Interessados: Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União.

4. Unidade: não há.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Coordenação-Geral de Controle Externo de Infraestrutura - Coinfra.

8. Representação legal: não há.



## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, nesta fase processual, de revisão do plano de fiscalização de obras deste Tribunal para o exercício de 2021 (Fiscobras 2021).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, e com fundamento no art. 3º, parágrafo único, da Resolução - TCU 280/2016, em:

9.1. aprovar a revisão do plano anual de obras referente ao Fiscobras 2021;

9.2. autorizar a realização, no âmbito do Fiscobras 2021, de fiscalização nos 52 empreendimentos relacionados no Apêndice I da instrução de peça 20 e na obra sugerida na declaração de voto do Ministro Raimundo Carreiro, bem como a análise de 50 editais e orçamentos de licitações de obras públicas com a utilização dos sistemas de Análise de Orçamentos (SAO) e de Análise de Licitações e Editais (Alice);

9.3. aprovar o cronograma de atividades detalhado na tabela 33 da instrução de peça 20;

9.4. autorizar a Coordenação-Geral de Controle Externo de Infraestrutura (Coinfra) a incluir, no Relatório Consolidador do Fiscobras 2021, seção específica com informações sintéticas e atualizadas acerca dos processos de desestatização e de outros trabalhos relevantes no setor de infraestrutura realizados no período de agosto de 2020 a setembro de 2021;

9.5. encaminhar este processo à Secretaria das Sessões (Seses), após prolatada a deliberação autorizadora do Fiscobras 2021, para que seja sorteado o relator do processo de consolidação do aludido plano, observado o art. 30 da Resolução-TCU 280/2016; e

9.6. restituir os autos à Coinfra, para continuidade das fiscalizações e posterior consolidação dos trabalhos, conforme determinação exarada no art. 31 da mencionada resolução.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0833-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 834/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.551/2014-0.

1.1. Apenso: 016.015/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV-Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Luis Carlos Moreira da Silva; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Renato de Souza Duque; Almir Guilherme Barbassa; Ildo Luis Sauer; Paulo Roberto Costa; Guilherme de Oliveira Estrella; Nestor Cuñat Cerveró; Rafael Mauro Comino; Aurélio Oliveira Telles; Cezar de Souza Tavares; Thales Rezende Rodrigues de Miranda; Antônio Palocci Filho; Claudio Luiz da Silva Haddad; Dilma Vana Rousseff; Fabio Colletti Barbosa; e Gleuber Vieira.

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A..

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

8. Representação legal: Tiago Francisco da Silva (OAB/RJ 171.075) e outros, representando Antônio Palocci Filho; Marcelo Beltrão da Fonseca (OAB/SP 186.461-A) e outros, representando Claudio Luiz da Silva Haddad; Alex Lenquist da Rocha (OAB 240.758 /SP) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Lucas Nazif Rasul (OAB/DF 59.960) e outros, representando Cezar de Souza Tavares; José

Eduardo Cardozo (OAB/SP 67.219) e outros, representando Dilma Vana Rousseff; Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Celso Cintra Mori (OAB/SP 23.639) e outros, representando Fabio Colletti Barbosa; Aristides Junqueira Alvarenga (OAB/DF 12.500) e outros, representando Almir Guilherme Barbassa e Guilherme de Oliveira Estrella; Sheila Mayra Lustoza de Souza Lovatti (OAB/RJ 137.692) e outros, representando Luis Carlos Moreira da Silva; Marcia Dinis (OAB/RJ 056.466) e outros, representando Rafael Mauro Comino e Luis Carlos Moreira da Silva; Márcio Gomes Leal (OAB/RJ 84.801) e outros, representando Renato de Souza Duque; Matheus Ian Telles Freitas (OAB/BA 42.822) e outros, representando Aurélio Oliveira Telles; Murilo Varasquim (OAB/PR 41.918), Edson Ribeiro (OAB/RJ 46.837) e outros, representando Nestor Cunat Cervero; Moacyr Amâncio de Souza (OAB/DF 17.969), representando Gleuber Vieira; Fabio Carneiro Bueno Oliveira (OAB/SP 146.162) e outros, representando Ildo Luis Sauer; Cassio Quirino Norberto (OAB/PR 57.219) e outros, representando Paulo Roberto Costa.

#### 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada para apurar danos relativos à aquisição da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., perante o grupo belga Astra Transcor;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis o Sr. Thales Rezende de Miranda (CPF 000.910.687-11);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. Aurélio Oliveira Telles (CPF 183.042.305-34), Cezar de Souza Tavares (CPF 242.610.177-68), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49) e Rafael Mauro Comino (CPF 299.650.717-72), na condição de ex-membros da comissão de negociadores, bem como dos ex-Diretores Srs. Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10) e Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15) e do ex-presidente Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395 72);

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. Almir Guilherme Barbassa (CPF 012.113.586-15), Guilherme de Oliveira Estrella (CPF 012.771.627-00), Ildo Luis Sauer (CPF 265.024.960-91), e Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), ex-membros da Diretoria Executiva da Petrobras;

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Antônio Palocci Filho (CPF 062.605.448-63), Claudio Luis da Silva Haddad (CPF 109.286.697-34), Fabio Colletti Barbosa (CPF 771.733.258-20), Gleuber Vieira (CPF 041.278.627-34), e Sra. Dilma Vana Rousseff (CPF 133.267.246-91), ex-membros do Conselho de Administração da Petrobras;

9.5. condenar solidariamente os responsáveis a seguir identificados, também em solidariedade com a empresa condenada em débito no bojo do TC 035.952/2016-4, ao pagamento das quantias especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Petróleo Brasileiro S/A, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5.1 Aurélio Oliveira Telles (CPF 183.042.305-34), Cezar de Souza Tavares (CPF 242.610.177-68), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Rafael Mauro Comino (CPF 299.650.717-72), Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15) e José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395 72);

VALOR ORIGINAL	Data da conversão
US\$	17/10/2014
453.296.325,17	

Valor atualizado até 14/12/2018: R\$ 1.594.916.340,37

9.6. aplicar aos Srs. Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10) e José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395 72), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R\$ 110 milhões (cento e dez milhões de reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar aos Srs. Almir Guilherme Barbassa (CPF 012.113.586-15), Guilherme de Oliveira Estrella (CPF 012.771.627-00), Ildo Luis Sauer (CPF 265.024.960-91), e Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), individualmente, a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, incisos I e II, do Regimento Interno, no valor de R\$ 67.854,00 (sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. aplicar ao Sr. Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso III, do Regimento Interno, no valor de no valor de R\$ 67.854,00 (sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.10. com fundamento no art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU, considerar graves as infrações cometidas por Luis Carlos Moreira da Silva, Nestor Cuñat Cerveró e José Sérgio Gabrielli de Azevedo;

9.11. com fulcro no art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c art. 270 do Regimento Interno do TCU, inhabilitar Luis Carlos Moreira da Silva, Nestor Cuñat Cerveró e José Sérgio Gabrielli de Azevedo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo período de 8 (oito) anos;

9.12. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 273 e 274 do Regimento Interno deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a indisponibilidade de bens dos responsáveis a seguir relacionados, devendo esta medida alcançar os bens considerados necessários para garantir o integral ressarcimento do débito em apuração, ressalvados os bens financeiros necessários às suas subsistências, inclusive tratamentos de saúde, e dos familiares deles dependentes;

Aurélio Oliveira Telles (CPF 183.042.305-34)

Cezar de Souza Tavares (CPF 242.610.177-68)

Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49)

Rafael Mauro Comino (CPF 299.650.717-72)

Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10)

Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15)

José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395 72)

9.13. considerar como termo inicial para contagem do prazo fixado no subitem anterior desta deliberação a data de averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.14. nos termos do art. 276, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, conceder prazo de até 15 (quinze dias), sem efeito suspensivo, aos responsáveis arrolados no subitem 9.12 para que se pronunciem, caso queiram, a respeito da adoção da medida cautelar referida no mesmo subitem, informando-os que,



no âmbito da respectiva resposta à aludida oitiva, fica desde já franqueada a possibilidade de designar os bens não suscetíveis ao correspondente constrangimento cautelar, com a devida justificativa para esse não constrangimento;

9.15. constituir um processo apartado de "indisponibilidade de bens" específico para cada responsável;

9.16. recomendar à Comissão de Valores Mobiliários e ao Banco Central, entidades que regulam as atividades das instituições financeiras e do mercado de capitais, que avaliem a necessidade de exarar normas e/ou regulações específicas sobre a emissão de relatórios de valuation e de fairness opinions usualmente emitidas por consultores e instituições financeiras para balizar decisões de investimentos e desinvestimentos;

9.17. recomendar à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) que oriente todas as empresas estatais federais, quanto à necessidade de que, nos processos de investimentos e desinvestimentos, ao utilizarem relatórios de valuation e fairness opinions, promovam avaliações críticas sobre a consistência e a qualidade desses documentos, examinando as premissas, pressupostos e ressalvas neles contidos, analisando necessariamente os valores propostos em comparação a uma avaliação "as is", de modo a subsidiar a decisão dos administradores, respeitada a independência das instituições financeiras emissoras dos pareceres;

9.18. determinar à Petrobras que, nos processos de investimentos e desinvestimentos, para subsidiar a tomada de decisão, seja sempre informado à Diretoria Executiva (DE) e ao Conselho de Administração (CA) a avaliação "as is", tendo em vista que essa informação é essencial para fundamentar a decisão que vier a ser tomada, devendo estar expressamente justificada e demonstrada a vantagem na aquisição ou alienação de qualquer ativo por valor distinto.

9.19. determinar à Petrobras, por meio dos seus advogados e com o auxílio da Advocacia-Geral da União, que sejam adotadas as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, nos termos do art. 61 da Lei 8.443/1992, seja de forma antecipada ou incidental;

9.20. dar ciência desta decisão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, bem como para a Comissão de Valores Mobiliários e para o Departamento de Polícia Federal, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0834-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 835/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.259/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV-Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alberto da Fonseca Guimarães (336.892.297-15), Gustavo Tardin Barbosa (720.925.307-63); Fernando Gabriel Couto Kamache (844.511.227-91); Giampaolo Foschini Di Donato (439.783.047-91).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).

8. Representação legal: Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073) e outros, representando Alberto da Fonseca Guimarães e Giampaolo Foschini Di Donato; Aristides Junqueira Alvarenga (OAB/DF 12.500) e outros, representando Gustavo Tardin Barbosa; Márcio Monteiro Reis (OAB/RJ 93.815) e outros, representando Fernando Gabriel Couto Kamache; e Raphaela C. N. Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos tomada de contas especial (TCE), instaurada para apurar irregularidades relacionadas à compra da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., perante o grupo belga AstraTranscor;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, arquivar estes autos, sem julgamento do mérito, tendo em vista a ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Petróleo Brasileiro S.A.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0835-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 836/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.952/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV-Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Astra Oil Company LLC; Astra Oil Trading N. V; Almir Guilherme Barbassa (CPF 012.113.586-15), Antônio Palocci Filho (CPF 062.605.448-63), Aurélio Oliveira Telles (CPF 183.042.305-34), Cezar de Souza Tavares (CPF 242.610.177-68), Cláudio Luís da Silva Haddad (CPF 109.286.697-34), Dilma Vana Rousseff (CPF 133.267.246-91), Fábio Colletti Barbosa (CPF 771.733.258-20), Gleuber Vieira (CPF 041.278.627-34), Guilherme de Oliveira Estrella (CPF 012.771.627-00), Ildo Luís Sauer (CPF 265.024.960-91), José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395 72), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15), Rafael Mauro Comino (CPF 299.650.717-72), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49).

4. Entidades: Petrobras América Inc.; Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo).

8. Representação legal: Rodrigo Guimaraes Simas (OAB/RJ 167.789) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

9.1. considerar revel a empresa Astra Oil Company LLC, nos termos do disposto no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;



9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas c e d, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas da empresa Astra Oil Company LLC, condenando-a, solidariamente, com os responsáveis condenados em débito no bojo do TC 025.551/2014-O, ao pagamento das quantias especificadas, com a fixação do prazo de trinta dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A., atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL		Data da conversão
US\$	R\$	
453.296.325,17	1.109.216.107,69	17/10/2014

Valor atualizado até 17/10/2014: R\$ 1.594.916.340,37

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno, à empresa Astra Oil Company LLC, no valor de R\$ 330 milhões, com a fixação do prazo de trinta dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia dessa decisão à Astra Oil Company LLC por meio de procedimento próprio em cooperação com o Ministério da Justiça, valendo-se para tanto, da tradução do relatório, voto e acórdão desta deliberação, informando à responsável que o inteiro teor do conteúdo processual pode ser acessado eletronicamente por meio dos sistemas do TCU.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0836-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 837/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.905/2017-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto I: Embargos de Declaração em Relatório de Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Petróleo Brasileiro S/A (33.000.167/0001-01).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S/A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal: Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ); Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (140.611 OAB/RJ); Rodrigo Guimarães Simas (167.789 OAB/RJ) e outros.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S/A ao Acórdão 611/2021-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência dessa deliberação à embargante.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0837-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 838/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.112/2007-0.

1.1. Apensos: 015.616/2018-5; 015.617/2018-1; 030.496/2007-1; 015.618/2018-8; 015.619/2018-

4

2. Grupo II - Classe de Assunto I: Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Agenor Paulino Trindade (287.968.978-30); Cassandra de Pádua Paz (287.743.293-91); Frutan - Frutas do Nordeste do Brasil Sa (23.508.336/0001-65); José Alberto Coelho Paz (264.734.107-91); Marileide Madeira Pinheiro de Araújo Martins (112.108.693-49); Paulo Roberto Medeiros Braun (033.771.483-53)

3.2. Responsáveis: Agenor Paulino Trindade (287.968.978-30); Augusto Bezerra Cavalcanti Neto (139.379.364-91); Betty Grandszuldzyer (023.653.197-26); Cassandra de Pádua Paz (287.743.293-91); Cláudio Vasconcelos Frota (141.028.033-00); Darlan Cunha Lima (231.536.953-34); Edilson Silva Ferreira (204.277.863-04); Firmino Pereira de Sousa Filho (189.415.408-87); Francisco Antônio Rodrigues Pereira (272.818.413-53); Francisco Roberto Brasil de Souza (061.074.273-68); Francisco das Chagas Sousa Lopes (095.983.913-53); Frutan Frutas do Nordeste do Brasil S/a (23.508.336/0001-65); Isaias Matos Dantas (061.872.185-15); Jorge Luis Branco Aguiar (459.400.613-20); Jose Agostinho de Carvalho Neto (117.046.673-72); Jose Valter Bento de Freitas (121.539.313-04); José Alberto Coelho Paz (264.734.107-91); José Andrade Costa (231.476.283-53); José Macedo Barbosa (210.607.543-04); João Francisco Freitas Peixoto (090.955.433-15); Luiz Alberto Cruz de Oliveira (059.775.095-53); Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimaraes (000.141.923-49); Maria das Gracas de Britto Lobao Melo (403.288.647-49); Marileide Madeira Pinheiro de Araújo Martins (112.108.693-49); Natalino Rabinovitch (014.232.317-91); Naum Roberto Ryfer (020.695.127-20); Nicola Moreira Miccione (746.011.483-91); Nina Ester Palatnik Ryfer (193.214.147-20); Pedro Lopes de Oliveira Filho (142.191.584-72); Pedro Rafael Lapa (075.167.544-04); Raimundo Francisco Lobao Melo (290.136.407-10); Raimundo Nonato Gonçalves Júnior (228.812.203-04); Ricardo Augusto de Lima Braga (210.117.103-15); Roberto Smith (270.320.438-87); Victor Samuel Cavalcante da Ponte (375.091.107-00); Zeila Sabry Azar (078.043.503-68)

3.3. Recorrente: Jorge Luis Branco Aguiar (459.400.613-20).

4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S/A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

8. Representação legal: Edson Castelo Branco Dominici Junior (8563/OAB-MA); Adriano Martins de Holanda (5.794/OAB-PI); Jaivan Carvalho Moura (10.953/OAB-PI); Mônica de Carvalho Saboia (8.022/OAB-PI); Nayana Cruz Ribeiro (23.209-A/OAB-CE); Lais de Moura Bezerra Cavalcanti (17.286/OAB-PE); Rogerio Neves Baptista (7.196/OAB-PE); Jorge Luís Branco Aguiar (5.553/OAB-MA) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Jorge Luís Branco Aguiar, Nicola Moreira Miccione, José Andrade Costa e Roberto Smith ao Acórdão 308/2021-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos por José Andrade Costa;

9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos por Jorge Luís Branco Aguiar, Nicola Moreira Miccione e Roberto Smith para, no mérito, rejeitá-los;

9.3. promover a correção de erro material no subitem 9.4 do Acórdão 308/2021-TCU-Plenário com fundamento no Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência do TCU:

9.3.1. onde se lê:

9.4. aplicar a Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, Darlan Cunha Lima, Francisco das Chagas Sousa Lopes, Jorge Luís Branco Aguiar, José Agostinho de Carvalho Neto, José Andrade Costa, Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães, Nicola Moreira Miccione, Pedro Rafael Lapa, Roberto Smith e Victor Samuel Cavalcante da Ponte multas nos valores a seguir estipulados, a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado, em decorrência da rejeição de suas razões de justificativa efetivada por meio do item 9.2 do Acórdão 1654/2014 - Plenário, revista por este acórdão:

9.3.2. leia-se:

9.4. aplicar a Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, Darlan Cunha Lima, Francisco das Chagas Sousa Lopes, Jorge Luís Branco Aguiar, José Agostinho de Carvalho Neto, José Andrade Costa, Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães, Nicola Moreira Miccione, Pedro Rafael Lapa, Roberto Smith e Victor Samuel Cavalcante da Ponte multas nos valores a seguir estipulados, com fundamento no artigo 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 250, §2º, e 268, inciso II, do Regimento Interno a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado, em decorrência da rejeição de suas razões de justificativa efetivada por meio do item 9.2 do Acórdão 1654/2014 - Plenário, revista por este acórdão:

9.4. dar ciência dessa deliberação aos recorrentes;

9.5. encaminhar os autos ao gabinete do Ministro Jorge Oliveira para apreciação dos pedidos de parcelamento do débito formulados por Nicola Moreira Miccione (peça 557, pág. 1), José Andrade Costa (peça 676) e por Roberto Smith (peça 673).

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0838-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 839/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.596/2014-8.



1.1. Apensos: 020.012/2020-9; 000.893/2013-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. (11.989.347/0001-25); Everson Barbosa Magalhães (112.085.973-53); Francisco Vanderlândio Carolino (297.289.083-34); Francisco Vilmar Filho (101.606.393-87); João Luiz Lopes de Sousa (096.085.675-72); Zayra de Paiva Sousa (006.134.703-54)

3.2. Recorrentes: Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. (11.989.347/0001-25); Francisco Vanderlândio Carolino (297.289.083-34); Francisco Vilmar Filho (101.606.393-87).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Água Branca - PI.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Mattson Resende Dourado (6.594/OAB-PI) e outros, representando João Luiz Lopes de Sousa.

8.2. Italo Maia Brasil (15.276/OAB-RN) e outros, representando Francisco Vilmar Filho, Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. e Francisco Vanderlândio Carolino;

8.3. Moisés Ângelo de Moura Reis (874/75/OAB-PI), representando Zayra de Paiva Sousa e João Luiz Lopes de Sousa;

8.4. Marcos Patricio Nogueira (1973/OAB-PI) e outros, representando Everson Barbosa Magalhães.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto conjuntamente pelos Srs. Francisco Vanderlândio Carolino e Francisco Vilmar Filho e pela Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. (COP) contra o Acórdão 501/2019-Plenário,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei Orgânica do TCU, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0839-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 840/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.407/2021-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar)

3. Representante: Eadtech Produtos e Serviços para Educação Editora S/A (06.954.022/0001-77)

4. Unidade jurisdicionada: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)

8. Representação legal: Carolina Machado Freire Martins (OAB/DF 59.021) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada contra o Pregão Eletrônico 19/2020, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276, § 1º, do RITCU, referendar, até o pronunciamento deste Tribunal a respeito do mérito da representação, a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 58 destes autos, transcrito no relatório que acompanha este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado despacho;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional e à representante; e

9.3. retornar os presentes autos à Sefti para adoção das providências cabíveis e prosseguimento do feito.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0840-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 841/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.472/2008-3.

1.1. Apensos: 005.283/2014-0; 009.232/2014-1; 019.078/2014-5; 006.109/2017-9; 017.096/2014-6; 027.972/2010-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Relatório de Levantamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Controladoria-geral da União (26.664.015/0001-48); Departamento de Polícia Federal (00.394.494/0014-50); Ministério Público de Estado do Rio de Janeiro (00.328.945/0001-20); Ministério de Minas e Energia (37.115.383/0001-53)

3.2. Responsáveis: Responsáveis: Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60); Construções e Comércio Camargo Correa S.A. (61.522.512/0001-02); Consórcio Refinaria Abreu e Lima (08.966.717/0001-02); Dewton Silva Carvalho (580.942.106-72); Galvão Engenharia S.A. (01.340.937/0001-79); Heleno Lira (151.074.184-49); Jorge Fernandes de Abreu (548.951.467-15); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Luís Alberto Spagnolo Junior (027.830.956-96); Luiz Gerszt (falecido) (231.097.007-78); Marco Tulio Vieira Carneiro (375.043.127-20); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87); Otto Rocha Silva (625.709.277-91); Paulo César Farah Muniz (528.388.467-87); Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01); Rogério Hungerbühler Lopes (335.230.457-20); Salomão Doumit Bou Haya (352.428.687-91); Sandro Derenzi Belodi (071.888.678-01); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04); Tais Maria da Fonseca Diniz (013.434.366-21).



3.3. Recorrentes: Heleno Lira (151.074.184-49); Jorge Fernandes de Abreu (548.951.467-15); Luís Alberto Spagnolo Junior (027.830.956-96); Marco Tulio Vieira Carneiro (375.043.127-20); Otto Rocha Silva (625.709.277-91); Sandro Derenzi Belodi (071.888.678-01); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04); Tais Maria da Fonseca Diniz (013.434.366-21).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. Thiago de Oliveira (122.683/OAB-RJ) e outros, representando Sandro Derenzi Belodi.

8.2. Leonardo Candido Bastos (131474/OAB-RJ) e outros, representando Sandro Derenzi Belodi, Heleno Lira, Jorge Fernandes de Abreu, Luís Alberto Spagnolo Junior, Marco Tulio Vieira Carneiro, Otto Rocha Silva, Sérgio dos Santos Arantes e Tais Maria da Fonseca Diniz;

8.3. Luciano Ribeiro Reis Barros (21.701/OAB-DF), Polyanna Ferreira Silva Vilanova (19.273/OAB-DF) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S.A.

8.4. Elisabete Barbosa Ruberto (169700/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A..

8.5. Ana Luiza Nascimento de Souza Polak (342.501/OAB-SP) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.

8.6. Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF), Eduardo Rodrigues Lopes (29.283/OAB-DF) e outros, representando Tais Maria da Fonseca Diniz, Salomão Doumit Bou Haya, Rogério Hungerbühler Lopes, Luís Alberto Spagnolo Junior, Jorge Fernandes de Abreu, Otto Rocha Silva, Heleno Lira, Marco Tulio Vieira Carneiro, Sandro Derenzi Belodi, Paulo César Farah Muniz, Luiz Gerszt, Sérgio dos Santos Arantes e Dewton Silva Carvalho;

8.7. Alexandre Aroeira Salles (71.947/OAB-MG), João Henrique Andrade Araújo Horst (14326/OAB-PE) e outros, representando Consórcio Refinaria Abreu e Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelos Srs. Heleno Lira, Jorge Fernandes de Abreu, Luís Alberto Spagnolo Junior, Marco Tulio Vieira Carneiro, Otto Rocha Silva, Sandro Derenzi Belodi, Sérgio dos Santos Arantes e Tais Maria da Fonseca Diniz em face do Acórdão 415/2021-Plenário, que apreciou pedidos de reexame contra o Acórdão 1.445/2018-Plenário, que examinou as razões de justificativa dos responsáveis apresentadas em virtude dos indícios de irregularidade apurados em fiscalização realizada nas obras de terraplanagem da Refinaria do Nordeste, em Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo inalterada a decisão recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0841-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 842/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.618/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCU em que pleiteia a adoção de providências com vistas ao imediato e adequado aproveitamento dos exames para detecção da Covid-19 em estoque no país,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276, § 1º, do RITCU, referendar, até o pronunciamento deste Tribunal a respeito do mérito da representação, a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 21 destes autos, transcrito no relatório que acompanha este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado despacho;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Saúde e ao representante; e

9.3. retornar os presentes autos à SecexSaúde para adoção das providências cabíveis e prosseguimento do feito.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0842-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 843/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.241/1999-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo (Recurso ao Plenário)

3. Interessado: Joaquim Ramalho de Albuquerque (118.863.822-04).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso administrativo interposto pelo servidor Joaquim Ramalho de Albuquerque em face de decisão do então Presidente da Corte, Ministro José Múcio Monteiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 107 da Lei 8.112/1990, bem como nos arts. 15, inciso IV, e 30 do Regimento Interno, para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0843-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 844/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.779/2021-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Antonio Roberto Vitor Rana e outros, representando Centurylink Comunicações do Brasil Ltda.

9. Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Centurylink Comunicações do Brasil Ltda. arguindo a ocorrência de irregularidades no Pregão 55/2020, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, cujo objeto é a contratação de serviço de disponibilização de infraestrutura de data center alternativo, conforme as especificações do Edital e de seus Anexos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

9.3 informar ao BNDES e ao representante a prolação deste acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos);

9.4 arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, c/c art. 169, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0844-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 845/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.042/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V- Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Esse Engenharia Sinalização e Serviços Especiais Ltda (40.869.463/0001-09).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no Contrato 421/2019 (peça 10), celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por intermédio da Superintendência Regional do DNIT no estado de Sergipe (SRSE/DNIT), e a empresa Esse Engenharia, Sinalização e Serviços Especiais Ltda., para a execução dos serviços de manutenção (conservação/recuperação) na Rodovia BR-101/SE (segmento km 0,0 ao km 93,4),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar saneados os indícios de irregularidade apontados no Relatório de Fiscalização 60/2020, para o Achado "III.1.1 Adiantamento de pagamentos a título administração local" e Achado "III.2. Inadequação dos relatórios fotográficos dos serviços executados", diante dos esclarecimentos e informações prestadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e pela empresa Esse Engenharia, Sinalização e Serviços Especiais Ltda.;

9.2. dar ciência ao DNIT, com fundamento no art. 2º, inciso II, da Resolução TCU-315/2020, quanto aos seguintes pontos:

9.2.1. o pagamento de verba de "administração local" em descompasso ao andamento dos demais serviços contratados configura liquidação irregular de despesas, em afronta aos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e jurisprudência desta Corte de Contas;

9.2.2. a ausência de registro fotográfico anterior e posterior à execução dos serviços objeto de medição e a ausência de georreferenciamento de sua localização configuram falhas na demonstração de que os serviços tenham sido efetivamente executados, o que fere o entendimento do subitem 9.2.1 do Acórdão 978/2006-TCU-Plenário e do art. 48 da Instrução de Serviço/DG 07/2015;

9.2.3. a ausência e/ou inconsistência nas memórias de cálculo para os quantitativos de obras do Plano Anual de Trabalho (PATO) ferem os ditames da Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX e o item 5.5.4 do Manual de Conservação Rodoviária do DNIT;

9.3. determinar ao DNIT, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/92 c/c artigo 251 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e art. 2º, inciso I, da Resolução TCU-315/2020, que, no prazo de noventa dias, contados a partir da ciência da comunicação do Tribunal, apresente os



desdobramentos do Ofício 135491/2020/SRE - SE (Sei/DNIT 6860891) quanto às irregularidades apontadas no Achado II.1.2, do Relatório de Fiscalização 60/2020, relativamente aos quantitativos nos serviços de pavimentação afetos ao Contrato 421/2019;

9.4. instaurar processo específico para monitoramento das decisões, conforme art. 35 da Resolução-TCU 259/2014 e arquivar os presentes autos com fundamento no art. 169, inciso II do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0845-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 846/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.748/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.

3. Consulente: Ministro de Estado da Economia.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de Consulta formulada pelo Exmo. Ministro de Estado da Economia, versando sobre a caracterização de imprevisibilidade, para fins do disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, das despesas, discricionárias ou obrigatórias, consideradas relevantes e urgentes, as quais não podem ser realizadas por estarem condicionadas à aprovação do projeto de lei orçamentária anual e do projeto de lei específico que demanda aprovação por maioria absoluta do Congresso Nacional;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da consulta, por adimplir os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso VI, e §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar, pois ausentes os requisitos de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*;

9.3. responder ao Consulente, com fundamento no art. 264, § 3º, do Regimento Interno/TCU, que não caracteriza, por si só, situação de imprevisibilidade, para fins do art. 167, § 3º, da Constituição Federal, a aprovação do projeto de lei orçamentária após o início do exercício a que se destina, em especial quando houver autorização na lei de diretrizes orçamentárias para execução provisória da programação não condicionada;

9.4. autorizar a promoção de oitiva, com fundamento no art. 250, inciso V, do Regimento Interno/TCU, cujas respostas deverão ser analisadas em processo apartado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia se manifeste sobre quais fontes de recursos o Poder Executivo pretende utilizar para promover, no bojo da execução provisória, alterações nas programações condicionadas e não condicionadas constantes do

Projeto de Lei do Congresso Nacional 28/2020, tendo como base os §§ 6º e 7º do art. 65 da Lei 14.116/2020, com redação dada pela Lei 14.127/2021, de forma que mantenha a harmonia dos referidos dispositivos legais com as regras constantes dos incisos III e VI do art. 167 da Constituição Federal;

9.5. encaminhar cópia integral do relatório, voto e acórdão ao Ministério da Economia e à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, informando-lhes que o inteiro teor da referida decisão poderá ser consultado no Portal do TCU ([www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos));

9.6. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0846-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 847/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.612/2011-O.

1.1. Apenso: 019.167/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: David José de Castro Gouvêa (CPF 232.236.859-87); Emerson Cooper Coelho (CPF 544.491.209-06); Marcelo Jose Leal Gasino (CPF 782.642.789-49) e Ronaldo de Almeida Jares (CPF 312.961.147-91).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná - DNIT/MT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação sobre irregularidades relacionadas a deficiências de projeto e possíveis pagamentos indevidos à empresa CBEMI Ltda., CNPJ 83.720.060/0001-06, na execução do Contrato SR/PR-118/2009 destinado a obras de restauração e melhoramentos na rodovia BR-476/PR (km 217,9 ao km 257,3 - Lote 2).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer a presente Representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar ciência ao Dnit, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que:

9.2.1. a ausência das seções transversais de terraplenagem, identificada no projeto executivo da Concorrência Edital 502/08-09, afronta o disposto na alínea "f" do inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/1993;

9.2.2. a ausência de justificativa para a previsão de carregadeira em detrimento de escavadeira nos serviços de escavação, carga e transporte, identificada no projeto executivo da Concorrência Edital 502/08-09, afronta o princípio da economicidade expresso no art. 70 da CF/1988;

9.2.3. a indefinição das áreas fresadas onde também haverá remoção mecanizada de revestimento betuminoso, remoção mecanizada da camada granular do pavimento e a execução de base de brita graduada, identificada no projeto executivo da Concorrência Edital 502/08-09, afronta o disposto nas alíneas a) e f) do inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/1993;

9.2.4. a superestimativa do quantitativo de pintura de ligação, identificada no projeto executivo da Concorrência Edital 502/08-09, afronta o disposto na alínea "f" do inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/1993;

9.2.5. a ausência de justificativa para a camada de 5 cm de pó de pedra na implantação das terceiras faixas, identificada no projeto executivo da Concorrência Edital 502/08-09, afronta o disposto na alínea "b" do inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/1993;

9.3. determinar, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c art. 252 do Regimento Interno do TCU, a conversão do presente processo em Tomada de Contas Especial, autorizando, desde logo, as citações propostas no apêndice II da instrução à Peça 61;

9.4. apensar os presentes autos ao processo de Tomada de Contas Especial que vier a ser autuado, na forma prevista no art. 41 da Resolução - TCU 259/2014;

9.5. cientificar, com fundamento no parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno do TCU, o Ministro de Estado da Infraestrutura acerca desta deliberação; e

9.6. informar ao Dnit do presente Acórdão, destacando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico <www.tcu.gov.br/acordaos>.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0847-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 848/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.064/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante/Interessados/Responsáveis:

3.1. Representante: Conservo Serviços Gerais Ltda. (CNPJ 17.027.806/0001-76)

3.2. Interessado: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. (17.504.325/0001-04).

4. Órgão/Entidade: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Carulina de Freitas Chagas (OAB/MG 117151) e outros, representando Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, oferecida pela empresa Conservo Serviços Gerais Ltda., a respeito de indícios de irregularidades referentes ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços 15/2020, sob a responsabilidade de Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A (Ceasaminas), cujo objeto destina-se à contratação de empresa especializada na terceirização de serviços "continuados de mão de obra, para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de uniformes, equipamento de proteção individual e coletiva, materiais e equipamentos necessários ao cumprimento do objeto";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. indeferir o pedido de adoção de medida cautelar;

9.3. no mérito, considerar a Representação parcialmente procedente;

9.4. determinar às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - Ceasaminas, com fundamento no art. 4º, inciso II, da Resolução - TCU 315/2020, que se abstenha de autorizar adesões à ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 15/2020, preservada tão somente a execução do contrato que vier a ser celebrado, informando, no prazo de quinze dias as providências adotadas, tendo em vista a seguinte irregularidade:

9.4.1. utilização indevida do sistema de registro de preços para a contratação, tendo em vista se tratar de uma típica contratação de serviços continuados, cujas características não se enquadram em nenhuma das hipóteses do art. 3º do Decreto Federal 7.892/2013.

9.5. informar às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - Ceasaminas e à representante que o conteúdo desta deliberação pode ser consultado no endereço [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas monitore o cumprimento do item 9.4 deste Acórdão.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0848-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 849/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.157/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Lúcia Marina Araújo Santos (051.500.686-67); Weliton Militão dos Santos (241.314.156-15).

3.2. Recorrente: Lucia Marina Araújo Santos (051.500.686-67).

4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Natália Maria Martins de Resende (OAB/MG 77.883) e outra. Procuração à peça 36.

9. Acórdão:



VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Rexame interposto por Lucia Marina Araujo Santos (051.500.686-67) contra o Acórdão 1.502/2020-TCU-Plenário, relator Ministro Bruno Dantas, que reformou, em sede de revisão de ofício, o Acórdão 3.644/2017-TCU-2ª Câmara, relator o Ministro José Múcio Monteiro, considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria do Sr. Weliton Militão dos Santos, em razão de irregularidades na averbação de tempo de atividade privada, sem o recolhimento das correspondentes contribuições previdenciárias,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto por Lucia Marina Araujo Santos, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos) e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0849-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 850/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.736/2020-O.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional

4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) - João Pessoa/PB

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), por meio do qual se verificou indícios de irregularidade na Concorrência-Cest/PB 1/2020, relativa às obras da primeira etapa do Sistema Adutor do Ramal do Piancó na Paraíba (Ramal do Piancó).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 45, caput, da Lei 8.443/1992, e no art. 4º, incisos I e II, da Resolução-TCU 315/2020, determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) que adote, no prazo de quinze dias, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o ato convocatório da Concorrência-Cest/PB 1/2020, bem como os eventuais atos dele decorrentes, por infringências ao art. 12, incisos III e VII, art. 6º, inciso IX, e art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993; art. 10 da Lei 6.938/1981; art. 8º, inciso I, da Resolução-Conama 237/1997; e art. 2º do Decreto 4.024/2001;

9.2. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) acerca das seguintes irregularidades relativas à Concorrência-Cest/PB 1/2020:

9.2.1. ausência de projeto de desapropriações e de levantamento de interferências, em afronta ao estatuído no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

9.2.2. ausência de relatório técnico elaborado por profissional habilitado, em desacordo com a disposição do art. 8º, parágrafo único, e art. 5º do Decreto 7.983/2013;

9.2.3. inclusão de item no orçamento especificado como fabricante exclusivo, descumprindo a vedação disposta no art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993

9.2.4. projeto básico sem aprovação pela autoridade competente, infringindo o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993;

9.2.5. ausência de EIA/RIMA e de Licença Ambiental Prévia de obras, em afronta ao art. 10 da Lei 6.938/1981, ao art. 6º, inciso IX, c/c o art. 12, inciso VII, da Lei 8.666/1993 e ao art. 8º, inciso I, da Resolução-Conama 237/1997; e

9.2.6. não obtenção do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (Certoh), em descumprimento ao art. 2º do Decreto 4.024/2001.

9.3. com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 43 da Resolução-TCU 259/2014, autorizar a SeinfraCom a autuar de processo autônomo de Representação para proceder à identificação e realização das audiências dos responsáveis do Dnocs pela prática das irregularidades constatadas na auditoria realizada na Concorrência-Cest/PB 1/2020, que tem por objeto a contratação das obras de construção da primeira etapa do Sistema Adutor do Ramal do Piancó na Paraíba, mencionadas a seguir:

9.3.1 projeto básico deficiente e incompleto, haja vista conter as seguintes irregularidades:

9.3.1.1. alteração injustificada na concepção da adutora, que passou de tubulação aérea para enterrada, contrariando parecer do EVTEA, que assegura ser essa opção economicamente inviável, infringindo o princípio da economicidade e o art. 12, inciso III, da Lei 8.666/1993 (subitem i.1 do item b da Decisão do Ministro Relator - peça 63);

9.3.1.2. inexistência de materiais e serviços elétricos e de automação no orçamento da Concorrência Cest/PB 1/2020, desobedecendo ao art. 6º, inciso IX, e art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993 (subitem i.3 do item b da Decisão do Ministro Relator - peça 63);

9.3.1.3. ausência de estudos geotécnicos e laudos de sondagem, em afronta ao art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993 (subitem i.4 do item b da Decisão do Ministro Relator - peça 63);

9.3.1.4. ausência de projeto de desapropriações e de levantamento de interferências, em afronta ao estatuído no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993 (subitem i.5 do item b da Decisão do Ministro Relator - peça 63);

9.3.1.5. projeto básico sem aprovação pela autoridade competente, infringindo o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993 (subitem ii do item b da Decisão do Ministro Relator - peça 63);

9.3.1.6. ausência de EIA/RIMA e de Licença Ambiental Prévia para as obras da adutora de Piancó, em afronta ao art. 10 da Lei 6.938/1981, ao art. 6º, inciso IX, c/c o art. 12, inciso VII, da Lei 8.666/1993 e ao art. 8º, inciso I, da Resolução-Conama 237/1997 (subitem iii do item b da Decisão do Ministro Relator - peça 63);

9.3.1.7. não obtenção do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (Certoh) para o empreendimento, descumprindo o art. 2º do Decreto 4.024/2001 (subitem iv do item b da Decisão do Ministro Relator - peça 63).

9.4. dar ciência ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) sobre o presente Acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e

9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno-TCU.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0850-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 851/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.711/2020-O.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Conselho da Justiça Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, acerca de discussão relativa à indenização de férias, em razão de dispensa de função de confiança ou de exoneração de cargo em comissão ocupado por servidor, em vista de divergências interpretativas sobre o tema, e considerando as inúmeras situações sobrestadas no âmbito do Conselho da Justiça Federal (CJF) e dos Tribunais Regionais Federais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso V, §§ 1º e 2º e art. 265 do RITCU;

9.2. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que a indenização de férias prevista nos §§ 3º e 4º do art. 78 da Lei 8.112/1990 é devida somente quando do rompimento do vínculo do servidor com a Administração Pública Federal, como ocorre na aposentação ou na exoneração de servidor efetivo e na exoneração de ocupante de cargo em comissão que não seja servidor efetivo, devendo ser calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato de rompimento de vínculo com a Administração Pública Federal;

9.3. dar ciência ao consulente que o art. 19 da Resolução CF-RES-2012/00221 do CJF, que regulamenta a concessão de férias no âmbito do referido Conselho e de toda a Justiça Federal, está em desacordo com o § 3º do art. 78 da Lei 8.112/1990, tendo em vista que prevê o pagamento da indenização no caso de dispensa da função comissionada.

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório, que o fundamentam, ao consulente;

9.5. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0851-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 852/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.073/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Conselho da Justiça Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), que é também Presidente do Superior Tribunal de Justiça, acerca da possibilidade de modificação da área de atividade, por meio de ato administrativo, dos cargos efetivos das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso V, §§ 1º e 2º e art. 265 do RITCU;

9.2. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que:

9.2.1. é possível alterar, mediante ato administrativo, as áreas de atividade dos cargos efetivos vagos das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União de que trata a Lei 11.416/2006 (área judiciária, área de apoio especializado e área administrativa), desde que tais áreas não tenham sido definidas nas leis de criação dos cargos;

9.2.2. a possibilidade de alteração de área de atividade de um cargo vago por ato interno da administração deve ser entendida como a migração do cargo vago de uma área de atividade para outra, dentro daquelas já previstas no art. 3º da Lei 11.416/2006, observado o disposto no artigo 6º do Anexo I da Portaria Conjunta 3, de 31 de maio de 2007, assinada pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT);

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, ao consulente;

9.4. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0852-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 853/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.843/2010-8.



1.1. Apenso: 003.668/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Recorrente: Marcelo Lopes dos Santos (602.713.967-68).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Roberto Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e outros, representando Marcelo Lopes dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto por Marcelo Lopes dos Santos contra o Acórdão 2.228/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou auditoria realizada nas obras de modernização e adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba (Revap) e, no que interessa ao recorrente, aplicou-lhe multa com fulcro no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente pedido de reexame, mantendo-se inalterado o Acórdão 2.228/2019-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0853-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 854/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.889/2018-8.

1.1. Apenso: 015.300/2018-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Luiz Antonio de Amorim Soares (546.971.157-91); Luiz Manuel Amaral Messias (101.581.707-68); José Eduardo Brayner Costa Mattos (299.885.787-68); Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (17.262.213/0001-94); Rogério Nora de Sá (189.039.917-53); Clovis Renato Numa Peixoto Primo (310.592.440-04); Flavio David Barra (533.853.226-34); Andrade Gutierrez S.A. (17.262.197/0001-30); Otávio Marques de Azevedo (129.364.566-49).

3.2. Recorrentes: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (17.262.213/0001-94); Andrade Gutierrez S.A. (17.262.197/0001-30).

4. Unidade jurisdicionada: Eletrobrás Termonuclear S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Andrade Gutierrez S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A., Clovis Renato Numa Peixoto Primo, Flavio David Barra, Otávio Marques de Azevedo e Rogério Nora de Sá;

8.2. Ricardo Barretto de Andrade (OAB/DF 32.136) e outros, representando José Eduardo Brayner Costa Mattos;

8.3. Juliana Tavares Almeida (OAB/DF 12.794) e outros, representando Luiz Manuel Amaral Messias e Luiz Antonio de Amorim Soares.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este agravo interposto por Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Andrade Gutierrez S.A. contra o Acórdão 121/2021-TCU-Plenário (peças 266-268),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 289 do Regimento Interno do TCU, conhecer o agravo e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à Andrade Gutierrez Engenharia S.A., à Andrade Gutierrez S.A., a Rogério Nora de Sá, a Clovis Renato Numa Peixoto Primo, a Flavio David Barra e a Otávio Marques de Azevedo.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0854-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 855/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.769/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Relatório de Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este acompanhamento com o objetivo de verificar as ações desenvolvidas pelo Ministério da Economia voltadas à implementação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, como parte das medidas adotadas pelo Governo Federal em resposta à crise do Coronavírus (covid-19),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Informar à Comissão Temporária COVID-19 do Senado Federal e à Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 da Câmara dos Deputados que o Tribunal de Contas da União avaliou a implementação no período de 1º/4/2020 a 31/12/2020 do Benefício Emergencial instituído pela MP 936/2020 (convertida na Lei 14.020/2020) e concluiu que:

9.1.1. foram executados no total R\$ 33,4 bilhões (correspondente a 64,7% do total previsto no orçamento);

9.1.2. existem indicativos de que o programa atingiu seus objetivos no diz respeito à redução parcial dos efeitos da pandemia sobre o mercado formal de trabalho com a contenção da tendência de alta sistemática no número de demissões;

9.1.3. considerando a implantação do programa em caráter emergencial, existem indicativos de que a gestão dos pagamentos foi eficiente, com apenas 0,72% de taxa de pagamentos indevidos detectados;

9.2. Determinar à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, com fundamento no art. 7, § 3º, inc. IV, da Resolução-TCU 315/2020 que, no prazo de 60 dias a contar da ciência da decisão, realize e apresente ao TCU a análise de viabilidade de alternativas e as medidas adotadas para reaver os pagamentos indevidos referentes às tipologias TPL01-EXTRA-SIAPE, TPL04-ESTADOS-MUNICIPIOS e TPL05-MACICA;

9.3 Dar ciência deste acórdão à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID-19, coordenado pela Procuradoria-Geral da República), à Empresa Brasileira de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev e à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia;

9.4. Em relação ao monitoramento das deliberações anteriores realizadas no presente acompanhamento, considerar em atendimento, com vistas à continuidade do monitoramento, o item 9.2 do Acórdão 4.073/2020 - TCU - Plenário;

9.5. Autorizar a divulgação do Relatório de Acompanhamento no sítio eletrônico do Tribunal;

9.6. Restituir os autos à Sefip para continuidade deste acompanhamento.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0855-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 856/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.746/2020-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante/Interessadas:

3.1. Representante: Aceco TI Ltda. (43.209.436/0001-06).

3.2. Interessada: Vertiv Tecnologia do Brasil Ltda. (03.698.870/0008-40).

4. Unidade jurisdicionada: Embrapa Informática Agropecuária.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073) e outros, representando Aceco TI Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, com pedido de adoção de medida cautelar, formulada pela empresa Aceco TI Ltda., acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 5/2020, conduzido por Embrapa Informática Agropecuária, cujo objeto é o fornecimento e instalação de data center modular pré-fabricado, e suporte para instalação de ar condicionado em corredor frio a ser integrado com a solução de data center modular existente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1996, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, conhecer a representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar à Embrapa Informática Agropecuária que se abstenha de permitir adesões à ata decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 5/2020, em razão da incompatibilidade do objeto licitado com as hipóteses estabelecidas no art. 3º do Decreto 7.892/2013;

9.3. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência à Embrapa Informática Agropecuária acerca das seguintes impropriedades identificadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 5/2020, a fim de que sejam adotadas medidas internas para prevenir ocorrências semelhantes no futuro:

9.3.1. adoção do sistema de registro de preços para a contratação de objeto que não se enquadra às hipóteses previstas no art. 3º do Decreto 7.892/2013;

9.3.2. ausência de estudos técnicos demonstrando a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento do objeto licitado, notadamente quanto ao sistema de climatização, em confronto com a diretriz insculpida no inciso III do art. 32 da Lei 13.303/2016 e no item 7.5.d. do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa;

9.4. dar ciência desta deliberação à Embrapa Informática Agropecuária, à representante e à Vertiv Tecnologia do Brasil Ltda.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0856-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 857/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.335/2016-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.

3. Recorrente: David Cardoso dos Santos (737.952.752-53).

4. Órgão: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.



7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por David Cardoso dos Santos em face do Acórdão 406/2021-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, os embargos de declaração opostos por David Cardoso dos Santos, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0857-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 858/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.306/2021-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (referendo de cautelar).

3. Representante: Lass Máquinas e Equipamentos Ltda. (16.549.335/0001-01).

4. Entidade: Município de Jumirim/SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

8. Representação legal: Ana Lucia Flora dos Reis Cassandre (OAB/SP 216.263) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada por Lass Máquinas e Equipamentos Ltda., com base nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, a noticiar possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 09/2020, conduzido pelo município de Jumirim/SP, tendo por objeto a aquisição de uma máquina retroescavadeira com recursos públicos federais oriundos do Convênio/Mapa 896642/2019, celebrado entre a municipalidade e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com valor estimado de R\$ 250.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. referendar a medida cautelar concedida em 9/4/2021, por meio da decisão à peça 14;

9.2. restituir o processo à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente para adoção das medidas pertinentes.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0858-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 859/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.575/2021-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Interfort Segurança de Valores Ltda.

4. Unidade: Caixa Econômica Federal

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

8. Representação legal: Abraão Luiz Filgueira Lopes (9463/OAB-RN) e outros, representando Interfort Segurança de Valores Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Interfort Segurança de Valores Ltda, com fundamento no art. 113, § 1º da Lei 8.666/1993, em face do pregão eletrônico 055/7073/2019, promovido pela Gerência de Logística da Caixa Econômica Federal em Recife/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno, e 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la improcedente;

9.2. recomendar à Gerência de Logística da Caixa Econômica Federal em Recife/PE que procure identificar meios, inclusive com a realização de audiências públicas, para ampliação da concorrência nas próximas contratações de serviços de vigilância e segurança;

9.3. dar ciência deste Acórdão à representante, à Caixa Econômica Federal - Gerência de Filial Logística Recife e à sociedade empresária Envipol Empresa de Vigilância Potiguar, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam pode ser consultada no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).

9.4. arquivar os autos.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0859-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 860/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.723/2014-1.

1.1. Apensos: 040.336/2018-2; 028.818/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Jarbas Pereira Ricardo (724.013.624-87).

4. Unidade: Município de São José da Tapera - AL.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Bruno Mendes (2.840/OAB-AL) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de revisão interposto por Jarbas Pereira Ricardo contra o Acórdão 8800/2017 - 1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e o condenou ao pagamento de débito e multa, em razão de irregularidades relacionadas à execução do Convênio 127/2003, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Município de São José da Tapera/AL para a execução de Sistema de Abastecimento de Água em proveito da comunidade do Povoado Caboclo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão apresentado por Jarbas Pereira Ricardo e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0860-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 861/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.581/2017-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Monitoramento

3. Responsáveis: Silvio de Sousa Pinheiro (671.730.715-34) e Gastão Dias Vieira (011.965.533-00).

4. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este monitoramento do Acórdão 3.073/2016-Plenário, prolatado a partir de auditoria realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de avaliar a execução de obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância, destinado à construção de creches e pré-escolas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 41, 43 e 45 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 243 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar atendidas as determinações dos itens 9.1.1, 9.1.2 e a recomendação do item 9.2 do Acórdão 3.073/2016-Plenário;

9.2. considerar prejudicada a determinação contida no item 9.1.3 do Acórdão 3.073/2016-Plenário;

9.3. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e à unidade jurisdicionada, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos);

9.4. arquivar os autos.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0861-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 862/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.029/2018-2

1.1. Apenso: 022.712/2010-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Carlos Eugenio Melro Silva da Ressurreição (129.546.244-34); Consorcio PCP - Engevix (05.521.049/0001-03); José Antônio de Figueiredo (507.172.357-34)

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S/A

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet)

8. Representação legal:

8.1. Guilherme Valdetaro Mathias (75.643/OAB-RJ) e outros, representando Consorcio PCP-Engevix

8.2. Thiago de Oliveira (122.683/OAB-RJ) e outros, representando José Antônio de Figueiredo e Carlos Eugenio Melro Silva da Ressurreição

8.3. Marcos Antonio Marques Machado (121.538/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S/A

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.633/2018-Plenário, para apurar prejuízos ocorridos no âmbito dos contratos 160.2.072.03-0 e 160.2.075.03-9, celebrados entre a Petróleo Brasileiro S/A e o consórcio PCP - Engevix, o qual teve por objeto a prestação de serviços de construção e montagem industrial em plataformas dos Ativos Marlim e Albacora da Unidade de Exploração e Produção da Bacia de Campos (UNBC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §§2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 267 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Carlos Eugênio Melro Silva da Ressurreição, Gerente-Geral da UNBC - Petrobras, de José Antonio de Figueiredo, Gerente Executivo da Petrobras, e do consórcio PCP - Engevix;



9.2. julgar irregulares as contas de Carlos Eugênio Melro Silva da Resurreição, de José Antonio de Figueiredo e do consórcio PCP - Engevix, condenando-os, solidariamente, ao recolhimento aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da data discriminada até o pagamento:

Valor (R\$)	Data	Contrato
1.745.258,24	1º/5/2010	160.2.072.03-0
998.254,97	31/3/2010	160.2.075.03-9

9.3. aplicar ao consórcio PCP - Engevix a multa individual no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0862-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 863/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.623/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Levantamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidades: Agência Nacional de Mineração; Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este levantamento com o objetivo de conhecer as estruturas de governança e mecanismos de gestão instituídos pelo governo federal que permitam implementar ações para a gestão integral de passivos ambientais da mineração.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. recomendar ao Ministério de Minas e Energia que utilize o Guia Prático de Análise ex post de Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal para contemplar no PNM-2030, se for o caso, as lacunas identificadas nesta fiscalização em relação aos passivos ambientais de mineração, ou instituir, nesse sentido, com base no Guia ex ante, uma política ou programa específico que trate desse passivo;

9.2. dar ciência deste acórdão ao Ministério de Minas e Energia; à Agência Nacional de Mineração; ao Ministério do Meio Ambiente; à Secretaria de Governo da Presidência da República; ao Centro de Tecnologia Mineral; ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; ao Serviço Geológico do Brasil/CPRM; à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados; à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal; à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) e aos órgãos que compõem o Comitê Interministerial de Governança (Casa Civil, Ministério da Economia e Controladoria-Geral da União); com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam pode ser consultada no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos); e

9.3. encerrar o presente processo.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0863-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 864/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 039.837/2018-1.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Medicar Emergências Médicas Ltda. (68.322.411/0001-37).

4. Unidades jurisdicionadas: Secretaria Estado de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - Sesap/RN e Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte - Sead/RN.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde - SecexSaúde.

8. Representação legal: Kaio Regis Ferreira da Silva (OAB/MG 149.669); Aylla Benigno Nunes Cavalcante (OAB/RN 15.506); Hugo Helinski Holanda (OAB/RN 7.402); Thiago Costa Marreiros (OAB/RN 7.285); Valeska Fernanda da Câmara Linhares (OAB/RN 9.042); Clovis Lira Neto (OAB/RN 11.534); Anselmo Pegado Cortez Neto (OAB/RN 7343).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela Medicar Emergências Médicas Ltda. - Medicar contra o Pregão Eletrônico - PE 42/2018-RP, promovido pela Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte - Sesap/RN, com o objetivo de contratar pessoa jurídica para prestação de serviços especializados, de natureza contínua, de apoio operacional e administrativo ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192/RN, mediante Sistema de Registro de Preços - SRP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. considerar prejudicado o pedido de suspensão cautelar do Pregão Eletrônico 42/2018-RP formulado pela empresa Medicar Emergências Médicas Ltda., por perda de objeto, uma vez que a então Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte - Searh/RN, no exercício do poder de autotutela, suspendeu o aludido certame e, posteriormente, o cancelou;

9.3. considerar revéis, para todos os efeitos, os Srs. Pedro de Oliveira Cavalcanti Filho e Sidney Domingos Ferreira de Souza e Santos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. acolher as razões de justificativa dos Srs. Sterverson Aquino Medeiros e Francisco Fernandes de Brito, bem como da Sra. Aliene Carneiro Cruz Sobrinha;

9.5. rejeitar parcialmente as justificativas do Sr. Milton Nunes de Medeiros Júnior e não acolher a defesa apresentada pela Sra. Diandra Rodrigues da Silva Martins, sem, contudo, aplicar-lhes a penalidade de multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. acolher as manifestações das empresas JMT - Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. e Qualyserv - Terceirização de Serviços Eireli apresentadas em sede de oitiva;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão à representante, à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte - Sesap/RN e à Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte - Sead/RN, bem como às empresas JMT - Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. e Qualyserv - Terceirização de Serviços Eireli.

9.8. arquivar estes autos.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0864-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 865/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.038/2017-7.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Maria Vanderlei da Rocha (CPF 861.979.244-04).

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em desfavor de Maria Vanderlei da Rocha diante do desvio de recursos públicos sob o valor de R\$ 107.799,86 a partir das apurações realizadas, em 1º e 2/4/2014, tendo identificada a diferença de numerário na Agência de Correios de Alagoinha - PE, além da falta de selos e de outros produtos comercializáveis;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar integralmente as alegações de defesa apresentadas por Maria Vanderlei da Rocha;

9.2. julgar irregulares as contas de Maria Vanderlei da Rocha, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "c" e "d", e 19, caput, 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R\$)
2/4/2014	107.799,86

9.3 aplicar em desfavor de Maria Vanderlei da Rocha a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário também não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que os dirigentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos adotem as medidas necessárias ao arresto dos bens de Maria Vanderlei da Rocha, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, diante da ausência de comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas dentro do prazo estabelecido, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de solicitar o referido arresto em relação ao valor consolidado do débito imputado contra a aludida responsável em outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Maria Vanderlei da Rocha, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU, e, assim, inabilitá-la para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança pelo período de 8 (oito) anos na administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.8. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.8.1. aos dirigentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do MPTCU, para ciência e adoção das providências cabíveis para o efetivo cumprimento, entre outros, do item 9.6 deste Acórdão;

9.8.2. à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.7 deste Acórdão dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação; e



9.8.3. à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0865-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 866/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.451/2020-8.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: Capim Dourado Rent a Car Ltda. (CNPJ 14.487.384/0001-23); e Poty Rent a Car Ltda. (CNPJ 09.535.897/0001-22).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. André Yokomizo Aceiro (175337/OAB-DF), representando a Caixa Econômica Federal; e

8.2. Ricardo Lucas Calderón (25.654/OAB-PR), entre outros, representando a OBDI Equipamentos Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela OBDI Equipamentos - Eireli sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 49/2019 promovido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) para a contratação de serviços de transporte de pessoas, além de pequenos volumes e documentos não postais, sob o valor de R\$ 3.637.719,12 pelo período de 24 meses;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a exclusão da responsabilidade de Roseli Pessin Leal, Osvaldo Jeronymo Neto e Euti Andreassa na presente relação processual, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, para, no mérito, assinalar a sua procedência, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.3. declarar a inidoneidade da Capim Dourado Rent a Car Ltda. e da Poty Rent a Car Ltda. para participarem de licitação na administração pública federal ou nos certames promovidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da aplicação de recursos federais, durante o período de 3 (três) anos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.443, de 1992; devendo a referida inidoneidade ser estendida às atuais ou supervenientes pessoas jurídicas constituídas como controladas ou subsidiárias, entre outras formas, a partir da alteração nos estatutos ou contratos sociais com vistas a absorver as atividades das empresas ora condenadas para, assim, burlar indevidamente a presente decretação de inidoneidade;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.4.1. à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção da providência determinada pelo item 9.3 deste Acórdão no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação;

9.4.2. ao órgão competente do Ministério Público Federal, para ciência e adoção das eventuais providências judiciais cabíveis;

9.4.3. à ora representante e à Caixa Econômica Federal, para ciência; e

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0866-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 867/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.330/2019-O.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Amazon Books & Arts Ltda. (CNPJ 04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Belini Amorim (CPF 039.174.398-83); e Felipe Vaz Amorim (CPF 692.735.101-91).

4. Órgão: então Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em desfavor da Amazon Books & Arts Ltda., além de Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, diante da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados por meio do incentivo fiscal da "Lei Rouanet" sob o valor de R\$ 617.268,87 no âmbito do Pronac 09-2211 destinado à execução do projeto cultural intitulado como "Arte e Vida Digital" com o objetivo de produzir e realizar o espetáculo teatral itinerante gratuito em prol de alunos da rede pública de ensino na faixa etária de 10 a 14 anos, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 24/12/2009 a 30/11/2012;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia da Amazon Books & Arts Ltda., além de Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Amazon Books & Arts Ltda., além de Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Cultura, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R\$)	Observação
30/11/2010	417.268,87	-
20/12/2011	200.000,00	-

14/2/2014	30.169,48 (C)	já restituído
-----------	---------------	---------------

9.3 aplicar em desfavor da Amazon Books & Arts Ltda., além de Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas dívidas ao Tesouro Nacional, com a atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário também não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Advocacia-Geral da União adote as medidas necessárias ao arresto dos bens de Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, além da Amazon Books & Arts Ltda., nos termos do art. 61 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, diante da ausência de comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas dentro do prazo estabelecido, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de solicitar o referido arresto em relação ao valor consolidado do débito imputado contra os aludidos responsáveis em outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, nos termos do art. 60 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU, e, assim, inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança pelo período de 8 (oito) anos na administração federal, nos termos do art. 60 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.8. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.8.1. à Advocacia-Geral da União, por intermédio do MPTCU, para ciência e adoção das providências cabíveis para o efetivo cumprimento, entre outros, do item 9.6 deste Acórdão;

9.8.2. à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.7 deste Acórdão dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação; e

9.8.3. à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n.º 12/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0867-12/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

#### ENCERRAMENTO

Às 19 horas e 27 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

*(Assinado eletronicamente)*

LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA

Subsecretária do Plenário

Aprovada em 20 de abril de 2021.

*(Assinado eletronicamente)*

**ANA ARRAES**

Presidente

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.